

Os valores da NATO

Só pessoas atingidas por uma profunda amnésia, ou com má consciência quanto às suas responsabilidades pelo envolvimento de Portugal na guerra, não se lembrarão que a NATO, desde a sua fundação, se tem pautado por valores exactamente contrários aos que diz ser os seus.



■ Domingos Abrantes Pág. 20

E depois... o capitalismo é burro?

Os partidos e gentes que não são comunistas e contribuíram, aceitaram e assinaram um caminho para um socialismo português, que o puseram numa Constituição e, depois, mudaram, não o fizeram para não serem assemelhados a burros, nem mudaram por inteligência ou modernidade.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 21

Guerra nos Balcãs O exército das fardas negras

Págs. 18 e 19

Função Pública em tempo de luta

A expressão pública do nervosismo do Governo do PS face à greve dos trabalhadores da Administração Central e Regional realizada no passado dia 21 de Maio é reveladora da natureza de classe da sua política e dos compromissos que assumiu perante o grande capital nacional e internacional.

■ Paulo Trindade Pág. 23

Avante!

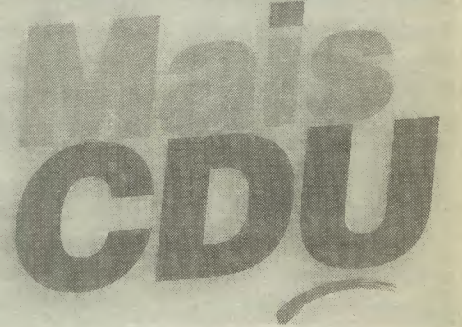
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Maio de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1330 • Director: José Casanova

Carlos Carvalhas em Baleizão

PELO PROGRESSO E PELA PAZ

Em 13 Junho no Parlamento Europeu

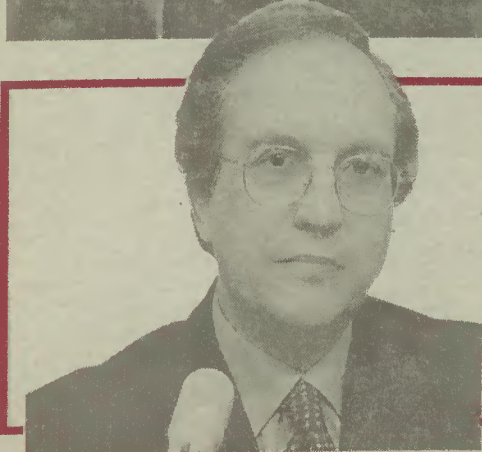


No comício evocativo de Catarina Eufémia, o Secretário-Geral do PCP e a cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu assinalaram as batalhas do presente.

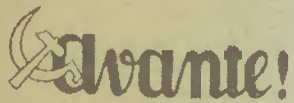
Págs. 5, 6 e 7

CONTRA A GUERRA ninguém pode ficar em silêncio

Centrais



No próximo número **Entrevista com Carlos Carvalhas**



Por ser feriado na próxima quinta-feira, o nosso jornal sairá um dia antes e estará em distribuição na quarta-feira, dia 2 de Junho.



Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo participam no comício de Baleizão

RESUMO

19
Quarta-feira

Estudantes timorenses, em conferência de imprensa semiclandestina, exigem mais segurança para campanha de informação ■ O primeiro-ministro guineense, Francisco Fadul, considera que julgamento de Nino Vieira abalaria demasiado a Guiné ■ O secretário-geral da ONU defende papel central das Nações Unidas na busca de uma solução para o conflito jugoslavo ■ Cerca de 500 soldados jugoslavos desertam dos quartéis no Kosovo e regressam às suas casas ■ Palestinos, soldados israelitas e colonos envolvem-se em confrontos na Cisjordânia ■ O primeiro-ministro trabalhista da Holanda, Wim Kok, apresenta demissão do Governo de coligação com os liberais e os reformistas.

20
Quinta-feira

Ramos Horta acusa o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, de ser «o maior hipócrita da Europa» por autorizar o envio de dois aviões para a Indonésia no mesmo dia em que criticava as limpezas étnicas ■ Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros, confirma que o presidente chinês, Jiang Zemin, visitará Portugal em Outubro ■ Junta militar decide julgar ex-presidente Nino Vieira na Guiné-Bissau ■ Ataques da Nato atingem hospital em Belgrado, provocando quatro mortos ■ O primeiro-ministro italiano defende em Bruxelas pausa nos bombardeamentos da NATO logo que os países do G-8 cheguem a acordo sobre resolução do conflito jugoslavo ■ O antigo «braço direito» do líder separatista curdo Abdullah Ocalan, Semdin Sakik, é condenado à morte pelo Tribunal de Segurança na Turquia.

21
Sexta-feira

Trabalhadores da Função Pública fazem greve e manifestam-se em Lisboa ■ António Guterres garante que Portugal só aceitará a consulta popular em Timor-Leste se esta se realizar num clima de total liberdade e sem intimidações ■ O Ministério Público pede a condenação de todos os populares de Francelos que estão a ser julgados no Tribunal de Gaia ■ Bombardeamentos da NATO atingem uma prisão a noroeste do Kosovo e a Embaixada da Suíça em Belgrado ■ Bill Clinton assina uma lei de despesas de urgência de 15 mil milhões de dólares para financiar operações militares no Kosovo.

22
Sábado

PCP realiza no Barreiro, com a presença de Ilda Figueiredo, um encontro de Reformados ■ Igual-

mente com a participação de Ilda Figueiredo, apoiantes da CDU participam em café-concerto, no Palácio Pancas Palha, pela igualdade ■ D. Ximenes Belo pede solidariedade e coragem aos jovens presentes no encontro de portugueses e timorenses em Almada para resolver situação de Timor-Leste ■ A NATO reconhece ter bombardeado por engano uma posição do UCK, Exército de Libertação do Kosovo, a alguns quilómetros da Albânia.

23
Domingo

Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo voltam a condenar, em comício em Baleizão, os ataques da NATO à Jugoslávia e desafiam o Governo a esclarecer qual a posição de Portugal numa eventual ofensiva terrestre ■ Isabel Soares ganha a distrital do PSD/Algarve com cerca de 60% dos votos ■ Abel Ximenes, membro do Conselho Nacional da Resistência de Timor, afirma que se o referendo for contrário à autonomia proposta por Jacarta haverá mais de cem mil mortos ■ A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, afirma que um número ainda incerto de soldados vai ser autorizado a permanecer no Kosovo depois da conclusão de um tratado de paz com a NATO.

24
Segunda-feira

Em entrevista ao *Público*, Ilda Figueiredo sublinha efeitos negativos da Agenda 2000 e da Política Agrícola Comum ■ O Conselho Português para a Paz e a Cooperação promove em Lisboa manifestação contra a guerra na Jugoslávia ■ Pacheco Pereira lança biografia sobre Álvaro Cunhal ■ Mário Soares admite fazer mais comícios do que o previsto para combater a abstenção ■ Um barco com equipamento das Nações Unidas chega ao Porto de Díli ■ O presidente indonésio, Yusuf Habibí, em declarações a um jornal australiano, promete libertar Xanana Gusmão após a consulta aos timorenses.

25
Terça-feira

Ilda Figueiredo desafia os cabeças de lista ao Parlamento Europeu dos outros partidos a votarem uma proposta que obrigue os vários países a distribuir os fundos comunitários segundo o princípio da modulação ■ Jorge Sampaio admite a inexistência, presentemente, de condições para se realizar a consulta aos timorenses sobre o futuro do território ■ Os países membros da NATO decidem aumentar para 45 mil homens os efectivos da futura Força de Paz no Kosovo para acompanhar o regresso dos refugiados ■ Sonia Gandhi retoma a liderança do Partido do Congresso na Índia.

A verdadeira utilidade do voto

É

verdade, sem margem para dúvidas, que se nota um acentuado recuo do PS e do seu cabeça de lista às eleições para o Parlamento Europeu no que respeita à afirmação fraudulenta sobre a qualidade «suprapartidária» da candidatura de Mário Soares. Em contrapartida, há a assinalar o recrudescimento de uma outra das muitas grandes, médias e pequenas fraudes que sustentam essa candidatura. É claro que o recuo acima referenciado não decorre de qualquer arrependimento ou de qualquer súbita e nobre intenção de passar a dizer a verdade e só a verdade: decorre, tão-somente, da constatação de que a mentira produzida e abundantemente difundida, não estando a colher na opinião pública, se tornava contraproducente. De alguma forma dentro do critério de que mentira que não dá votos, não serve.

Diferente foi o que se passou, no entanto, no que toca à outra grande fraude que emerge da intervenção do PS e do seu cabeça de lista nesta campanha eleitoral. Com efeito, a insistência, explícita ou implícita, na ideia de que Mário Soares se apresenta ao eleitorado português como candidato à presidência do PE ganhou, nos últimos dias, foros de escândalo cívico e democrático. Trata-se de uma falsidade friamente construída, de uma grosseira manipulação do eleitorado, de um inqualificável desrespeito pela verdade pela transparência, pelas regras da intervenção democrática. Por isso, não só vale a pena como é necessário insistir na verdade: nas eleições de 13 de Junho, Soares é candidato a deputado do PE e a nada mais, e não é nem mais nem menos candidato do que o são, por exemplo, Ilda Figueiredo, ou Pacheco Pereira, ou Paulo Portas.

Ao afirmar, como fez no domingo passado em Viana do Castelo, que a sua força e a sua voz no PE «dependem da percentagem de votos que obtiver» a 13 de Junho, Soares está, conscientemente, a baralhar os dados, a mistificar o eleitorado. E se esta nova maneira de abordar a questão, visa fingir que não está a dizer, por outras palavras, o mesmo que antes já foi dito e repetido por ele e pelos seus parceiros de lista e de partido – isto é: que o cabeça de lista do PS, enquanto tal, é candidato a presidente do PE – então Mário Soares está a exorbitar no insulto à inteligência dos portugueses – coisa que, não constituindo novidade na sua prática habitual, não pode deixar de condenar-se com veemência.

É sabido que o trabalho desenvolvido por cada deputado no Parlamento Europeu depende essencialmente da sua capacidade, do seu empenhamento e do seu conceito de exercício do poder e não da quantidade de votos obtidos pela lista em que se candidatou e foi eleito. Se dúvidas houvesse sobre esta matéria, bastaria apreciar a quantidade e a qualidade do trabalho desempenhado por cada um dos vinte e cinco deputados portugueses no decorrer do actual mandato. Pelo que, ao dizer o que disse, o cabeça de lista do PS, de duas uma: ou ignora a realidade do PE (o que é pouco crível) e, por isso, estava a falar de cor; ou conhece essa realidade (o que é mais do que provável) e, assim sendo, estava a mentir – ou, se se preferir uma fórmula mais suave, estava a desfigurar a verdade.

É evidente que esta superioridade dos deputados da CDU não é coisa caída do céu. Ela tem razões bem concretas mas que, obviamente, Mário Soares não está em condições de apreender.

No «Público» de 24.5, Isabel Arriaga e Cunha, num texto intitulado «Para que serve um eurodeputado?», depois de fornecer exemplos vários das (im)possibilidades de intervenção de cada deputado, sintetiza assim a questão mal abordada por Mário Soares: «Moral da história: um deputado mediano, mesmo num grande grupo, corre o risco de não ter qualquer influência no processo de decisão. Já um bom deputado de um pequeno grupo pode ter um peso superior à mera soma dos membros da sua família política.» Assim é, de facto, e ao contrário do que diz Mário Soares. Mostra a realidade e manda a verdade que se sublinhe que os três deputados «5 estrelas» da CDU – Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo – tendo sido eleitos com muito menos votos do que os colegas de partido de Soares, produziram no Parlamento Europeu muito mais e melhor trabalho do que os dez deputados do Partido Socialista. Ouçamos, novamente, o insuspeito «Público»: «Estatisticamente, os três deputados comunistas (...) são os campeões da actividade parlamentar. Cada um tem no activo

dezenas de intervenções em plenário, resoluções políticas e perguntas à Comissão Europeia, incidindo estas essencialmente sobre problemas ligados à realidade nacional. No seu caso concreto, as estatísticas abundantes, apenas confirmam a realidade: mesmo os seus adversários políticos, insuspeitos, reconhecem que, entre os deputados portugueses, são o grupo mais eficaz.»

É evidente que esta superioridade dos deputados da CDU não é coisa caída do céu. Ela tem razões bem concretas mas que, obviamente, Mário Soares não está em condições de apreender: os deputados comunistas estudam e conhecem os problemas, possuem notáveis capacidades de trabalho, sabem que o trabalho colectivo é o melhor e mais seguro caminho para a obtenção de bons resultados, fazem da defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses a sua bússola de todos os momentos. Isto é, e voltando a citar o «Público»: «Grande parte da força dos três comunistas vem da sua organização em bloco, ao passo que a maior parte dos outros deputados funciona a título individual. Entre os três, e com o apoio de uma equipa de assistentes, em Lisboa e Bruxelas, conseguem acompanhar praticamente todas as comissões parlamentares que consideram importantes à luz da sua concepção do interesse nacional, quando a generalidade dos outros deputados se limita a duas, ou três, no máximo.»

Assim fica demonstrada a falsidade da tese de Soares. E assim fica, igualmente, demonstrada a necessidade e a vantagem para os portugueses de a CDU aumentar a sua votação e o número de deputados eleitos. Não para terem mais força e mais voz no sentido em que fala Mário Soares – mas porque quantos mais forem os deputados da CDU no PE mais serão os deputados portugueses a fazer o muito e bom trabalho que os três actuais deputados têm feito. E é assim que se define a verdadeira utilidade do voto.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa — Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1169-161 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tipald Nova
Copa Rom — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205/65

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____	
Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

«Nunca vos menti», disse ele

Tratando-me por «caro(a) amigo(a)» e despedindo-se «com um afectuoso abraço», dirigiu-se-me, um dia destes, o dr. Mário Soares, cabeça de lista do PS às eleições para o Parlamento Europeu. Começando por sublinhar os «enormes benefícios (...) para todos os portugueses» decorrentes da integração de Portugal na União Europeia, o dr. Soares informa-me, ainda, que tal integração, para além de ter colocado Portugal no «caminho da modernização», constituiu para o nosso país uma espécie de único 6 no toto-loto em semana de jackpot - com a vantagem acrescida de nem sequer termos tido necessidade de pagar o boletim entregue. Umas linhas abaixo, contudo, diz-me o dr. Soares que é necessário continuarmos por este caminho atapetado de rosas para que «todos os portugueses (...) beneficiem, sem excepção e numa base tanto quanto possível de igualdade». Afinal, em que ficamos? Os acima referidos «enormes benefícios» foram ou não foram «para todos os portugueses»? Ou terão sido distribuídos com excepções e numa base de desigualdade? Explique-se lá, ó dr., para ver se eu o entendo.

Estou em crer que, com tudo isto queria o dr. Soares dizer-me, nomeadamente, que para ele e para o seu PS a quase total liquidação da nossa agricultura é um acto de incontestável modernidade; que a destruição de centenas de barcos de pesca é uma espécie de nova e triunfal «ode marítima»; que a sujeição crescente de Portugal aos ditames de Maastricht e do que se lhe seguiu, Euro incluído, é um patriótico acto de abdicção de soberania e independência; que a cumplicidade dos quinze governos da União Europeia - portanto, o de Guterres incluído - no genocídio que, às ordens do governo dos Estados Unidos da América, a Nato está a levar a cabo na Jugoslávia, constitui uma gloriosa exibição de defesa da democracia, da liberdade e dos direitos humanos; que, enfim, todo o processo de integração constituiu um exemplo modelar de utilização de métodos democráticos.

«Precisamos de saber estar no coração da União Europeia», assevera-me, ainda, o inimitável dr. Soares, glosando um seu cariz espalhado por todo o País - devaneios

que se lhe desculpam, conhecido que é o seu incomensurável desconhecimento de, entre muitas outras coisas, geografia.

No entanto, onde a divertida missiva atinge o rubro (salvo seja) é no final, quando o dr. Soares, seguramente de mão no peito e rosto sério, proclama com aquele seu tão singular desplante: «Todos me conhecem. Sabem, por experiência própria, que nunca vos menti, tanto nas boas como nas más horas.» Espantoso, este à-vontade com que o dr. Soares invoca a nossa «experiência própria» para nos demonstrar que nós sabemos que ele nunca nos mentiu... Aqui chegado, confesso que não resisti à tentação de riscar a traço negro e grosso aquele despudorado «nunca» e escrever, também a traço negro e grosso, o necessário «sempre». Com a noção clara de que podendo este «sempre» pecar por algum exagero, o «nunca» é que... nunca por nunca ser.

«Nunca vos menti»? ó senhor dr., não brinque com a gente.

■ José Casanova

Reforma e contra-reforma?

Enquanto no país dos «media» os *fait-divers* vão arrastando penosamente a pré-campanha eleitoral, no país real sucedem-se os problemas e os acontecimentos que por não suscitarem a atenção da comunicação social verdadeiramente «não existem». É o caso, por exemplo, da reforma da segurança social, trave mestra de uma alteração de profundas consequências que diz respeito a todos os portugueses e que atinge directamente o seu presente e futuro.

Acontece que depois de uma longa hibernação dos projectos de nova Lei de Bases da Segurança Social apresentados na Assembleia da República pelo Governo e pelo PCP, PSD e PP, os partidos da direita e o PS dão subitamente sinais de pretenderem precipitar, ainda na presente legislatura, a aprovação deste importante diploma. E o grupo parlamentar do PS ensaiou uma operação que consiste na apresentação legislativa de um «texto final», com o pretenso propósito de harmonizar os projectos do Governo e os do PCP, PSD e PP, e de produzir uma plataforma de «consenso» político.

Manda a verdade que se diga que, desde a primeira hora, o PCP encareceu o propósito de se promover uma reforma da segurança social com base num alargado consenso social e político, em conformidade com a transcendente importância da matéria. E que, sem prejuízo da expressão dos seus próprios pontos de vista, se manifestou permanentemente aberto - pela via do debate democrático, livre e amplamente participado - a uma aproximação de pontos de vista.

A ideia de «consenso», na definição clássica do dicionário Morais, significa «consentimento, anuência», «acordo».

Ora o «texto final» apresentado pelo grupo parlamentar do PS, se em aspectos secundários recolheu algumas contribuições dos diversos projectos de lei apresentados na Assembleia da República, nas questões fundamentais e estruturantes configura realmente um «acordo» - por afirmação ou por omissão - mas apenas entre o PS e os partidos da direita.

Com o PCP foi e é obviamente possível chegar a um vasto «consenso», desde que ele seja norteado pelo objectivo de reforçar e de melhorar a segurança social e o sistema público em que ela se apoia.

Mas não há «acordo», evidentemente, para reduzir (plafonar) o sistema público de Segurança Social e substituí-lo por um sistema misto público-privado, subordinado ao propósito de alargar a quota de mercado dos «produtos» privados de segurança social.

São igualmente possíveis «consensos» noutros pontos importantes como, por exemplo, o reforço da sustentabilidade financeira do sistema através do alargamento da base contributiva do regime geral feita de modo a favorecer o emprego, e a criação de condições para a elevação sustentada do nível das prestações sociais, a começar pelas que se encontram mais degradadas.

Mas de que valeria um «acordo» apenas em matérias secundárias, se nas questões fundamentais e estruturantes fossem iludidas as expectativas e as possibilidades de uma verdadeira e necessária reforma democrática da segurança social e, em primeiro lugar, do sistema público que a suporta?

Consenso à esquerda ou acordo do PS com a direita, reforma ou contra-reforma da segurança social, eis agora a questão.

■ Edgar Correia

MILITARISMO desumanas consequências

Enquanto se intensificam os bombardeamentos na Jugoslávia e se prepara uma eventual invasão terrestre, multiplicam-se medidas que expressam o carácter belicista do imperialismo. Ao novo conceito estratégico da NATO, veio juntar-se há dias, a aprovação pelo Congresso dos EUA do Programa de defesa antimíssil, vulgo «Guerra das Estrelas». Concebido e justificado pela «ameaça soviética», congelado há alguns anos em resultado de grandes lutas, a decisão agora tomada de avançar com tal Programa confirma o objectivo estratégico dos EUA de domínio mundial.

O complexo industrial militar norte-americano exulta com o relançamento do militarismo e o reforço da política intervencionista dos EUA. Os seus lucros aumentarão exponencialmente com o alargamento da NATO e com as alterações qualitativas e quantitativas da produção armamentista, em curso. Para tornar «aceitável» esta tendência são utilizadas as mais modernas tecnologias de informação e comunicação. Aliás, com efeitos bem evidentes, demonstrados pela histeria que envolveu, na última semana, a estreia do filme «Star Wars: Episódio I - The Phantom Menace», nos EUA. A corrida aos armamentos passa assim a «coisa normal». As despesas militares disparam. O Orçamento de «Defesa» dos EUA foi por isso fortemente reforçado. Para ver se verga a Jugoslávia. E para prosseguir com os bombardeamentos ao Iraque (mais de 700 mísseis em duas semanas, no mês de Março) e sustentar novas «parcerias» na rota do petróleo - GUAAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbeijão e Moldova). Na América Latina vultuosas verbas são utilizadas na construção de duas novas bases norte-americanas, nas ilhas de Aruba e Curaçao, numa área vital do trânsito interoceânico, em substituição da do Panamá, cuja utilização termina no final do ano; na manutenção dum corpo de «marines» e respectivos treinos militares em Porto Rico, onde em 19 de Abril um avião de guerra norte-americano lançou uma bomba; na instalação e permanência de instrutores militares, soldados e oficiais americanos em 19 países da América Latina em «cumprimento» de «missões especiais» («El País» 15.7.98). Na Ásia, as manobras navais anuais na península coreana terão por certo orçamento próprio, mas o desenvolvimento da cooperação militar nipo-norte-americana, empurrando o Japão para o intervencionismo militar na região, quanto custará?

Enquanto crescem as despesas de carácter militar, prosseguem as políticas de desresponsabilização social dos Estados. Em todo o mundo, enormes massas humanas são abandonadas «ao seu destino». Aos fluxos migratórios, à miséria ultrajante, vem agora somar-se o drama dos refugiados, em consequência da guerra desencadeada contra a Jugoslávia. E a destruição dum país, diária e meticulosamente bombardeado - para além dos «erros» e dos «efeitos colaterais». Os custos destes dois primeiros meses de guerra - humanos e materiais - estão ainda por fazer. Contudo, imprensa escrita e a SIC (*Jornal da Noite*, 15.5.99) divulgaram já alguns números. Chocantes - 3,6 a 5,4 milhões de contos/dia, só para as acções militares. Estes valores constituem só por si elementos de denúncia do militarismo e da agressão. E das consequências desumanas que acarretam. A esta infâmia devemos contrapor o nosso protesto. Em particular junto do governo português que irresponsavelmente envolveu Portugal na guerra.

■ Manuela Bernardino

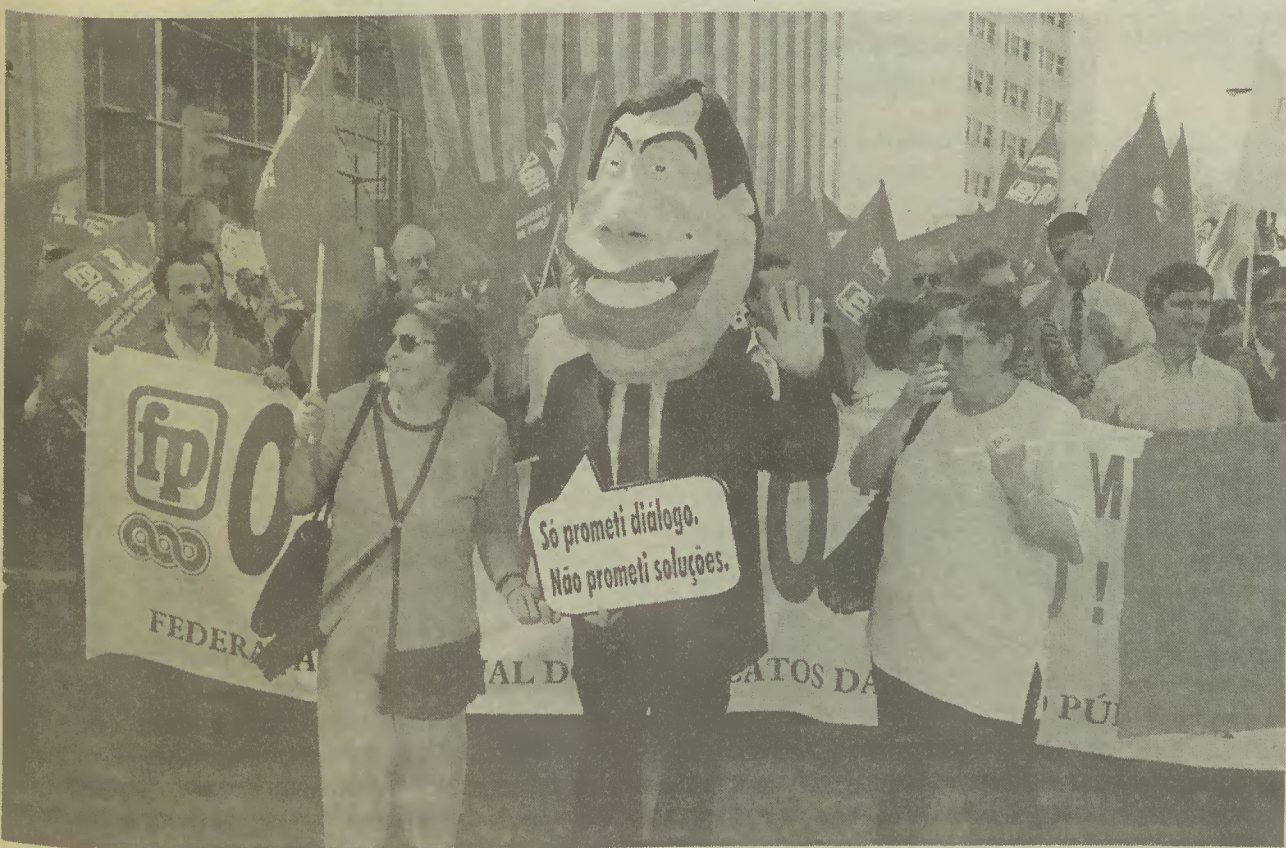
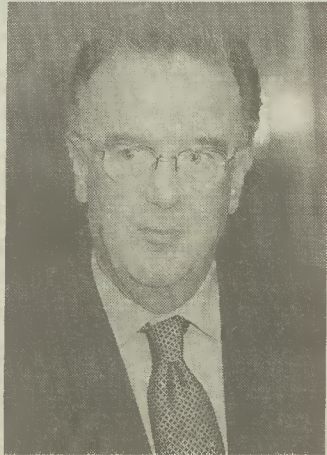


Foto: Jorge Caria

SEMANA

PR dá Ordem da Liberdade a marinheiros tarrafalistas

O Presidente da República, Jorge Sampaio, agradeceu no passado dia 21 com a Ordem da Liberdade, Grau de Comendador, os cinco marinheiros tarrafalistas, ainda vivos, que participaram na histórica «Revolta dos Marinheiros» de 8 de Setembro de 1936 contra o regime salazarista, sendo posteriormente deportados para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. São eles os, hoje, sargentos-ajudantes Armindo do Amaral Guimarães, Joaquim de Sousa Teixeira, José Barata, José Neves Amado, Josué Martins Romão e António Diniz Cabaço, este último a título póstumo, dado ter falecido posteriormente à proposta de condecoração apresentada pela Comissão Promotora da Homenagem. Esta Comissão realçou o facto de «o Sr. Presidente da República ter sido sensível à sua proposta», o que permitiu «ver desta forma concretizado um dos principais objectivos do programa da Homenagem –



o reconhecimento, pelo Estado Democrático, dos marinheiros protagonistas da Revolta do 8 de Setembro de 1936, nas pessoas dos participantes ainda vivos». E acrescenta: «A Comissão, embora tivesse consciência que a reintegração na Marinha, logo após o 25 de Abril, já fosse uma assinalável reparação a todos os marinheiros sobreviventes da revolta de tanto mal que lhes foi feito, tinha também a convicção que o acto heróico protagonizado por estes jovens marinheiros – que marca indelevelmente a História da Armada na luta pela liberdade e democracia, contra o Estado fascista de Salazar – ainda não tinha tido, por parte da Nação, a devida consideração e o merecido reconhecimento.» A Comissão Promotora da Homenagem informou também, na ocasião, que o historiador Alexandre Flores já está a preparar a publicação de um livro sobre a Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936.



Prémio do Júri de Cannes para Manuel de Oliveira

O cineasta português Manuel de Oliveira foi distinguido com o Prémio do Júri do Festival de Cinema de Cannes, este ano em 52.ª edição. Foi a segunda vez que o realizador português foi distinguido neste Festival: em 1990 já havia recebido uma homenagem especial com o

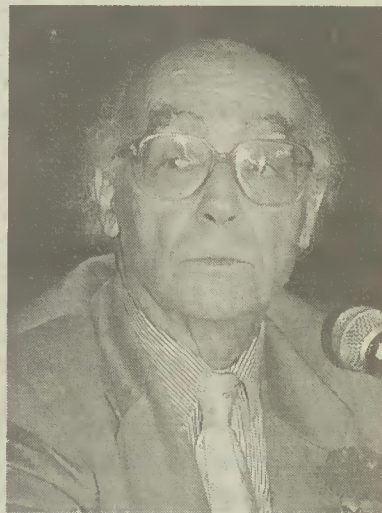
seu filme *Non ou a Vã Glória de Mandar*. No certame deste ano, Manuel de Oliveira viu também o seu último filme apresentado no Festival. Trata-se de *A Carta*, uma complexa transposição para o cinema da obra literária *La Princesse de Clèves*, de Madame Lafayette, que,

mais uma vez, despertou controvérsia entre a crítica especializada. O Prémio do Júri do festival, conforme refere o correspondente do *Diário de Notícias* em Cannes, Abel Coelho de Moraes, destina-se, precisamente, a galardoar as obras que «provocam paixões» e acesos debates

entre os membros do júri ao chegar o momento de atribuir os prémios. O homenageado afirmou-se particularmente feliz por o galardão lhe ter sido entregue por Geraldine Chaplin, filha do genial Charlie Chaplin, o paradigma do cinema, segundo Oliveira.

Saramago dá Nobel à Biblioteca Nacional

O escritor José Saramago ofereceu, esta semana, à Biblioteca Nacional o Diploma do Prémio Nobel da Literatura que lhe foi entregue pela Real Academia Sueca, de Leitor Emérito da Biblioteca Nacional, honraria que é pela primeira vez atribuída pela instituição. Segundo o director da Biblioteca Nacional, Carlos Reis, trata-se de



uma cerimónia onde o director da instituição, Carlos Reis, afirmou que o documento irá ficar sob a guarda da Divisão de Reservados do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea e, posteriormente, será exposto ao público numa vitrina de alta segurança. Segundo Carlos Reis, citado pela agência Lusa, a decisão de Saramago cumpre o desejo do escritor em colocar o seu espólio à guarda da Biblioteca Nacional, onde já se encontra o original de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, um caderno de apontamentos relativo a este livro e um conjunto de cartas do escritor, material que a Biblioteca Nacional irá, em parte, expor em Junho próximo, no âmbito de um colóquio sobre arquivística e espólio. Na cerimónia, José Saramago recebeu o estatuto

de Leitor Emérito da Biblioteca Nacional, honraria que é pela primeira vez atribuída pela instituição. Segundo o director da Biblioteca Nacional, Carlos Reis, trata-se de

uma homenagem «aos nossos leitores distintos e que continuam a ser amigos desta casa». O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, classificou a oferta de Saramago como um gesto «que a todos nos enobrece», acrescentando: «O Prémio Nobel acontece, mas o mais difícil é sermos dignos daquilo que nos acontece. Saramago tem estado sempre connosco, e é isso que nós esperamos dos melhores.»

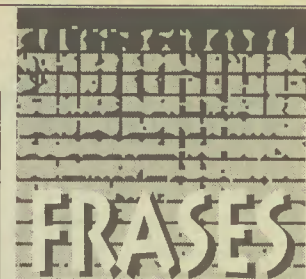


Festival Internacional de Cinema do Algarve

No passado dia 24 começou a 27.ª edição do Festival Internacional de Cinema do Algar-

ve (FICA), que apresenta uma selecção de filmes de curta-metragem, incluindo 58 títulos em representação de 25 países. As exposições do Festival decorrem simultaneamente em Portimão, Lagos e Faro e prolongam-se até ao dia 29, data do encerramento. Ficção e animação são os géneros dominantes na competição internacional de curta-metragem do FICA, provenientes de Portugal, Brasil, Nova Zelândia, Canadá, Austrália, EUA, Alemanha, Bélgica, Rússia, Irlanda, França, Gré-

cia, Espanha, África do Sul, Inglaterra, Noruega, Roménia, Suécia, Itália, Polónia, Áustria, República Checa, Suíça, Luxemburgo e Holanda. Entre as curtas-metragens em concurso destaca-se a película *Alta Sociedade*, de Carlos Assis, que conta com a participação do conjunto rock «Xutos e Pontapés», *Senhor Jerónimo*, de Inês de Medeiros, e o filme nomeado para os oscars do ano transacto, *La Vieille Dame et les Pigeons*, do francês Sylvian Chormet.



“Nesses documentos [os anexos do chamado acordo de Rambouillet], estranhamente mantidos em segredo durante tanto tempo pela transparente Aliança Atlântica, os aliados pretendiam, tão-só, a total capitulação de um país soberano. Ao exigir “que o pessoal da NATO, com os seus veículos, navios, aviões e outro equipamento”, poderia movimentar-se, “livremente e sem condições”, por todo o território da Federação das Repúblicas Jugoslavas, “incluindo o espaço aéreo e as suas águas territoriais”, os aliados queriam obter, sem mais, a rendição de uma nação independente”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 21.5.99)

“Ou seja, as chamadas negociações de Rambouillet não foram mais do que uma farsa para a NATO tentar ganhar legitimidade para uma guerra há muito pensada e programada. Mais do que isso. Os verdadeiros objectivos da Aliança não eram, como não são, os albaneses do Kosovo. A NATO pretendia e pretende destruir a Jugoslávia e transformar os Balcãs num imenso protectorado ao serviço dos interesses estratégicos dos Estados Unidos e das potências europeias, como a Alemanha, a França e o Reino Unido”

(idem, *ibidem*)

“Decididamente, dois meses depois do começo dos ataques ilegítimos, a NATO já ficou sem honra e credibilidade. Uma organização defensiva transformou-se, pela mão de alguns irresponsáveis perigosos, numa máquina de morte. Esperemos que perca a guerra. Em nome da paz. E da segurança.”

(idem, *ibidem*)

“Só espanta que os apoiantes da NATO não se dêem conta de como esta histeria [bélica] desmente os sentimentos humanitários que alegadamente inspiravam a intervenção militar [na Jugoslávia]”

(Manuel Villaverde Cabral, *idem*)

“Neste momento, só por histeria bélica é que os dirigentes e apoiantes da NATO negam que a defesa dos direitos humanos dos albaneses se transformou num fundamentalismo que esmaga os direitos humanos dos sérvios”

(idem, *ibidem*)

“Quanto à esfarrapada desculpa de que os albaneses mortos no Kosovo eram “escudos humanos”, apenas cabe perguntar quantos inocentes está a NATO disposta a sacrificar em nome dos direitos humanos. E se, no fim da matança, já não houver ninguém para ser salvo? Que sinistra contabilidade!”

(idem, *ibidem*)

Comissão de Inquérito à JAE investiga caso de uma pedreira



Segundo a Lusa, os deputados da Comissão de Inquérito à Junta Autónoma de Estradas (JAE) começaram esta semana a apurar por que razão o arrendatário de uma pedreira em Vila Real, expropriada para a construção do IP4, recebeu há muito 272 mil contos e o proprietário «nem um tostão». O proprietário do terreno, Avelino Gonçalves Estêves, é um dos seis declarantes nas audições marcadas pela comissão parlamentar de inquérito a eventuais actos de corrupção na (JAE). A pedreira foi expropriada pela JAE em 1986 e a empresa arrendatária do terreno explorou o negócio em seu benefício com permissão de responsáveis da JAE de Vila Real, durante alguns anos. O arrendatário, após um acordo amigável, recebeu da JAE 272.800 contos em duas tranches, enquanto ao proprietário era oferecido em tribunal apenas 16 mil contos, antecedido da recusa da JAE em, sequer, lhe dar acesso ao processo com o arrendatário.



CDU

Eleições Europeias 99

Comício em Baleizão

Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo estiveram no passado domingo em Baleizão num comício integrado no 45.º aniversário do assassinato de Catarina Eufémia. Uma iniciativa que incluiu desfile de corais femininos e romagem à campa da jovem camponesa que sucumbiu às balas da GNR na luta pelos direitos dos trabalhadores agrícolas, culminando a iniciativa com um participado comício no largo da aldeia, que atraiu gente vinda em excursões de todas as partes do Alentejo.

Apesar do sol escaldante, um colorido mar de gente salpicado por bandeiras vermelhas, azuis e brancas escutou com visível entusiasmo os oradores.

Adolfo Bexiga, o jovem presidente da Junta de Freguesia de Baleizão, foi o anfitrião apresentando os convidados. As primeiras duas intervenções couberam ao deputado do PCP por Beja, Rodeia Machado, e a Susana Correia, uma das candidatas ao Parlamento Europeu pelo PCP, que se centraram nas questões alentejanas e no combate à abstenção, seguindo-se Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas.

Ilda Figueiredo falou da participação feminina nas listas da CDU ao Parlamento Europeu e do bom trabalho desempenhado pelos deputados comunistas na defesa dos interesses e da melhoria de vida dos portugueses. Referiu uma única vez Mário Soares e Pacheco Pereira para sublinhar que estão «mais interessados na defesa de um exército europeu e de um imposto para o pagar, do que na luta contra o desemprego e no desenvolvimento do País», considerando que votar no PS e no PSD

é «votar em quem apoia a via militarista, o caminho da guerra e a cedência aos interesses americanos». Em seguida, apresentou as propostas da CDU na defesa do progresso, dos interesses de Portugal e dos portugueses que, explicou, passam entre outros aspectos por mais emprego, mais direitos, mais qualida-

de de vida, por um Portugal soberano numa Europa democrática, aberta ao mundo, de cooperação e paz.

Um discurso muito aplaudido tal como o do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Este defendeu que o País e o Alentejo precisam de uma viragem à esquerda na política nacional, criticando «os teatros de grande



A memória de Catarina dá mais força à luta

oposição e zangas entre o PS e PSD» à beira das eleições, quando nas questões essenciais estiveram em coincidência.

«Ao longo destes quatro anos, o que de mais positivo e de esquerda foi aprovado na Assembleia da República tem a marca da luta, da proposta, da intervenção, do empenho e do voto do PCP», disse Carlos Car-

valhas, referindo algumas medidas de que os portugueses agora beneficiam graças ao trabalho dos comunistas.

Apelou ao combate à abstenção, de modo a que a CDU aumente o número de votantes e possa defender ainda com mais força os interesses nacionais na Europa, desafiando, de seguida, Soares e Pacheco Pereira a fala-

rem das propostas que têm para solucionar os problemas concretos com que a Europa se debate.

A prometida reabertura das minas de Aljustrel pelo Governo também não foi esquecida e, recordando os recentes protestos dos mineiros em Lisboa, comentou que só «para o capital financeiro há sempre dinheiro, revelências e benefícios fiscais».

A degradação dos serviços públicos, a mistificação dos números do desemprego, a participação portuguesa na guerra dos Balcãs e a política de dois pesos e duas medidas em relação a outros países, como Angola, Timor ou Palestina foram apontadas também como pontos negativos do governo.

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

Que a esquerda não falte com o seu voto

Estamos hoje aqui em terras de Catarina não numa celebração passadista, mas para continuar a luta dos que nos precederam pela transformação social, pela valorização e dignificação do trabalho, pelo emprego com direitos, por um Alentejo mais justo, mais desenvolvido e menos desertificado. Foi esta a postura dos que tomaram na luta pelo pão, pela paz e pela liberdade, na luta pela reforma agrária.

A importância e a necessidade da reforma agrária nesta região é de tal ordem que mesmo o Partido Socialista, que foi um dos seus principais coveiros, agora em ano de eleições, já promete uma reforma agrária para o século XXI. Certamente para as «vésperas do 4.º milénio»...

O país, tal como o Alentejo, precisa de uma política de esquerda, precisamos de uma viragem à esquerda na política nacional.

Os grandes interesses, os interesses dominantes tudo fazem para promover o rotativismo, de modo a conservarem os privilégios dando a aparência que houve mudança.

À beira das eleições, temos de novo as encenações de grande oposição, de grandes zangas entre o PS e o PSD. Mas a verdade é que nas questões mais essenciais ao longo desta legislatura PS e PSD não estiveram em oposição, mas em coincidência, como foi o caso da revisão constitucional, da aprovação dos Orçamentos de Estado, das privatizações, das políticas laborais, das políticas de Maastricht, etc., etc.

E também é uma realidade que, ao longo destes quatro anos o que de mais positivo e de esquerda foi aprovado na Assembleia da República tem a marca da luta, da proposta, da intervenção, do empenho e do voto do PCP.

Nos mais diversos campos da vida nacional o PCP apresentou medidas, soluções e projectos de lei, travou uma luta empenhada pelo emprego com direitos, pelo aumento das reformas e pensões, pelo combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais, pela democratização do ensino e da justiça.

Hoje há, por exemplo, milhares de famílias, nomeadamente de menores recursos, cujos membros ficaram isentos ou já estão a descontar menos para o IRS deste ano.

Hoje há milhares de trabalhadores, na têxtil, vestuário e calçado, com um horário máximo de 40 horas.

Hoje há milhares de reformados que foram beneficiados com o aumento extraordinário das pensões de reforma.

E tudo isto se deve à luta dos trabalhadores e à luta do



Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu
**Mais
CDU**

Eleições Europeias 99

Que a esquerda não falte com o seu voto

PCP, que relativamente aos reformados tudo fará para que as pequenas reformas, as que mais necessitam, também sejam aumentadas.

Os votos contam-se em Portugal

No dia 13 de Junho, o povo português vai escolher 25 deputados que representarão Portugal no Parlamento Europeu.

Os deputados da CDU foram na última legislatura os que mais intervieram e lutaram em defesa dos interesses nacionais, em defesa dos trabalhadores e da agricultura portuguesa, em defesa de uma Europa de paz e cooperação. Isto é reconhecido quer pelos nossos adversários quer pela imprensa independente. E se tivéssemos elegido mais deputados mais força teríamos dado às reivindicações populares.

A pergunta que temos que fazer ao povo e hoje aqui aos alentejanos é a de saber quem é que eles entendem que melhor e com mais empenho poderá defender os seus interesses.

Se entendem que são os deputados da CDU como são, então no dia 13 de Junho que nenhum voto falte. As eleições são para o Parlamento Europeu, mas os votos contam-se em Portugal e na noite das eleições certamente que todos os activistas, amigos e simpatizantes da CDU gostarão que a Coligação tenha um bom resultado. Então cada um dos que aqui estão, que tem amigos, conhecidos e familiares, pode e deve dar uma ajuda e um impulso para que aumente a corrente de votantes na CDU.

Cada um de nós pode ajudar a combater a abstenção. A direita vai votar, é necessário que a esquerda não falte com o seu voto no grande Partido da esquerda, o PCP e a CDU.

Foi a CDU que combateu o escândalo da distribuição dos dinheiros da PAC em que as 74 maiores explorações agrícolas receberam em média 66 mil contos cada e que se bate por uma distribuição mais justa e democrática, é a CDU a força que mais se bate pela defesa e valorização da agricultura portuguesa e do mundo rural, é a CDU que se bate por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.

O dr. Mário Soares e o dr. Pacheco Pereira dizem que têm grandes ideias para a Europa, mas tirando a retórica o que fica são meia dúzia de velhos lugares-comuns. Sobre questões concretas, por exemplo como pensam que se deve dar resposta aos 20 milhões de desempregados e aos 55 milhões de pobres, até agora nada disseram. Nem uma proposta, nem uma medida.

Como nada disseram se estão de acordo com a redução do horário de trabalho sem perda de direitos e de salários em toda a União Europeia; ou se estão de acordo com o actual estatuto do Banco Central Europeu, se não deve ter um controlo democrático; ou sobre o Pacto de Estabilidade; ou também sobre a dimensão racista dos acordos de Schengen; ou ainda sobre os critérios monetaristas de Maastricht. Aqui fica o desafio ao dr. Mário Soares e ao dr. Pacheco Pereira. Respondam a estas questões. Respondam às questões concretas, deixem-se de discussões pessoais, debatam ideias, deixem-se de retórica e de malabarismos verbais, discutam medidas e não disfarcem as coincidências sobre o essencial.

Mesmo sobre o alargamento a Leste seria interessante saber o que pensam os candidatos sobre as propostas de alguns dos grandes países para que o português deixe de ser língua de trabalho nas instituições europeias e para que Portugal deixe de ter direito a um Comissário.

É interessantíssimo seria mesmo ouvir o profundo pensamento do dr. Pacheco Pereira ou do dr. Mário Soares sobre o que é que o governo português deve fazer no caso de perder competitividade externa (choque assimétrico) em relação a importantes sectores.

Deve despedir os trabalhadores(?), fechar as empresas(?), diminuir os salários?

Deixem-se de blá, blá e de retórica e digam quais as soluções que têm para os problemas.

A política do funil

Temos afirmado que é necessário que venha mais dinheiro para o Alentejo para promover o desenvolvimento e o emprego.

Em vez disso o Primeiro-Ministro envia para a região membros do governo que em autêntico rodopio por aqui se passeiam em clara campanha eleitoral com o dinheiro de todos nós.

Numa dessas inúmeras visitas o ministro da Economia afirmou que as minas de Aljustrel iriam reabrir.

É o que se vê. Mais uma vez os mineiros de Aljustrel tiveram

que vir a Lisboa expressar os seus protestos à porta do Primeiro-Ministro. É uma vergonha.

Para os grandes senhores do dinheiro não faltam facilidades nem benefícios fiscais. Para aqueles que vivem da sua força de trabalho, dificuldades e mais dificuldades.

É por isso, que apesar do crescimento económico que se tem verificado, o Rendimento Nacional tem continuado a desequilibrar-se em desfavor dos trabalhadores. Esta é a marca de um governo que tem a etiqueta de socialista; de um governo que vira as costas aos pescadores do arrasto, aos trabalhadores da função pública, aos mineiros, aos agricultores e aos pequenos e médios empresários.

Para o capital financeiro há sempre dinheiro, reverências e benefícios fiscais, para os pequenos empresários e para os trabalhadores evoca-se sempre as dificuldades e os apertos orçamentais. É a política do funil: larga para uns poucos, estreita para os outros. A acelerada privatização de importantes empresas públicas e de empresas de serviços públicos, com a entrega de milhões a meia dúzia de famílias é outro escândalo.

Em relação aos serviços públicos as consequências já são conhecidas: aumento de preços, degradação da qualidade, discriminação dos utentes em prejuízo dos que têm menos recursos, desfavorecimento das zonas rurais e do interior.

O governo pode continuar a mistificar os números do desemprego e a esconder o subemprego e o desemprego oculto; pode continuar a fechar os olhos às bolsas de pobreza que em vez de diminuírem têm aumentado; pode procurar fazer esquecer a morosidade e a crise na Justiça e a não resposta do serviço nacional de saúde; pode procurar minimizar a situação do nosso aparelho produtivo e o défice da balança comercial, nomeadamente com a Espanha, para procurar enfeitar a sua tese do "oásis português", que não altera a realidade.

Como não altera a realidade fechando os olhos à guerra nos Balcãs e à participação portuguesa.

Condenar a guerra

O governo português é também responsável por estes bombardeamentos criminosos sobre um país soberano e sobre a população civil que cinicamente continuam a ser descritos como "alvos errados", "enganos", "efeitos colaterais"...

Até agora o governo não condenou o execrável bombardeamento de um hospital em Belgrado e também até agora o governo ainda não disse qual a sua posição sobre uma eventual invasão terrestre da Jugoslávia por forças da NATO.

Era bom que dissesse ao povo português qual a sua posição.

Também nada disse sobre as propostas do governo italiano e do governo alemão que propõem a suspensão dos bombardeamentos para se passar de imediato às negociações. Esta é uma questão em que o Primeiro-Ministro não pode continuar a lavar as mãos como Pilatos e a dar o seu aval à política de dois pesos e duas medidas, quando se trata de Angola, da Palestina ou de Timor.

Aliás até hoje não se conhece nenhum protesto em relação ao governo inglês da terceira via, que continua a vender armas à Indonésia. É uma hipocrisia.

Como é uma hipocrisia – e mostra bem o peso das grandes potências e a subserviência do governo português – que a União Europeia tenha condenado o derrube de Nino Vieira e se mantenha calado perante as atrocidades da UNITA em Angola e da Indonésia em Timor.

A luta é o caminho. Até ao dia 26, prossegue a concretização do apelo da CGTP para a convergência de diversas acções públicas de combate ao pacto laboral, por melhores salários e pela defesa do emprego com direitos.

Pela nossa parte continuaremos nas mais diversas frentes a tudo fazer para que o pacote laboral seja derrotado e para que os trabalhadores em luta vejam satisfeitas as suas justas reivindicações.

Mas também até ao dia 13 temos de fazer todos os esforços para que o debate sério e o esclarecimento triunfem sobre a baixa política e a política espectáculo, para que mais e mais portugueses compreendam que o dia 13 de Junho é também um dia de luta pelos seus direitos e que pelo voto na CDU se pode dar mais força às aspirações dos trabalhadores, aos interesses nacionais e a uma viragem à esquerda na Europa e no país.

Vamos trabalhar com empenho, com entusiasmo e com determinação para que em 13 de Junho a CDU tenha um bom resultado que será sobretudo um bom resultado para o povo português e para Portugal.

(...)

Quando em jornalismo «vale tudo»

O conteúdo da reportagem transmitida no «Jornal da Noite» da SIC de domingo passado, sobre o comício do PCP em Baleizão, é um caso de gritante atropelo à ética profissional e de instrumentalização de uma reportagem jornalística como veículo de uma patente má-fé e hostilidade pessoal contra o PCP», considera Vitor Dias, membro da Comissão Política do PCP, na carta que, a este propósito, enviou ao Director de Informação deste canal televisivo, Emídio Rangel.

Segundo o dirigente comunista «o autor da reportagem escolheu e decidiu deliberadamente sentenciar que há «um passado que ao PCP importa lembrar, quando os seus militantes estão divididos sobre a opção de voto ao Parlamento Europeu» e que «Ilda Figueiredo convence mas pouco»;

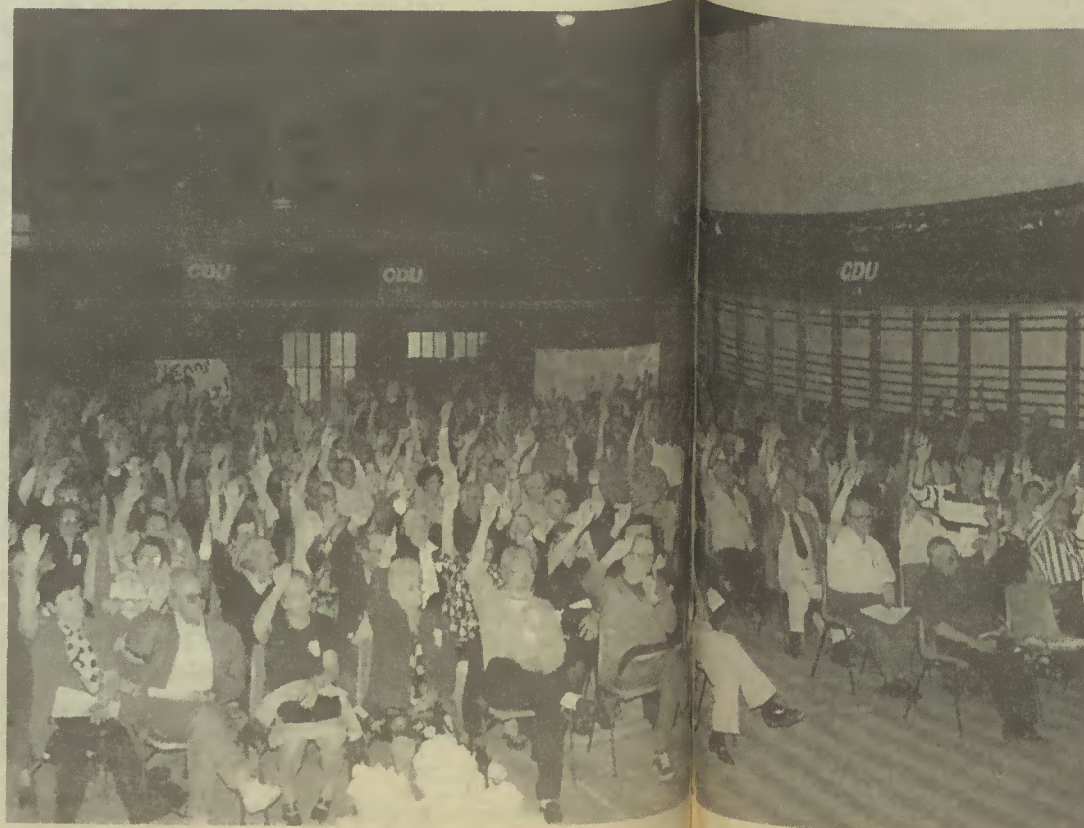
- o autor da reportagem, para ilustrar a sua tese, decidiu procurar e encontrar uma pessoa (que, sublinho, não foi identificada nem se identificou como militante ou eleitora do PCP e nada disse que autorizasse tal interpretação) que, em resposta a uma pergunta que a reportagem sonega, balbuciou umas palavras sobre «o Mário Soares é melhor» e «vai ganhar aquilo»;

- de seguida, o autor da reportagem decidiu sentenciar que «os dirigentes comunistas conhecem bem esta opinião, e por isso ninguém pode ficar em casa no dia 13», assim relacionando abusivamente as palavras de Carlos Carvalhas contra a abstenção com uma pretensa atracção do eleitorado comunista por Mário Soares, quando nada nas afirmações do Secretário-Geral do PCP permitir tal inferência;

- e, para concluir como queria, o autor da reportagem, após uma passagem da intervenção de Ilda Figueiredo, resolveu rematar, de forma despropositada mas ofensiva, que «tudo é mesmo possível de controlar menos a vontade do povo».

Vitor Dias chama, ainda, a atenção para que, «se as reportagens da SIC passassem em geral a adoptar truques, como o que foi feito pelo vosso correspondente em Évora, não lhes seria difícil, em cada peça sobre qualquer acto de campanha de outras forças concorrentes, encontrar e inserir opiniões de preferência por outros candidatos por parte de pessoas que sejam abordadas nas localidades onde decorrem essas acções de campanha».

Barreiro sociais são parente pobre na União Europeia



«As questões sociais são o parente pobre da actual União Europeia», afirmou Ilda Figueiredo no passado sábado no Barreiro, perante as centenas de participantes do IV Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Reformados, iniciativa que reuniu no salão dos Penicheiros militantes dos mais diversos pontos do país. No meio de fortes aplausos dos participantes – esmagadoramente reformados – a cabeça de lista do PCP às próximas eleições europeias sublinhou que «não basta incluir um capítulo sobre questões sociais no tratado da União Europeia para que elas fiquem automaticamente resolvidas», com a agravante de Portugal ser «um dos país

es da União Europeia que menos gasta com a protecção social». «Querem fazer da vida dos idosos um negócio para os bancos e as empresas de seguros», acusou Ilda Figueiredo mais adiante, para denunciar, logo de seguida, a hipocrisia do PS e do PSD para com os idosos, «de quem apenas se lembram em vésperas de eleições». E assinalou: «O PSD, quando esteve no Governo, não hesitou em aumentar a idade da reforma das mulheres de 62 para 65 anos. O PS, enquanto estava na oposição, escandalizava-se, arrancava cabelos da cabeça e jurava que com eles isso nunca aconteceria. Pois bem, levam quase quatro anos de Governo e

não tiveram coragem de alterar esse escândalo. Muito pior que isso: não apoiaram a proposta apresentada pelo PCP na Assembleia da República para repor este direito e reparar esta injustiça.» Por outro lado, «como sempre, tal como nas autarquias e na Assembleia da República, a CDU defende o direito das pessoas idosas a uma vida digna, com pensões e reformas adequadas e condições para levar a cabo uma vida social plena, realizada e gratificante». Daí que, no dia 13 de Junho, «votar na CDU é votar nas mulheres e nos homens que vão defender uma Europa social e de emprego com direitos», concluiu Ilda Figueiredo.

Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu
**Mais
CDU**

Eleições Europeias 99

Café-Concerto no Palácio Pancas Palha

Mais CDU para mais igualdade



Objectivo do café-concerto: apoiar a CDU na construção da igualdade

O belo Palácio Pancas Palha, recentemente recuperado pela Câmara Municipal de Lisboa, foi o local escolhido para a realização de um café-concerto, com cerca de uma centena de pessoas que quiseram expressar, com a sua presença, o apoio ao trabalho desenvolvido pela CDU e o apreço pela elevada percentagem de mulheres que integram as suas listas às próximas eleições europeias.

Os participantes, todos ostentando um raminho de flores que lhes era oferecido à entrada, dispunham-se pelas pequenas mesas que enchiam a sala e ocupavam o terraço adjacente. Ao fundo, antes de se passar para o buffet – de pratos bem confeccionados e apresentados –, quem quisesse podia tomar um cocktail preparado com esmero por um activista da CDU.

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU, circulava de mesa em mesa, cumprimentando ou respondendo a questões que aqui e ali lhe eram colocadas pelos presentes, entre os quais se contavam vários dos primeiros 300 subscritores do abaixo-assinado de apoio à CDU «para construir a igualdade». Um abaixo-assinado que apela ao reforço da votação na CDU, para combater as discriminações e promover a participação em igualdade, e já subscrito por Maria Lúcia Lepecki, Maria Helena Mira Mateus, Dulce Rebelo, Maria Helena Dá Mesquita, Gastão Cruz, Urbano Tavares Rodrigues, Alexandre Babo, Silva Dias,

Carlos Roxo, Francisco Allen Gomes, José Manuel Palminha, Manuel Carvalho da Silva, Maria do Carmo Tavares, José Ernesto Cartaxo, Levi Baptista, Luís Azevedo, Ivone Ralha e Fernanda Lapa, entre outras personalidades. A meio da noite, as canções – interpretadas por Paulo Vilar – deram lugar aos discursos. Coube a Graça Mexia apresentar as oradoras, a primeira das quais Manuela Cunha, representante do Partido Ecolo-

gista «Os Verdes» e candidata da CDU, que começou por referir o elevado número de mulheres que integram os vários organismos do seu partido, aspecto sobre o qual já lhes têm pedido a «receita». Não há receita, diz. O facto é que o ambiente toca de perto as mulheres, é uma questão ligada ao seu quotidiano, à vida, ao mundo que querem deixar para os seus filhos. E talvez essa seja uma das razões por que os «Verdes» integram as listas da CDU, porque a CDU faz uma política próxima das pessoas e ligada ao concreto. E porque, nas suas listas, as mulheres não têm um papel meramente decorativo mas verdadeiramente interventivo.

Por sua vez, Ilda Figueiredo (ver extractos da intervenção em separado) sublinha o facto

de a elevada presença feminina nas listas CDU (cerca de 50%) vir na continuidade de uma preocupação constante em relação à participação das mulheres na vida política – que não se sepa-

ra dos factores económicos, sociais e culturais – e representar o justo e necessário reconhecimento do mérito e capacidade das candidatas que sentem a sua participação como «uma

possibilidade de dar mais autenticidade, mais força e mais fulgor à luta» que, depois de 13 de Junho, prosseguirá pela plena afirmação dos direitos das mulheres.

Intervenção de Ilda Figueiredo

Quebrar muros do silêncio

«Apesar das leis do nosso país e das múltiplas directivas da União Europeia, a igualdade de direitos e oportunidades não é uma realidade e as discriminações em função do sexo persistem», disse Ilda Figueiredo, no discurso que proferiu no café-concerto pela igualdade (que a seguir se transcreve).

(...) Creio ser útil insistir no significado essencial que deve ser atribuído ao facto de a CDU ter escolhido uma mulher para cabe-

ça de lista e de ter assegurado que quase 50% dos seus candidatos ao Parlamento Europeu fossem mulheres.

Em primeiro lugar, quero lembrar que, no âmbito da CDU, se tratou sobretudo, não de acordar subitamente para a questão da participação das mulheres nas listas eleitorais, mas de dar um novo impulso a uma preocupação e a uma orientação que já anteriormente tinha levado a que, em termos de listas e de eleitos, quer para a Assembleia da República quer para as autarquias locais, a

CDU apresentasse uma participação feminina que sempre assumimos como ainda insuficiente e insatisfatória mas que se distinguia largamente da assegurada por outros partidos. Em segundo lugar, não só nunca separámos a questão da participação das mulheres na vida política dos factores económicos, sociais e culturais que determinam em medida essencial as situações de desigualdade entre homens e mulheres, como sempre sublinhámos intransigentemente que o aumento da participação das mulheres portuguesas nas instâncias e campos de representação, intervenção e decisão política nunca se poderia considerar resolvido só porque, num pequeno universo de 230 eleitos para a AR e 25 eleitos para o Parlamento Europeu, se tivesse porventura alcançado um progresso espectacular.

Em terceiro lugar, que sempre dissemos é que, sem prejuízo dos problemas e condicionantes de fundo que precisamente queremos afrontar, é querer tajar o sol com uma peneira não ver ou não querer ver que nesta questão pesam também atavismos, rotinas, preconceitos e conservadorismos que se traduzem designadamente na colocação de critérios de avaliação mais exigentes para as mulheres que para os homens e que tem barrado o caminho a progressos inteiramente possíveis, a progressos que, como se está vendo, são inteiramente possíveis, não como resultado de operações de maquiagem ou de generosos favores, mas – é bom dizê-lo – do justo e necessário reconhecimento do mérito e capacidade das mulheres que são candidatas da CDU.

Em quarto lugar, e é um sentimento e uma atitude que esclare-

cem quase tudo, as mulheres que integram a lista da CDU vêem e sentem a sua participação nesta lista não numa atitude de auto-satisfação pessoal, mas sobretudo como uma possibilidade de dar mais autenticidade, mais força e mais fulgor à luta, que continua e continuará depois de 13 de Junho, pela plena afirmação dos direitos das mulheres no trabalho, na família e na sociedade.

CDU afirma diferença

Queríamos dizer-vos que, ao longo dos intensos e diversificados contactos com os eleitores e eleitoras que tenho tido nesta pré-campanha, tenho encontrado muitas e esperanças manifestações de evidente apreço e grande simpatia que, de forma expressa, se relacionam com o facto de a cabeça de lista da CDU ser uma mulher e de a CDU ter uma tão significativa participação feminina na sua lista. (...)

Nesta campanha para o Parlamento Europeu, estamos evocando justamente a atenção, a sensibilidade e o valioso trabalho que os deputados e deputadas eleitos pela CDU têm realizado no Parlamento Europeu e na Assembleia da República pelos direitos, interesses e aspirações das mulheres e também como quanto do que, nessa matéria, nestes últimos 25 anos se conquistou e avançou, é inseparável do nosso empenho, da nossa persistência e da nossa coerência. (...)

Dizemo-lo não por qualquer eleitoralismo mesquinho mas por grito de alma, por força de uma indignação que mantemos viva e ardente, por preocupação e revol-

Em 13-Junho
no Parlamento
Europeu
**Mais
CDU**

Eleições Europeias 99

Viana do Castelo

Sala cheia para o comício

Quebrar muros do silêncio

ta com uma situação que ofende os valores civilizacionais mais sagrados, queremos lembrar a batalha pela despenalização do aborto e reafirmar o orgulho que temos pelo destacado papel que aí assumimos.

Mas queremos sobretudo reafirmar que não desistimos desse combate e que podem os senhores e senhoras de moralismo hipócrita que dirigiram a campanha do «não» estar a conviver tranquilamente há 11 meses com a continuação do flagelo e do drama do aborto clandestino que nós continuaremos a considerar que é uma vergonha e um crime que, nas vésperas de um novo século e de um novo milénio, às mulheres portuguesas que desejam interromper uma gravidez não desejada só continue a ser oferecida uma saída que ameaça a sua saúde, põe em risco as suas vidas e ofende a sua dignidade de seres humanos.

(...) Ao contrário do que alguns pensam, a luta para construir a igualdade constitui uma causa que no mundo, na Europa e em Portugal continua e continuará a reclamar um grande combate.

Na verdade, apesar das leis do nosso país e das múltiplas directivas da União Europeia, a igualdade de direitos e oportunidades não é uma realidade e as discriminações em função do sexo persistem.

As mulheres continuam ainda a ocupar os lugares pior qualificados e remunerados, continuam a ser as mais atingidas pelo trabalho precário e atípico, o trabalho ocasional e à peça, e sem protecção social. Continuam a suportar a maior sobrecarga de trabalho na vida doméstica e familiar, persistindo assim os obstáculos à sua participação regular em qualquer esfera da vida social e política. (...)

Podeis estar certos que, no Parlamento Europeu, vamos prosseguir o trabalho qualificado e empenhado que os nossos deputados têm realizado em prol dos direitos das mulheres, seja na defesa da manutenção e dinamização da Comissão dos Direitos da Mulher no Parlamento Europeu, seja na aprovação de várias propostas que visam a melhoria das condições de vida e de trabalho, que combatam a violência contra as mulheres, que garantam protecção às famílias monoparentais, e acesso mais fácil à educação e à formação.

A participação das mulheres em igualdade é uma condição de progresso. Lutar pela igualdade é quebrar os muros do silêncio e afrontar tudo o que viola e ameaça os direitos das mulheres e a sua dignidade.

Lutar pela igualdade é lutar pela justiça social, pela soberania dos povos e para, como hoje é dramaticamente urgente, dar mais voz à luta contra a guerra e pela paz.

Em 13 de Junho, mais CDU, mais esquerda para construir a igualdade.

O Casino Afifense encheu na passada sexta-feira para o comício-festa com Ilda Figueiredo, a cabeça de lista da CDU às eleições europeias.

A abrir as intervenções políticas, Evaristo Carvalho, da concelhia de Viana e presidente da colectividade afifense, falou do

conflito que opõem os 600 moradores de Afife e a Câmara Municipal em torno das tarifas do saneamento. A resolução do

problema, disse, não deve passar por um novo boicote do acto eleitoral, mas sim pelo reforço do apoio à gente que trabalha e luta pelos interesses das populações - à CDU.

O comportamento da Câmara foi também criticado por João

Duarte, do Comité Central, que lamentou a recusa de cedência de uma palco para o comício. Apesar de a autarquia ter assegurado que a decisão seria aplicada a todas as candidaturas, João Duarte considerou que tal comportamento prefigura um preconceito de demonização da política, que caiu em desuso com o 25 de Abril. Não é negando tudo a todos que se respeita o princípio da igualdade, afirmou.

Apelando ao voto, este dirigente explicou que a CDU propõe «um modelo de construção europeia diferente, que aproxime as economias e os níveis de vida dos cidadãos, aumentando o investimento produtivo e criando novos empregos», ou seja, que «a convergência nominal da União Económica e Monetária, ceda lugar à convergência real».

O atraso de Portugal é particularmente visível no Norte, que «ainda não conseguiu sair da lista das 25 regiões menos desenvolvidas da União Europeia». Porém, o distrito de Viana «ainda fica aquém dos níveis do Norte, quer nos indicadores da qualidade de vida, quer nos indicadores económicos, quer nos indicadores dos rendimentos».

Denunciadas foram ainda as consequências da política comuns de pescas (que desde 1987 fez desaparecer 1700 profissionais num universo de 2700), e da política agrícola comum, responsável pela liquidação, entre 1986 e 1995 na região Entre Douro e Minho, de 44.243 explorações, isto é, 36,6% das explorações existentes.



A colectividade Casino Afifense acolheu o comício da CDU

Compromisso com deficientes

A cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, foi a primeira candidata a subscrever a «Declaração de Compromisso Conjunta» promovida pela Associação Internacional de Deficientes, com o objectivo de demonstrar o seu apoio aos direitos dos cidadãos com deficiência.

O documento foi assinado na passada quarta-feira, durante um encontro da CDU com Associação Portuguesa de Deficientes, representada pelo seu vice-presidente João Valentim, que decorreu na sede do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes.

Esta iniciativa é consequente com o trabalho que os deputados do PCP desenvolveram nesta área durante a legislatura cessante, nomeadamente, aquando da discussão orçamental dos últimos dois anos, os comunistas no Parlamento Europeu reagiram às intenções da Comissão Europeia e do Conselho de cortar as linhas financeiras destinadas a «acções em prol dos deficientes e suas organizações representativas», apresentando propostas de dotação na ordem dos dois milhões de contos por ano.

A Declaração Conjunta preconiza que, ao nível do Parlamento Europeu, se faça tudo para assegurar a plena participação dos cidadãos com deficiência na sociedade através do acesso à educação, emprego e cultura, devendo ser dada particular atenção às pessoas com deficiência a quem são negadas oportunidades por causa da pobreza, desemprego, identidade étnica ou por serem membros de um grupo sub-representado na sociedade.

Maior investimento na Ciência e Tecnologia

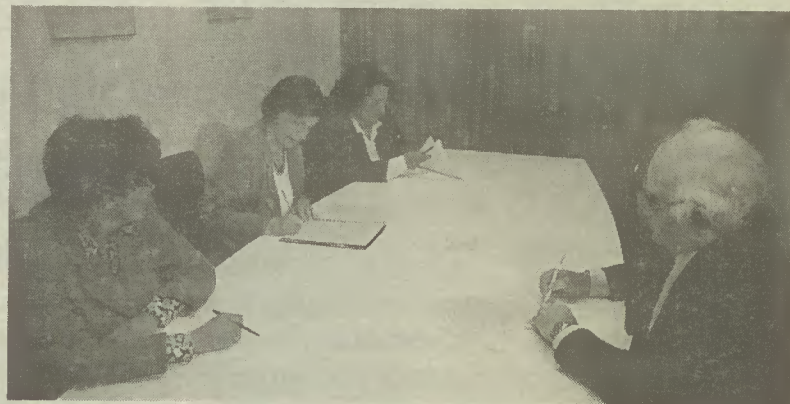
Portugal tem de aumentar o investimento no sector da Investigação, Ciência e Tecnologia, defendeu Ilda Figueiredo, durante a visita de uma delegação da CDU ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), realizada quinta-feira da passada semana. A candidata, acompanhada por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, pelo deputado António Filipe e António Cordeiro, membro do Comité Central do PCP, encontrou-se com a direcção do Laboratório e com a comissão sindical.

No final em declarações aos jornalistas, Ilda Figueiredo salientou que a nova lei orgânica do LNEC tem de prever uma revalorização das carreiras, defendendo ainda uma maior dotação de fundos do Orçamento de Estado para que o Laboratório «não tenha de recorrer à venda de serviços em detrimento da investigação».

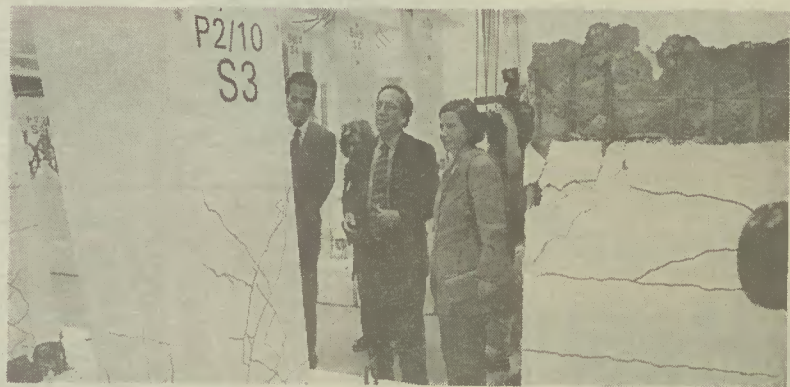
Com estudantes de Lisboa

Ilda Figueiredo esteve na passada segunda-feira na Cantina Universitária onde almoçou na companhia de muitos estudantes, tendo sido acompanhada pelos candidatos jovens da lista da CDU, Ângelo Alves, Vanda Santos e Joana Silva. Recebida com simpatia, a cabeça de lista da Coligação falou com estudantes a quem aproveitou para distribuir os documentos da candidatura.

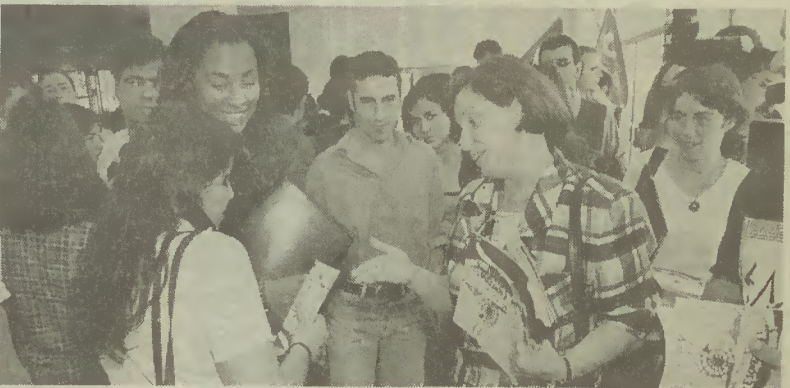
À noite, Ilda Figueiredo participou num jantar de apoiantes, realizado na Feira Popular, onde, para além do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e muitos outros dirigentes partidários, estiveram numerosas figuras conhecidas da vida cultural do nosso país.



Encontro com a Associação Nacional de Deficientes



Visita ao Laboratório de Engenharia Civil



Com estudantes na Cantina Universitária



Jantar com apoiantes na Feira Popular



Propaganda destruída na Madeira

A CDU/Madeira apresentou na passada semana uma queixa na Comissão Nacional de Eleições denunciando a sistemática destruição de material de campanha política e retirada de propaganda.

Segundo afirma a Coligação, elementos da Direcção Regional de Estradas e Secretaria Regional do Equipamento Social, numa carrinha devidamente identificada, procederam à total destruição dos pendões e outros materiais de propaganda eleitoral nos concelhos de Santa Cruz e Machico.

No concelho do Funchal foram também retiradas placas de pré-campanha e foram destruídos diversos cartazes com a apresentação da cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu.

A CDU/Madeira exige o fim imediato deste atentado à liberdade de expressão na RAM e pretende que lhe sejam restituídos e recolocados os materiais retirados.

Concurso de bandas

A Juventude CDU/Sintra promoveu no passado sábado um concurso de bandas do concelho. A iniciativa realizou-se no Parque Conde Almeida Araújo e inseriu-se na pré-campanha da Coligação, onde se juntaram centenas de jovens para ouvir as seis bandas concorrentes.

O júri, constituído por Paula Borges, vereadora da CDU na CM de Sintra, Nuno Matos, da Concelhia do PCP, e Sebastião Antunes, vocalista dos Quadrilha, atribuiu a vitória à banda Stone Puppets, que ficou assim apurada para participar no palco dos Novos Valores da festa do «Avante!». Pela Juventude CDU, Nuno Franco criticou o Governo e a autarquia por não criarem condições à difusão das novas bandas, e alertou para os problemas do ensino, em particular para o sistema de avaliação em que os estudantes são submetidos a provas eliminatórias, em prejuízo do trabalho que desenvolvem ao longo do ano.

Vanda Santos, candidata ao Parlamento Europeu, repudiou a guerra sangrenta nos Balcãs e acusou o Governo de ter uma atitude subserviente aos interesses do imperialismo norte-americano.

Candidato jovem em Évora

Ângelo Alves, candidato da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, esteve na cidade de Évora com contacto com as associações de estudantes da Escola Secundária Gabriel Pereira e da Escola Secundária André de Gouveia.

O candidato abordou as questões europeias, detendo-se em particular na guerra da Jugoslávia, bem como temas ligados como a educação, saídas profissionais e ingresso no ensino superior, a educação sexual, entre outros.

Por seu lado, os estudantes colocaram vários problemas específicos das escolas, designadamente as dificuldades no trabalho das associações de estudantes, a falta de condições técnicas nas escolas, insuficiência de funcionários, os horários extensos, os exames nacionais e o *numerus clausus*.

O ambiente na Guarda

Manuela Cunha, candidata na listas da CDU pelo Partido Ecologista «Os Verdes», acompanhada de André Martins, dirigente do PEV, deslocou-se no passado sábado ao concelho da Guarda para divulgar um documento sobre os principais problemas ambientais da cidade e as propostas da Coligação. O desdobrável, que foi distribuído na zona histórica da cidade, alerta para a poluição da nascente do rio Mondego e o mau tratamento das águas da Barragem do Caldeirão, que abastecem a cidade. A lixeira, o mau funcionamento das fossas sépticas, a poluição do rio Noémi, Diz e outros cursos de água são igualmente aspectos que urge corrigir. Entre outras medidas, a CDU chama a atenção para a necessidade de reatar o funcionamento das Etar's, que apresentam sinais de abandono, a fiscalização das indústrias poluentes e o tratamento dos efluentes.

Encontro em Aveiro

Alcina Fernandes, candidata nas listas da CDU, foi apresentada na passada sexta-feira, durante um encontro da CDU realizado na cidade de Aveiro. Na iniciativa estiveram presentes representantes das diferentes forças políticas que formam a coligação, bem como o mandatário distrital, Artur Ramísio.

Depois da intervenção de Joaquim Almeida da Silva, usou da palavra Alcina Fernandes que expôs as linhas gerais da candidatura para o distrito de Aveiro. Como referiu, o desenvolvimento da região passa pela salvaguarda do tecido produtivo (industrial, agro-pecuário e piscatório), pela construção das infra-estruturas (IC1, melhoria do IC2, novo traçado do IPS, alargamento do saneamento básico, e construção da Barragem de Ribeirão). Mas se estes pontos são essenciais, a candidata não deixou de sublinhar que o «crescimento deve assentar nas pessoas e na sua valorização, mediante um ensino público de qualidade e adequada formação profissional».

Eleições Europeias 99

Honório Novo inaugura exposição no Porto

O Sector Intelectual do Porto do PCP inaugurou, na passada sexta-feira, no Centro de Trabalho da Boavista, uma Exposição-Venda de Artes Plásticas que se integra nas comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril e tem a participação de quatro dezenas de artistas plásticos.

Na sessão inaugural da exposição - patente ao público até 30 de Junho - e com a presença de muitos militantes e simpatizantes, Jorge Sarabando, da DORP, numa breve alocução, lembrou a presença viva da arte e dos artistas plásticos na revolução e na luta em defesa dos ideais de Abril e salientou o facto de mais de uma centena e meia de artistas, mais ou menos consagrados, terem já exposto naquele



À inauguração assistiram inúmeras personalidades portuguesas

espaço aberto que é o CT da Boavista.

Honório Novo, deputado comunista no Parlamento Europeu e actual candidato das listas CDU, por sua vez, citou três eventos, entre outros pos-

canções tradicionais portuguesas e as *Heróicas*; a «embaixada do Alentejo» que, durante uma semana, mostrou em Estrasburgo, enquanto decorria uma sessão plenária, a gastronomia, a cultura popular, as aptidões e as exigências desta região portuguesa.

Na exposição participam Acácio Carvalho; Adnilo Lotus de Carmin; Alfredo Barros; Alfredo Martins; Anamor; Antónia Marques; António Fernando; Carlos Trindade; César Froufe; Céu Costa; Daniel Hompesch; Eduarda Castro; Elsa César; Fátima Brandão Coelho; Fernando de Oliveira; Graça Martins; Guima; Henrique Pichel; Isabel Cabral; Isabel de Sá; Isabel Lhano; Jorge Figueira; Júlia Pintão; Julieta Reis; Lopes Cardoso; Manuela Bronze; Maria André; Maria Manuela Morais; Maria Rafael; Nuno Canelas; Paula Bacelar; Paula Craft; Paulo Hernâni; Pedro Brito; Raquel Gralheiro; Roberto Machado; Rodrigo Cabral; Rui Aguiar; Rui Rodrigues; Silva Ramalho.

Movimento de apoio em Vila Real

Um elevado número de destacados dirigentes associativos, técnicos e especialistas das ciências agrárias, pertencentes a diversas áreas do pensamento político, reagiram ao anúncio da candidatura de Armando Carvalho nas listas CDU, dinamizando um amplo Movimento de Apoio Regional a esta candidatura.

O apoio a Armando Carvalho tem por base a sua conduta «irrepreensível» ao longo dos 20 anos de «labuta associativa na Região e no País» e a sua porfia da luta por um modelo de agri-

cultura, no quadro da União Europeia, «capaz de garantir a segurança alimentar do País e combater o empobrecimento das zonas rurais e a desertificação do interior».

Entretanto, a Comissão de Apoio está a organizar um convívio regional de agricultores, pastores e povos dos baldios transmontanos, no próximo domingo, na Barragem do Alvão em Vila Pouca de Aguiar, para o qual convidaram o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e a cabeça de lista da CDU, Ilda Figueiredo.

síveis, da iniciativa dos deputados comunistas que ilustram o pensamento e a acção do PCP em relação à cultura e à arte: o colóquio com José Saramago, antes da sua consagração como Prémio Nobel da Literatura (que mais tarde se repetiu com enorme êxito); o espectáculo do Coro Lopes-Graça, com as

Festa na Suíça

Mais de 200 militantes e simpatizantes do Partido participaram, no dia 23 de Maio, em Valeyres-Sous Rances (Yverdon), na Festa Nacional que a organização do PCP na Suíça realiza pelo 10.º ano consecutivo.

Esta Festa conta com o envolvimento activo das diversas organizações do partido espalhadas por toda a Suíça, designadamente, em Genebra, Thun, Zurique, Valais, Neuchâtel, La-Chaux-de-Fonds e Yverdon, onde os militantes comunistas desenvolvem um importante papel no movimento associativo e sindical e realizam um importante trabalho de ligação à comunidade portuguesa.

Ao longo do dia, os participantes puderam saborear uma óptima ementa, onde não faltou a sardinha assada e o caldo verde, o sorteio de vários prémios - cujas receitas são destinadas à Campanha dos 250 mil contos - e a participação de o grupo musical «Os Lusitanos», de SION.

As intervenções políticas estiveram a cargo de Conceição Belo, Alexandre Milheiro e Isaac Ferreira, mandatários da CDU na Suíça, Manuel Alho, responsável da organização, e Fernanda Mateus, da Comissão Política do PCP.

A importância do reforço do voto na CDU pelo círculo da Europa para as eleições para a Assembleia da República foi a tónica principal das diversas intervenções, no sentido de garantir que seja dada voz aos problemas dos portugueses que vivem e trabalham na Suíça.

CDU/M cria Gabinete de Assuntos Europeus

Conforme tem sido publicamente reconhecido, os deputados da CDU são «os mais activos e competentes deputados europeus» mas a Coligação quer «fazer mais e melhor» na defesa da Região madeirense junto das instituições europeias.

Assim, com o intuito de aproximar os centros de decisão política dos cidadãos e garantir um apoio à actividade dos eleitos da CDU no Parlamento Europeu, a CDU/Madeira vai criar um Gabinete de

Assuntos Europeus que terá assessorias nas áreas social, económica e ambiental.

Fornecer mais informações sobre os Programas Comunitários; apresentar regularmente os problemas regionais das instituições europeias; exercer o «direito de petição» e promover o estudo dos problemas da construção europeia na Região Autónoma da Madeira, são outros objectivos que o Gabinete se propõe.

CAMARADAS FALECIDOS

Joaquim H. Ramos Silva

Com 76 anos de idade, faleceu no passado dia 23 de Maio o camarada Joaquim Henriques Ramos Silva. Natural de Alcanena, era membro do Partido desde antes do 25 de Abril, tendo sido preso em 1961. Homem simples e generoso, a sua casa foi muitas vezes ponto de apoio para trabalho clandestino. Actualmente militava na organização de Torres Novas, onde residia.

José Cândido R. Morais

Faleceu, no passado dia 15 de Maio, o camarada José Cândido Rodrigues Morais, de 65 anos de idade. Estava organizado na freguesia de Vialonga.

Manuel José da Silva

Faleceu repentinamente, com 72 anos de idade, o camarada Manuel José da Silva, refor-

mado do Arsenal do Alfeite, onde grangeava estima e admiração pela sua competência profissional. Nini, como era vulgarmente conhecido, militava no Partido desde 1974, estando ultimamente organizado na Comissão de Freguesia de Almada. Foi um dos fundadores do Parque de Campismo Piedense (SFUAP), tendo-se destacado a nível nacional neste meio associativo, não só pelo companheirismo como pela dedicação àquela actividade. Desempenhou vários cargos de dirigente associativo, tendo sido presidente da direcção da SFUAP. No seu funeral participaram arsenalistas, associativistas e dirigentes locais e regionais do PCP.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Encontro de associações

O Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo da Câmara Municipal de Beja vai realizar o III Encontro de Estruturas Associativas do Concelho de Beja, no próximo dia 29, sábado, na Casa da Cultura.

O encontro irá decorrer durante todo o dia, estando em debate temas como «25 anos de liberdade no movimento associativo», «O associativismo e o poder político» e a «Extensão dos apoios ao movimento associativo - evolução e novas realidades do associativismo».

No concelho de Beja existem presentemente 157 associações, nomeadamente 46 desportivas, 32 culturais, 22 de estudantes ou de educação, 8 grupos corais, 8 de instrução e recreio, 8 beneméritos e 33 ligadas a várias áreas, desde a ambiental à comercial, passando pelo desenvolvimento, sindicatos ou deficientes.

Encontro nacional de deficientes

Com o lema «Os deficientes e o 25 de Abril» vai realizar-se em Grândola, no próximo sábado, o 13.º Encontro Nacional de Deficientes - END/99, organizado pela Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD).

Inserindo-se nas comemorações do 25 de Abril, o encontro será uma jornada de luta em que, através do desporto e do debate, se fará o levantamento da situação actual dos deficientes.

Participam neste 13.º END, que tem o apoio da Câmara, deficientes de todo o país, aguardando-se a presença de cerca de 400 pessoas.

Ferreira de Castro

Saramago contra esquecimento

O Prémio Nobel da Literatura, José Saramago, apelou a que seja dada visibilidade à obra de Ferreira de Castro, que soube ser «um grande escritor num tempo em que nem sequer era fácil ser português».

Falando na abertura do colóquio internacional sobre Ferreira de Castro, realizado em Oliveira de Azeméis, José Saramago enalteceu as qualidades humanas e literárias daquele escritor, como «referência também moral para os jovens», exortando a que não se ceda à «tentação do esquecimento fatal».

«Vamos pôr o Ferreira de Castro visível e dar visibilidade a outros que andam por aí, para que não seja preciso esperar que venha a morte para dizer que são nossos», disse, referindo outros autores portugueses como Aquilino Ribeiro e Alves Redol, «que parecia que tinham a imortalidade garantida» e foram votados ao esquecimento.

Da obra literária de Ferreira de Castro o Nobel da Literatura destacou A Selva como um dos livros únicos que de vez em quando aparecem e que são referências de uma geração, e A Curva da Estrada que coloca questões novas na abordagem que até então era feita e que merece a atenção dos estudiosos, «para ver até que ponto as preocupações que transmitiu não voltarão a ser preocupações».

Manuel da Fonseca

Exposição permanente

Uma exposição permanente sobre a vida e obra do escritor Manuel da Fonseca foi inaugurada segunda-feira, em Almada, na Associação Cultural que toma o nome do autor de O Fogo e as Cinzas, situada no Pragal.

Manuel da Fonseca nasceu em Santiago do Cacém em 1911, tendo publicado o seu primeiro livro em 1940, a obra poética Rosa dos Ventos. Morreu em Março de 1993, aos 81 anos. São títulos de destaque na sua bibliografia Cerramaior (1944) e Seara do Vento (1959).

Évora distinguida

com prémio europeu

O projecto da Câmara de Évora «Uma Ponte com o Passado», que visa o encontro intergeracional, foi distinguido pelos Prémios Europeus Henry Ford. O projecto reúne 30 instituições educativas do concelho e 18 de apoio à terceira idade e tem como objectivo o encontro intergeracional em torno da preservação da cultura e da valorização do idoso como elemento activo na sociedade.

Na sequência da sua candidatura à 16.ª edição dos Prémios Europeus Henry Ford, o projecto eborense foi distinguido como o melhor, a nível nacional, na categoria de «projectos de crianças e jovens» (concebidos por adultos mas dinamizados por crianças).

Fenprof contra discriminação

A Fenprof acusou o Ministério da Educação (ME) de promover «discriminação e xenofobia» na educação especial e nas actividades de apoio à família no ensino pré-escolar.

A Federação Nacional dos Professores entende, por um lado, que o ME «nega a milhares de crianças e jovens apoios específicos às suas aprendizagens» e dá o exemplo da colocação de docentes nestas funções pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC).

Por outro lado, afirma que as exigências no âmbito da ligação dos jardins de infância à comunidade «condenam à segregação as minorias étnicas consideradas em cada comunidade escolar».

É que, sublinha, o Departamento de Educação Básica do ME impõe que o moderador - a quem compete trabalhar na «interligação da cultura da escola com as diversas culturas de origem das crianças» - pertença ao grupo étnico maioritário na escola.

A Fenprof promete denunciar à Assembleia da República e instâncias internacionais todas as situações «discriminatórias e/ou imbuídas de um espírito xenófobo» assumidas por departamentos do Ministério da Educação.

Novo presidente em Cortes

A Assembleia de Freguesia de Cortes, na Covilhã, tem novo presidente.

Reunida no passado dia 7, depois do pedido de demissão de José Serra Reis, foi eleito o novo presidente da Assembleia de Freguesia, Elídio Moisés Serra, de 22 anos, militante do PCP.

Além do novo presidente, foi eleito o 2.º secretário, Jaime Miragaia dos Reis, e o 1.º secretário, Jorge Martins Timóteo.

Angolanos expulsos de Portugal Protestos na AR e no aeroporto

Os 19 cidadãos angolanos, retidos no aeroporto de Lisboa, nalguns casos desde dia 4, foram expulsos do nosso país por decisão do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Um facto particularmente chocante e que levantou protestos entre associações anti-racistas e partidos políticos.

Dia 20, deputados e dirigentes associativos realizaram uma concentração frente ao Aeroporto de Lisboa, em protesto contra a retenção de 19 angolanos que, alguns desde o dia 4 de Maio, foram impedidos de entrar em Portugal.

Volvidos 20 dias de um verdadeiro aprisionamento destes cidadãos angolanos no aeroporto, o SEF informou-os do seu regresso compulsivo a Luanda. Os argumentos invocados para a recusa de entrada foram a «falta de visto adequado à finalidade da deslocação», a «falta de meios de subsistência suficientes para o período da estada» e a «não apresentação de documentos que justifiquem o motivo e as condições da estada».

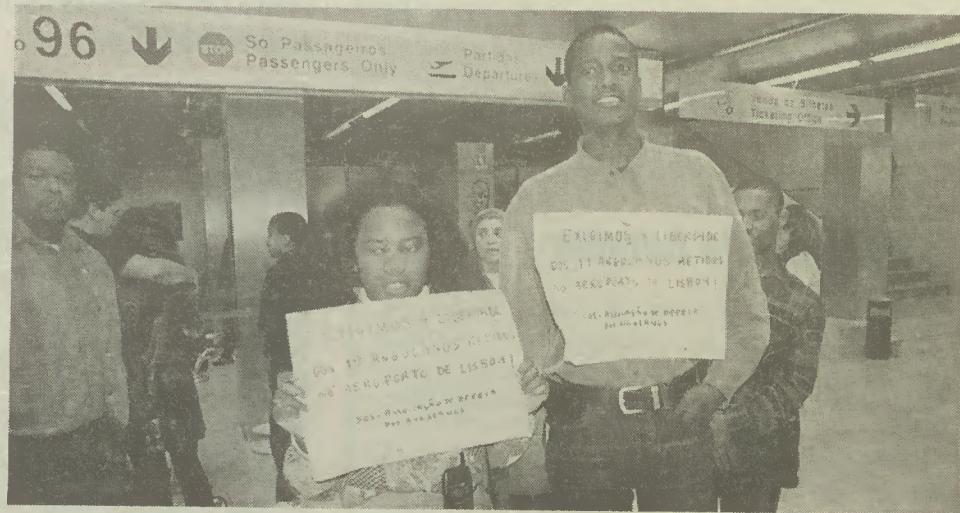
Regressados a Luanda, os 19 cidadãos angolanos acusaram as autoridades portuguesas de má-fé e disseram terem vivido dias difíceis no Aeroporto da Portela, sem que os reais motivos de recusa da sua entrada em Portugal fossem esclarecidos.

À chegada a Angola, o grupo, composto maioritariamente por jovens, reuniu-se com as autoridades angolanas responsáveis pelas questões da emigração, às quais manifestaram a sua indignação.

Protestos

A situação vivida por este grupo de angolanos levou a vários protestos e tomadas de posição.

O PCP considerou, em particular que o agora sucedido reforça a importância e a actualidade da exigência de alteração da Lei de Estrangeiros. Em declaração de Henrique Sousa, membro do Secretariado do PCP, sublinha-se «a oportunidade e urgência de ainda na actual sessão legislativa serem consideradas e aprovadas as propostas de alteração a esta Lei apresentadas



Protesto, no aeroporto, contra expulsão de angolanos

pelos PCP e que visam condicionar e reduzir os poderes discricionários do SEF em matéria de expulsão, reforçar os direitos dos cidadãos imigrantes e assegurar um quadro mais justo e não discriminatório para a legalização das situações irregulares».

O PCP considera ainda que, independentemente do quadro legal invocado pelo SEF, se está perante «uma muito grave violação dos direitos humanos, infligida a 19 cidadãos, 3 dos quais detidos de facto durante 16 dias no Aeroporto, sem quaisquer condições de permanência e estadia minimamente aceitáveis».

Face à gravidade do ocorrido, o PCP tomou também a iniciativa de propor um voto de protesto pela Assembleia da República.

Também a Frente Anti-Racista protestou contra a expulsão dos 19 cidadãos angolanos, considerando que «não se compreende que, numa altura em que o Estado português acolhe refugiados do Kosovo e da Guiné, tenha uma atitude repressiva e discriminatória perante refugiados angolanos». E comenta: «Parece-

-nos que a atitude humanitária deste Governo só serve para lavar as mãos das responsabilidades reais que tem na guerra dos Balcãs».

O grupo parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» apresentou, entretanto, um requerimento à Assembleia da República em que

cunho de ainda maior actualidade e premência à alteração da Lei dos Estrangeiros. Um facto sublinhado pelos comunistas, pelos «Verdes» e por associações anti-racistas.

Em 1998, foram expulsos de Portugal 16 cidadãos de Angola,

nomeadamente se considera que «a autorização de entrada destes cidadãos no nosso país não podia ignorar a dramática situação de guerra que se vive em Angola», nem tão-pouco «as razões humanitárias que têm levado Portugal a acolher refugiados de outros países».

Lei dos Estrangeiros em causa

A expulsão destes cidadãos angolanos veio imprimir um

num total de 368 estrangeiros de 44 países. Mais 105 do que em 1997.

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, dos 368 cidadãos expulsos, 132 eram da Moldávia, 29 de Marrocos, 25 da Roménia, 21 da Ucrânia, 15 de Espanha e 10 do Brasil.

Entre os 53 cidadãos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) expulsos, 25 eram de Cabo Verde, 16 de Angola, 11 da Guiné-Bissau e um de Moçambique.

Jornalistas

Sindicato defende direitos de autor

A definição legal da protecção dos direitos de autor dos jornalistas, prevista no Artigo 7.º da Lei n.º 1/99, foi objecto de um conjunto de sugestões, agora aprovado pela direcção do Sindicato dos Jornalistas (SJ).

A proposta do SJ visa a regulamentação do n.º 3 do referido artigo «protegendo a ética profissional e a qualidade e autenticidade do jornalismo».

O projecto do Sindicato, que foi enviado ao presidente da Assembleia da República, à Comissão dos Assuntos Constitucionais e aos grupos parlamentares, prevê que sejam abrangidos pelos direitos autorais dos jornalistas os «criadores de informação diária e não diária, designadamente repórteres fotográficos, desenhadores ou designers, realizadores de audiovisual e programadores informáticos».

O texto, já dado a conhecer ao Governo, à Alta Autoridade para a Comunicação Social e à Sociedade Portuguesa de Autores, diz que os jornalistas passam a ceder à empresa editora os direitos económicos primários relativos à primeira publicação, «como objecto do contrato de trabalho ou de prestação de serviços».

Entretanto, os jornalistas reservam para si «a propriedade dos direitos económicos secundários relativos à reutilização posterior da obra, bem como os direitos morais».

Assim, fica a caber ao «jornalista o direito exclusivo de autorizar a reprodução ou republicação». Este direito protege a reprodução em qualquer suporte, incluindo a fotocópia, as gravações áudio e vídeo e a inserção em CD-ROM.

O projecto sobre direitos de autor do Sindicato de Jornalistas prevê que «em resultado da liberdade de expressão e da independência editorial, sempre que a empresa pretenda reutilizar trabalhos dos seus jornalistas, os autores não podem opor-se».

O SJ sugere que o jornalista conserve o «direito de reutilizar os trabalhos da sua autoria, fora dos meios de comunicação social, designadamente sobre a forma de livro, antologia e CD».

Este documento refere também que, em caso de serem introduzidas alterações pelo desk editorial que «modifiquem significativamente a matéria original», o jornalista pode recusar a sua paternidade.

Com estas propostas, o Sindicato dos Jornalistas pretende pôr fim às agressões aos direitos de autor dos jornalistas.

Contra o Manhattan de Cacilhas

A Câmara Municipal de Almada reiterou o seu protesto contra o projecto de urbanização do Fundo Margueira Capital nos terrenos do estaleiro da Lisnave, conhecido como o *Manhattan de Cacilhas*.

«Com a desactivação da Lisnave no ano 2000, qualquer solução urbanística para aquela zona tem de ser equacionada com o reequilíbrio económico do concelho, uma vez que irão perder-se milhares de postos de trabalho», defendeu a presidente da autarquia, Maria Emília de Sousa, num encontro de reflexão realizado dia 21 no Fórum Municipal Romeu Correia.

No debate, que reuniu autarcas, arquitectos, ambientalistas, empresários e líderes partidários, a autarca considerou que já há uma percentagem suficiente de área urbanizável no concelho e aludiu às competên-

cias de ordenamento do território retiradas ao município na ratificação do PDM em 1996.

O projecto de reconversão urbana do Fundo Margueira Capital para os estaleiros da Lisnave prevê uma extensão de 49 hectares uma área de construção de um milhão e quatrocentos mil metros quadrados, dos quais 900 mil se destinam a habitação para 15 mil habitantes, com edifícios que podem ter 80 andares.

Contaminação dos solos com metais derivados de tintas, alta sensibilidade sísmica, elevados consumos de energia, grande concentração populacional e de tráfego, foram os factores de risco do projecto apontados pelo presidente da Assembleia Municipal, José de Almeida, e por elementos da assis-

TRABALHADORES

Portalegre

A União dos Sindicatos de Portalegre realizou no sábado o seu 4.º Congresso, onde foi analisada a actividade desenvolvida desde 1992. Foi aprovado o plano de acção e eleita a direcção da USP/CGTP-IN para um mandato que se prolonga até 2002. O congresso iniciou-se homenageando a memória de Manuel Lopes e também aprovou uma moção reclamando o fim da agressão da Nato à Jugoslávia. Apelou aos trabalhadores do distrito para participarem na iniciativa «Alentejo pela Paz», dia 29, em Évora.

Socigalva

As perseguições e os atropelos à lei são uma constante da actual gerência da Socigalva, acusam a Comissão de Trabalhadores desta empresa e as ORTs do Parque Previdente do Sobralinho (Vila Franca de Xira), num comunicado em que exigem que seja «imediatamente» arquivado o processo disciplinar movido contra Avelino Amorim. Este membro da CT e delegado sindical metalúrgico, ao intervir recentemente no 6.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, criticou a «tendência repressiva» da gerência para com os trabalhadores e, em especial, para os representantes eleitos. A situação na Socigalva mereceu uma moção de solidariedade dos trabalhadores do Parque Previdente, no plenário realizado a 28 de Abril e em que protestaram contra o facto de as administrações das empresas do grupo (Indústrias Metálicas Previdente, Previdente Ferragens, Fimper e Dial) ainda não terem dado qualquer resposta ao caderno reivindicativo entregue em Fevereiro.

Bombeiros

Guterres não recebeu os dirigentes do STAL e do STML, representantes dos bombeiros profissionais, que no dia 20 tentaram reunir com o primeiro-ministro, conforme decisão do plenário nacional de 7 de Abril, para entregarem em mão um abaixo-assinado. «O Governo PS do eng.º António Guterres desrespeita os bombeiros profissionais e nada faz pela sua dignificação pessoal e profissional, apesar de muitas vezes lhes reconhecer tão importante papel em discursos», acusam os sindicatos, repudiando «a indiferença e o desrespeito» do Governo e do primeiro-ministro. Os bombeiros querem negociar a reestruturação e revalorização das carreiras profissionais, com integração do adicional de 2 por cento já aplicado noutras áreas da Administração Pública, e exigem também a regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco.



O descontentamento dos trabalhadores ficou patente, mais uma vez, na greve e na manifestação nacional de dia 21



Sobe o tom das críticas ao Governo

Administração Pública não quer mais «mentirinhas e contradições»

A greve e a manifestação dos trabalhadores da Administração Central e Regional, na passada sexta-feira, evidenciaram os justos motivos de indignação perante os compromissos que o Governo não respeita e também «o desespero governamental face ao descontentamento», salientou a Federação da Função Pública.

«É um ministro equivocado e perturbado com a greve nacional da Função Pública», afirmou a federação, comentando as primeiras declarações de Jorge Coelho, que demonstraram «uma clara confusão da sua parte, quanto à abrangência da greve e o modo habitual de funcionamento dos serviços públicos». Para a FNSFP/CGTP, «o equívoco do ministro só tem uma razão: sabe que o seu

Governo enganou, sistematicamente, ao longo do mandato, os trabalhadores da Função Pública, com promessas na maior parte das vezes não cumpridas, com violação de acordos estabelecidos, com diálogos vazios de conteúdo. Agora, confrontado com a manifesta indignação dos trabalhadores, sente-se perturbado, e a perturbação leva ao equívoco».

A meio da manhã de sexta-

feira, a federação adiantava que a greve estava a registar «uma enorme adesão», dando como exemplos os turnos da noite nos hospitais de São José, Santa Maria e São Francisco Xavier, em Lisboa, o Hospital da Universidade de Coimbra e o Hospital Distrital de Aveiro; as inspeções gerais de Finanças e do Trabalho, em Lisboa; o turno da noite do Instituto de Meteorologia; as cantinas dos serviços sociais universitários de Lisboa.

Na mesma nota de imprensa, a FNSFP denunciava algumas acções de intimidação, num hospital do Porto, no Instituto de Meteorologia e na ADSE, atitudes demonstrativas do «desespero governamental face ao descontentamento dos trabalhadores». Mais tarde foi revelado que em São João da Madeira, a PSP ocupou a Escola Serafim Leite, onde todos os trabalhadores não docentes aderiram à greve.

Enquanto os governantes proferiam declarações de menosprezo face à greve, funcionários públicos de todo o País concentravam-se em Lisboa. As fortes críticas ao Governo estavam patentes em vários cartazes e faixas e no «primeiro-cabeçudo» que abria caminho aos manifestantes, no desfile do Marquês de Pombal até São Bento, dizendo que «só prometi diálogo, não prometi soluções».

Frente à Assembleia da República, depois de duras intervenções de dirigentes sindicais, foi aprovada uma resolução que denuncia «a suprema perversão da democracia» e considera «repugnante que se esteja a perder tempo e dinheiro em negociações que a nada conduzem, porque a estratégia do faz-de-conta é rainha e senhora de todos os contactos que o Governo mantém com os sindicatos».

Ao fim de quase 4 anos passados sobre as promessas eleitorais de 1995, «os nossos governantes não só se furtaram a honrar os compromissos por si anunciados, como, ainda por cima, se dão ao luxo de não cumprir às leis que negociaram com os sindicatos». A resolução afirma que os trabalhadores «estão fartos deste faz-de-conta do Governo, desta atitude permanente de tudo protelar, adiar, não responder ou responder com mentirinhas e contradições». Por resolver continuam problemas das carreiras profissionais (novas regras injectadas no sistema vieram agravar injustiças e incongruências), do afastamento dos valores do índice 100 e do salário mínimo nacional (o mínimo no Estado é já inferior em 7,5 por cento), da precariedade de emprego (16 mil funcionários legalmente abrangidos mas não integrados nos quadros,

20 mil sem perspectivas de integração e a proliferação de contratos individuais) e de muitos processos sectoriais emperrados nos ministérios.

A federação e os sindicatos ficaram mandatados para decretarem novas formas de luta, caso o Governo continue a não dar sinais claros de uma inversão da prática negocial.

Autarquias

A «intensificação do processo de luta dos trabalhadores» foi também decidida no plenário nacional da Administração Local, realizado dia 19 pelo STAL e o STML. Com o título «fartos de promessas, exigimos mudanças», foi aprovada por unanimidade na Casa do Alentejo uma resolução onde os sindicatos afirmam ir realizar, «numa primeira fase», acções de esclarecimento da população, um abaixo-assinado e acções públicas a nível sectorial e regional.

Os sindicatos dos trabalhadores das autarquias locais apontam uma dúzia de medidas «concretas e imediatas» que o Governo, «embora com atraso, ainda está a tempo de encetar, valorizando e dignificando quem trabalha». Mas, para tal, é determinante a mobilização e a luta dos trabalhadores.

Convergência de protestos

No seguimento do apelo feito nas comemorações do 1.º de Maio, a CGTP levou ontem a cabo acções públicas em Setúbal, Lisboa e Porto, para proporcionar aos trabalhadores de vários sectores em luta momentos de convergência dos seus protestos, acentuando com maior impacto as causas comuns, designadamente, o combate ao pacote laboral, a defesa e melhoria da Segurança Social, a dignificação do trabalho e a melhoria da qualidade de vida - com salários dignos, continuação da redução do horário máximo de trabalho, respeito e reforço dos direitos dos trabalhadores.

A CGTP e as suas estruturas sectoriais e distritais têm presente que está a ser discutida na especialidade, na AR, a proposta de lei sobre imposição do trabalho a tempo parcial e que, além disso, mantém-se a hipótese de o Governo agendar as suas propostas sobre férias e conceito de retribuição.

Também para ontem, foram convocadas outras acções sindicais. Os metalúrgicos do Norte (distritos de Aveiro, Braga e Porto) marcaram um plenário

de delegados e dirigentes, em Santo Ildefonso, após o qual iriam deslocar-se à associação patronal, exigindo propostas que tenham em conta a situação económica dos trabalhadores do sector, de forma a retirar as negociações do presente impasse. Foi decretada greve na Auto Sueco, onde a gerência é acusada de provocar a agudização da situação laboral, por recusar satisfazer qualquer reivindicação e por, mais recentemente, pretender despedir 5 trabalhadores. Em Cortegaça, ia realizar-se um plenário de reformados do distrito de Aveiro. Em Lisboa, trabalhadores dos Cabós Ávila iam concentrar-se junto ao Ministério da Economia, reclamando informação sobre a falada venda da empresa e garantias de salvaguarda dos postos de trabalho. Um dirigente do Sindicato dos Pescadores do Norte adiantou à Agência Lusa que os trabalhadores do arrasto costeiro, em greve desde 4 de Abril, iam estar ontem na jornada de luta da CGTP e, caso se mantenha o conflito com os armadores, estariam hoje frente à residência do primeiro-ministro.

Ferroviários com «boa adesão»

A greve de sexta-feira passada, convocada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses para as empresas do grupo CP, teve uma boa participação, adiantou José Manuel Oliveira. Em declarações à Agência Lusa, no próprio dia 21, o dirigente da FSTFP/CGTP refutou os números avançados pela CP, acusando a empresa de apenas contabilizar «o que é visível». José Manuel Oliveira afirmou ainda haver casos em que as empresas, para assegurarem os serviços e retirarem visibilidade à greve, recorreram à substituição de grevistas por funcionários com categorias profissionais superiores. Na REFER - que assegura o sistema de comandos e controlo da circulação -,

a administração terá mesmo enviado cartas aos trabalhadores, obrigando-os a declarar previamente se aderiam à greve e ameaçando-os de, neste caso, lhes ser aplicada falta injustificada.

Para ontem à tarde estava convocada uma conferência de imprensa, com o objectivo de apresentar o balanço da greve e um conjunto de acções a realizar a breve prazo, matérias que iam ser analisadas durante o dia, numa reunião dos órgãos de direcção da federação.

Em causa estão, entre outros problemas laborais, um pacote de alterações ao clausulado do Acordo de Empresa vigente, a exigência de negociação de matérias do Regulamento de Carreiras e as propostas salariais das empresas.



VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Leis da República com origem em projectos de lei do PCP

Lei n.º 125/97 Criação do Museu da Região do Douro

O Museu da Região do Douro, com sede na Régua e podendo abrir delegações noutras localidades, destina-se a salvaguardar o património cultural e patrimonial da região duriense no que se prende com a produção vitivinícola.

Na tutela do Ministério da Cultura, constituem património do Museu todo o tipo de valores culturais ou naturais ligados à produção, história e comércio dos vinhos da região do Douro, designadamente do vinho generoso do Douro (vinho do Porto).

O Museu tem como atribuições reunir, identificar, documentar, investigar, preservar, conservar e exibir ao público todas as fontes históricas, antropológicas, espirituais e materiais de todo o património cultural e natural da região do Douro.

Lei n.º 40/98

Integra os trabalhadores da ex-Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais no Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais

A epígrafe da lei em análise, já constante do projecto de lei, esclarece, só por si, os objectivos perseguidos pelo PCP.

Com efeito, o Decreto-Lei n.º 278/82, de 20 de Julho, veio iniciar o processo de aplicação aos trabalhadores das instituições de Segurança Social do regime jurídico dos funcionários e agentes da administração central, estabelecendo as normas quanto à integração daquele pessoal, ainda abrangido pela Portaria n.º 193/79, de 21 de Abril.

Foi posteriormente publicada a Portaria n.º 820/89, de 15 de Setembro, que substituiu a Portaria n.º 193/79, mas que viria a ser declarada inconstitucional.

O regresso ao diploma de 1979 veio criar, para além de injustificadas assimetrias e desigualdades, dificuldades de gestão dos recursos humanos afectos às instituições de Segurança Social, cujos trabalhadores ainda são abrangidos por aquele regime jurídico de trabalho.

A Lei de Bases da Segurança Social, que criou o Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais veio impor que "o pessoal das instituições de Segurança Social é abrangido pelo estatuto da função pública".

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 35/96, de 2 de Maio, viria a extinguir a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e a instituir o Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, determinando que a sua regulamentação se efectuasse no prazo de 180 dias.

Ora, não restando dúvidas quanto à natureza jurídica do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais como instituição de Segurança Social de âmbito nacional, nada justificava que se protelasse a aplicação de tal disposição legal aos trabalhadores daquela instituição.

Foi esse o objectivo do PCP, agora concretizado em lei.

Escândalo na privatização da Mundial Confiança e BTA PS cede a pressões e pactua com branqueamento

No processo de privatização da Mundial Confiança e do Banco Totta & Açores os interesses e os meios do Estado foram postos ao serviço da reconstituição do grupo económico liderado por António Champalimaud. Esta a convicção dos deputados comunistas Lino de Carvalho e António Filipe, reiterada em declaração de voto na comissão de inquérito parlamentar que apreciou actos dos governos do PS e do PSD envolvendo o Estado e grupos económicos.

A esta mesma conclusão chega o relatório elaborado pelo deputado do PP, Jorge Ferreira, que acabou por ser chumbado na comissão por força da conjugação dos votos contra do PSD com a abstenção do PS.

Reflectindo o aprofundamento do trabalho da comissão, que trouxe a lume novos documentos e depoimentos, o texto conclui pela existência de favorecimento, constatando que houve lesão de interesses patrimoniais do Estado e que a reprivatização das empresas foi feita à custa de dinheiros públi-

cos, concretamente 18,6 milhões de contos com os quais António Champalimaud adquiriu 51 por cento da Mundial Confiança que, por sua vez, lhe abriram caminho para adquirir o Banco Totta & Açores.

O chumbo do relatório, depois de fortes polémicas que provocaram divisões entre os deputados do PS na comissão de inquérito, presidida pelo socialista Manuel dos Santos, levaram entretanto Jorge Ferreira a convocar na passada semana uma conferência de imprensa no decorrer da qual acusou PS e PSD de terem

feito um «acordo de bastidores» destinado a «branquear e encobrir ilegalidades e eventuais ilícitos de natureza criminal».

Por si denunciadas foram também as pressões a que a comissão de inquérito foi sujeita durante os seus trabalhos.

Os deputados Lino de Carvalho e António Filipe falam mesmo em «vaga de pressões» que assumiu uma expressão de que não há memória na história das comissões parlamentares de inquérito, e que só se pode entender à luz da própria «dimensão do escândalo e das irregularidades cometidas, tocando profundamente a promiscuidade e troca de favores entre o Estado e um grande grupo económico».

E se no tempo das maiorias políticas do PSD, apesar das fortíssimas suspeitas de irregularidades, aquele partido conseguiu sempre bloquear o

trabalho das anteriores comissões de inquérito (perante a oposição também do PS), não deixa de ser curioso que seja o mesmíssimo PS a adoptar hoje uma atitude em tudo idêntica àquela que outros tomaram e que ele, na altura, tanto condenara.

Daí que os deputados comunistas não tenham hesitado em acusar o PS de ter sucumbido e de ter sido portavoz daqueles que tudo fizeram para que a Comissão de Inquérito não aprovasse nenhum relatório. «Com a sua abstenção inviabilizou o relatório», dizem na sua declaração de voto.

Uma tal atitude, ainda segundo Lino de Carvalho e António Filipe, demonstra, afinal, que «PSD e PS estão irmanados e não se distinguem quando se trata de definir posições e políticas em relação aos grandes interesses económicos».

Em causa o tratamento de resíduos industriais Política ambiental vai de mal a pior

O problema do tratamento de resíduos industriais voltou a estar em foco no Parlamento. A iniciativa partiu do Partido «Os Verdes», sob a forma de debate de urgência, no decorrer do qual voltou a ficar patente a incapacidade do Governo para definir uma política correcta para os resíduos industriais perigosos e não perigosos produzidos no País.

Esta é, na opinião do deputado comunista Joaquim Matias, a questão principal, ou seja, definição de um plano estratégico capaz de pôr cobro ao que considerou ser a «inaceitável realidade existente» em Portugal, marcada, especificou, por um «quadro de agressão ambiental», pelos «atropelos constantes à legislação em vigor» e pelos «atentados permanentes à saúde pública».

Novas freguesias em Odivelas

A criação de duas novas freguesias no concelho de Odivelas, a desanexar da actual freguesia com o mesmo nome, é defendida pelo Grupo Parlamentar do PCP em projecto de lei entregue na passada semana na Mesa do Parlamento.

Trata-se, em concreto, de elevar à categoria de freguesia os lugares de Pombais e Arroja, os quais, no entender do PCP, preenchem folgadoamente os requisitos mínimos definidos pela lei para que possa ocorrer essa promoção administrativa.

A actual localidade de Arroja corresponde a uma área de novas urbanizações com limites geográficos bem definidos, constituindo uma área separada de Odivelas e com tendência para um rápido crescimento.

Pombais, por sua vez, contém um núcleo central antigo e abrange alguns bairros já consolidados e com relativa autonomia, com cerca de onze mil eleitores.

Intérprete de língua gestual

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, na semana transacta, um projecto de lei do PCP que define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual.

Trata-se de um diploma que, por vir preencher o vazio legal existente nesta matéria, assume uma enorme importância para a profissão de intérprete e para os surdos do nosso país, aos quais, como é sabido, se colocam inúmeros obstáculos à sua plena integração na comunidade, que urge remover.

Garantir a dignificação da língua gestual

portuguesa e a sua correcta utilização, o que passa por profissionais qualificados, a quem deve ser garantida segurança e formação, constitui, pois, um dos objectivos inscritos neste diploma.

No seu articulado, definidas são as condições de acesso e de exercício à actividade de intérprete da língua gestual, com especial destaque para a formação e suas obrigações. Prevista é, nomeadamente, a responsabilização do Estado neste domínio, sendo assegurada a participação da comunidade surda e das suas associações.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Carlos Carvalho no debate com o Primeiro-Ministro

Silêncio e ambiguidades

O Secretário-Geral do PCP desafiou o Primeiro-Ministro a promover a actualização dos salários já negociada, nomeadamente a da Função Pública, que tiveram como base referencial de cálculo um valor de dois por cento para a inflação no final deste ano. Na origem do pedido está o que Carlos Carvalho considera serem os «pressupostos falsos» que presidiram às negociações, uma vez que, fez notar, ao derrapar «acima do prometido», a inflação «está a comer as remunerações dos depósitos, das pensões e dos salários». Pelo que, concluiu, ou há revisão dos salários ou, inevitavelmente, acentuar-se-á o desequilíbrio na repartição do Rendimento Nacional em favor dos trabalhadores.

Insensível às preocupações do dirigente comunista face à perda generalizada do poder de compra de muitos trabalhadores portugueses mostrou-se António Guterres, que afastou qualquer possibilidade de proceder a uma revisão salarial.

Estava-se no designado debate mensal com o Primeiro-Ministro em torno do qual, por ser a estreia de Durão Barroso na sua qualidade de dirigente do PSD, foram artificialmente criadas expectativas destinadas a apurar qual o «vencedor» do que a generalidade dos órgãos de comunicação social quis apresentar como o «primeiro confronto político directo» no Parlamento entre o

novo líder laranja e Guterres.

Desvirtuando o sentido e formato do debate, numa visão empobrecida do espectro partidário e da democracia representativa, erigindo-o àquilo que verdadeiramente ele não é nem poderia ser – como se a

representação na Câmara estivesse confinada a duas forças políticas –, os animadores

ouvir a sua voz para introduzir no debate um conjunto de questões que se prendem de modo directo com os interesses dos trabalhadores e do País e que, por isso, do seu ponto de vista, essas sim, marcam a actualidade política.

É o caso da taxa de desemprego, que, segundo dados estatísticos avançados pelo Governo, teria baixado uma décima de ponto percentual. Para Carlos Carvalho, que acusou António Guterres de escamotear o próprio INE e de utilizar «engenharias estatísticas» para disfarçar o problema, os dados mostram que no primeiro trimestre deste ano a

taxa de desemprego em sentido lato, isto é, incluindo o desemprego oculto, aumentou para 1,7 por cento. «Alguém acredita que tenha criado dezenas de milhares de empregos na agricultura?», perguntou o Secretário-Geral do PCP.

Outro aspecto para o qual chamou a atenção diz respeito ao défice da Balança Comercial. Lembrado foi, concretamente, o facto de aquela vir a agravar-se «assustadoramente», sobretudo com a Espanha, perante a inércia do Governo, enquanto no país vizinho, exemplificou, se registou uma nova descida das tarifas eléctricas que aumentou a competitividade da sua economia em relação à economia portuguesa.

Domínio onde as coisas não vão igualmente bem, no entender do PCP, é o da saúde. Traído à colação pelo dirigente comunista foi o caso das crónicas filas de espera nos serviços

de saúde. Este calvário para os utentes só se mantém, acusou, porque o Governo «congelou na prática» a Lei que garantiria a sua resolução e que foi aprovada há alguns meses no Parlamento com base num projecto de lei do PCP.

designadamente, se acompanha e está de acordo com uma integração europeia que «transformaria o nosso país numa região de uma União Europeia comandada por um Directório das grandes potências».

«Nos planos ético e institucional a postura de silêncio do Primeiro-Ministro sobre o Kosovo é lamentável e inaceitável», acusou Carlos Carvalho, que exigiu saber se António Guterres está de acordo com «os falcões ingleses favoráveis à guerra, ou com os primeiros-ministros de Itália e da Alemanha, que querem passar rapidamente a uma solução diplomática para a paz».

Quanto às posições defendidas por Mário Soares, ficou ainda o desafio ao Primeiro-Ministro para que «seja claro e transparente» quanto às mesmas, esclarecendo,

designadamente, se acompanha e está de acordo com uma integração europeia que «transformaria o nosso país numa região de uma União Europeia comandada por um Directório das grandes potências».

Manuel Lopes



A Assembleia da República homenageou a memória de Manuel Lopes,

aprovando um voto de pesar. Os deputados guardaram ainda um minuto de silêncio pela morte do sindicalista da CGTP.

O voto, da autoria do presidente da Assembleia, Almeida Santos, foi aprovado por unanimidade. Deputados de todas as bancadas evocaram a figura de Manuel Lopes, enaltecendo, entre qualidades várias, a sua capacidade de negociação e tolerância.

Sistemas multimunicipais



Com a abstenção do PS e os votos favoráveis de todas as

restantes

bancadas foi aprovado pela Assembleia da República um projecto de lei do PSD que confere aos municípios o direito à detenção da maioria do capital social em empresas concessionárias da exploração e gestão de sistemas multimunicipais. Esta iniciativa corresponde a uma mudança de posição da bancada laranja relativamente à por si defendida quando foi governo, altura em que expropriou os municípios desta competência com a alteração da lei de delimitação de sectores público e privado e a abertura do acesso de capitais privados a este sector de actividade.

Sem deixar de registar com agrado a apresentação do diploma, que vem devolver às autarquias a gestão e controlo sobre o património e a política de preços e taxas praticada, o deputado comunista Pimenta Dias não deixou de estranhar que o Executivo não só nada tenha feito nestes quatro anos para corrigir a lei aprovada pelo governo de Cavaco Silva (quando no passado acompanhou as críticas do PCP ao diploma), como venha agora alterar a sua posição. «Estamos certos que estas mudanças de posições do PS e do PSD, que alternam entre o contra e a favor, consoante estão na oposição ou no governo, escapam seguramente à compreensão dos portugueses», concluiu Pimenta Dias.



Nos conflitos sociais, como é o caso da greve dos pescadores do arrasto, o Governo lava as mãos como Pilatos, acusou o Secretário-Geral do PCP

desta esforçada operação não esconderam assim o seu propósito em verem reeditado em versão actualizada o estafado conceito de bipolarização.

Coube uma vez mais à bancada comunista romper com esta lógica perniciosa, fazendo

esta esforçada operação não esconderam assim o seu propósito em verem reeditado em versão actualizada o estafado conceito de bipolarização.

esta esforçada operação não esconderam assim o seu propósito em verem reeditado em versão actualizada o estafado conceito de bipolarização.

esta esforçada operação não esconderam assim o seu propósito em verem reeditado em versão actualizada o estafado conceito de bipolarização.

Falta de centros de acolhimento é uma das causas

Aumentam os menores em risco

O Parlamento apreciou três propostas de lei na área do Direito de Menores. A Lei Tutelar de Menores e a Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo constituem dois desses diplomas que constam de um plano de reforma justificado pelo Ministro da Justiça com a necessidade de «autonomizar e aprofundar o tratamento de situações diferentes, para garantir a realização de finalidades diferentes: educar e proteger». O facto de os menores que praticam infracções serem, muitas vezes, também menores em risco, impõe ainda que seja assegurada a «ligação entre os dois sistemas», esclareceu Vera Jardim.

Trata-se, por outras palavras, de proceder a uma separação de águas «entre os jovens delinquentes que cometem crimes e os que são vítimas de maus tratos, abandono, negligência ou abuso sexual».

Odete Santos, em nome da bancada comunista, levantou algumas reservas e reparos, nomeadamente quanto à lei tutelar educativa, que, apesar das alterações introduzidas às medidas de internamento, não escapa à crítica de ser o «código penal dos pequeninos».

A suscitar fortes dúvidas à deputada do PCP esteve o facto de a proposta de lei considerar «o modelo de protecção como o pai de todos os males». Daí que o Governo lhe atribua a culpa

pela «sobrelotação das unidades de internamento» ou pela ineficácia da resposta «às necessidades de prevenir a delinquência juvenil».

«Mas será assim?», interrogou-se Odete Santos, que, sem deixar de reconhecer a necessidade de alterar o modelo actual, não hesitou em criticar o Governo pelo seu «erro de pontaria» quando pretende «detectar as causas do bloqueamento do sistema».

É que, diferentemente da leitura do Executivo, segundo a parlamentar do PCP, tais causas residem na ausência de resposta à «criação de centros de acolhimento estritamente para os menores em risco», bem como no aumento do número destes em resul-

tado da «desumanização da sociedade» e, por último, da própria falta de meios do Instituto de Reinserção Social.

Esta foi, aliás, uma questão cara a Odete Santos, que aproveitou a ocasião para desmistificar a ideia de que a delinquência juvenil está em crescimento. «Em Portugal, o que há é o crescimento do número de crianças em risco e não da delinquência juvenil», asseverou a deputada comunista, comprovando as suas afirmações com dados estatísticos. Os mesmos que noz dizem ainda, sublinhou, que as instituições estão a rebentar pelas costuras com menores a aguardar colocação.

ONU prolonga mandato no Sara

O Conselho de Segurança da ONU prolongou por mais quatro meses o mandato da MINURSO (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental) para realizar o processo de recenseamento dos eleitores que irão participar no referendo que decidirá o futuro da antiga colónia espanhola agora ocupada por Marrocos. Entretanto, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, nomeou o diplomata norte-americano William Eagleton como seu representante especial para o Saara Ocidental, em substituição de Charles Dunbar, que se demitiu em Março quando faltavam poucas semanas para concluir o seu mandato. Eagleton, que vai ocupar o lugar no início de Junho, foi anteriormente comissário geral adjunto da ONU na agência de trabalho e ajuda aos refugiados palestinos, entre 1988 e 1994, e coordenador especial da ONU para o restabelecimento dos serviços essenciais em Sarajevo.

Eleições na África do Sul

Os sul-africanos vão às urnas no próximo dia 2 de Junho, nas segundas eleições gerais desde o fim do *apartheid*. Segundo informou a Comissão Eleitoral independente, a votação será acompanhada por 6000 observadores voluntários, de 39 organizações estrangeiras. Entre os observadores, para além de vários diplomatas convidados, incluem-se delegações dos países da Commonwealth (Comunidade Britânica); da Organização de Unidade Africana (OUA); da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP); do Conselho das Todas as Igrejas de África; da Comissão para África do Parlamento Europeu, e Fundação Internacional para Sistemas de Eleições. O trabalho dos observadores será coordenado por uma equipa técnica das Nações Unidas.

Atentados em França...

Duas bombas de grande potência explodiram sexta-feira à noite nos edifícios dos correios e da companhia eléctrica estatal, EDF, numa localidade perto de Marselha, causando elevados danos materiais. Embora a responsabilidade dos atentados não tenha sido

Iraque Embargo da ONU continua

A decisão do Conselho de Segurança da ONU de prorrogar por mais seis meses o programa «alimentos por petróleo» provocou uma forte reacção das autoridades iraquianas, que acusam os EUA e a Grã-Bretanha de pretender converter esse programa «numa situação permanente» para «prejudicar o Iraque».

O programa «alimentos por petróleo», imposto pela ONU ao Iraque em 1996, limita as exportações petrolíferas iraquianas a determinados montantes tidos como estritamente necessários à aquisição de produtos básicos. Adoptado para prover às carências da população civil, principal vítima das sanções aprovadas pelas Nações Unidas contra o regime de Bagdad na sequência da invasão do Kuwait em 1990, o programa dito «humanitário» converteu-se num dos principais factores de degradação e retrocesso das condições de vida do povo iraquiano.

Aparentemente, o Conselho de Segurança, que reuniu no passado dia 21 para debater a «nova política» a adoptar em relação ao Iraque, não encontrou alternativas, pelo que se ficou pela decisão, tomada por unanimidade, de prorrogar o embargo, fixando em 5.260 milhões de dólares (cerca de 100 milhões de contos) o valor das exportações de petróleo autorizadas nos próximos seis meses ao Iraque.

O Iraque reagiu advertindo

que «só aceitará o levantamento total do embargo, já que cumprimos com todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU», segundo disse Abdel Gani Abdel Gafur, um alto responsável do Partido Baas, no poder, citado pela Lusa.

«As intenções de Washington e Londres são converter este programa numa situação permanente e fazem parte de um plano para prejudicar o Iraque», acusou Gafur.

As acusações iraquianas não são gratuitas. Desde a descoberta de que os EUA utilizavam a missão da ONU de desarmamento do Iraque para fins de espionagem em proveito próprio, o descrédito das Nações Unidas assumiu tais proporções que perdeu toda a autoridade para intervir no país. A manutenção do embargo, passados nove anos, e quando já não restam dúvidas das suas consequências dramáticas para a população — em muitos aspectos, como o da assistência médica, em que chegou a ser um exemplo para a comunidade



As principais vítimas das sanções da ONU contra o Iraque são as populações

internacional, o país regrediu até à Idade Média —, não passa de prepotência e de inqualificável desumanidade.

Dólares para a oposição

O Departamento de Estado norte-americano anunciou entretanto, no início da semana, que a administração Clinton vai ajudar a oposição iraquiana a organizar-se para combater o regime de Saddam Hussein. A ajuda — especificou James Rubin — não será militar mas sim finan-

ceira, já que na opinião dos EUA os grupos não estão «preparados» para receber apoio militar. Desconhece-se se há garantias de que tal financiamento não servirá para a compra de armamento, tanto mais que os dirigentes do CNI se propunham obter de Albright «protecção militar» nos seus esforços para derrubar o presidente Saddam. Desconhece-se igualmente se a ajuda agora anunciada é a mesma, ou um reforço, da aprovada pelo Congresso em 1998, da ordem dos 97 milhões de dólares.

O anúncio foi feito antes de uma reunião entre a secretária de

Estado, Madeleine Albright, e os dirigentes do recém-reformado Congresso Nacional Iraquiano (CNI), membros da minoria curda iraquiana e outros grupos árabes que não integram o CNI.

Segundo Rubin, os EUA apostam na unidade dos grupos da oposição, pelo que vão providenciar a abertura de delegações dos respectivos movimentos em Nova Iorque e Londres, e provavelmente também de um escritório-satélite no Médio Oriente. Os grupos, acrescentou, vão receber computadores, formação em administração civil e aconselhamento em propaganda anti-Saddam.

Propostas da OIT contra trabalho infantil

Proibir e eliminar rapidamente as piores formas de trabalho infantil é o objectivo do novo acordo internacional que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) se prepara para aprovar na sua conferência anual, a realizar de 1 a 7 de Junho em Genebra.

Segundo a OIT, a iniciativa justifica-se pelo facto de entre os instrumentos internacionais para combater o flagelo não existir nenhum específico para evitar que os menores exerçam trabalhos particularmente perigosos para a sua segurança, tanto física como psíquica.

O novo acordo fixa em 18 anos a idade mínima para o desempenho de trabalhos perigosos, e define tarefas, o que não sucedia anteriormente. A designação de «piores trabalhos infantis» contempla toda a forma de escravidão, a venda e tráfico de crianças, trabalhos forçados, a condição de escrava e a escravidão por dívidas.

Na mesma denominação inclui-se ainda o recrutamento de menores para a prostituição e pornografia, produção e tráfico de drogas, e toda a actividade que ponha em causa a saúde, segurança e moralidade das crianças.

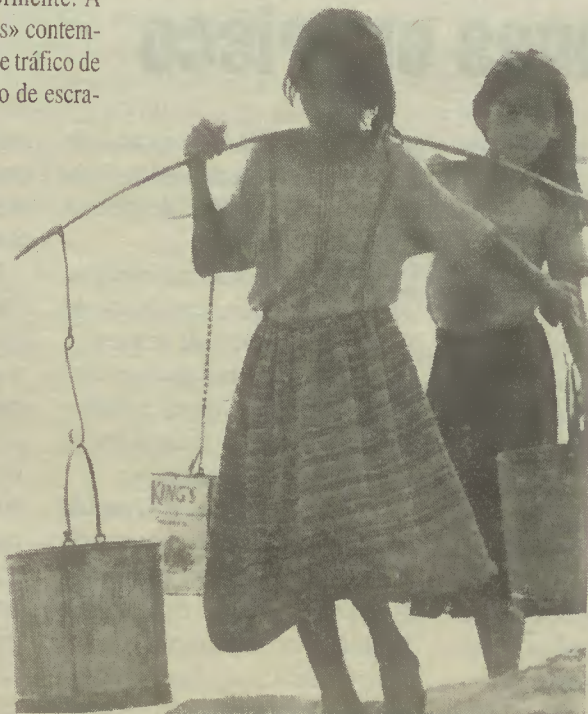
Particularmente importante neste novo texto é o facto de não se estabelecer diferenças entre as crianças em função do país em que vivem, tal como previsto no acordo de 1973 sobre idade mínima para trabalhar, de forma a criar condições para a total abolição do trabalho infantil.

Os Estados que subscreverem o novo acordo devem, para além das medidas necessárias à sua aplicação, estabelecer

mecanismos de vigilância, adoptar programas de acção e velar pelo cumprimento efectivo das sanções penais e outras aplicadas aos infractores.

A OIT sublinha ainda a necessidade de medidas de prevenção, reabilitação e reinserção social das crianças vítimas de exploração, bem como a cooperação ou assistência internacional em medidas de auxílio mútuo.

Em debate, na reunião de Genebra, estará igualmente a inclusão da luta armada e de outras actividades militares na definição das piores formas de trabalho infantil, bem como a dos trabalhos que impeçam o acesso à educação.



Propostas para erradicar o trabalho infantil em todo o mundo vão estar em debate na primeira semana de Junho, em Genebra

Alemanha Novo código da nacionalidade

A Alemanha conta a partir de agora com um novo código de nacionalidade, que abre caminho à naturalização das crianças, filhas de pais estrangeiros, nascidas no país. A reforma altera o código em vigor desde 1913, fundado no direito do sangue («jus sanguinis»), introduzindo o direito do solo («jus soli»).

A lei entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2000 e será parcialmente retroactiva, já que as crianças de menos de 10 anos abrangidas pelos critérios agora definidos poderão beneficiar das novas disposições.

O texto legal foi primeiro adoptado no Bundestag (câmara baixa do parlamento), a 7 de Maio, e depois aprovado no dia 21 pelo Bundesrat, a câmara alta onde têm assento os 16 estados regionais («Länder»).

Nos termos da reforma adoptada, as crianças de pais estrangeiros nascidas em território alemão poderão agora requerer a dupla nacionalidade até aos 23 anos, na condição de um dos pais residir na Alemanha há pelo menos oito anos; entre os 18 e os 23 terão de optar por uma ou outra das duas nacionalidades. O tempo mínimo de residência na Alemanha para se poder obter a naturalização passa a ser de oito anos (contra os 15 anos anteriormente exigidos).

Ao contrário do que havia prometido a actual coligação governamental social-democrata e ecologista, o código não consagra o princípio da concessão generalizada da dupla nacionalidade às crianças nascidas na Alemanha. Nas eleições de Fevereiro no «Land» de Hesse, marcadas justamente por acesos debates em torno desta questão, a coligação SPD/Verdes perdeu a maioria na câmara alta. O receio de novos desaires eleitorais levaram à revisão do texto e a importantes cedências à oposição, temerosa das consequências desta lei que pode vir a beneficiar entre três a quatro milhões dos 7,2 milhões de estrangeiros que vivem no país. Segundo a Lusa, uma sondagem realizada em Fevereiro revelava que 58 por cento dos alemães são contrários à concessão generalizada da dupla nacionalidade.

Diferente é a opinião do ministro do Interior, Otto Schily, para quem a Alemanha chegou «ao que há já alguns anos era necessário mas nunca foi imposto: a modernização de um código absolutamente obsoleto».

Missão da ONU no Kosovo

Sérgio Vieira de Mello, chefe da missão da ONU que na última semana visitou a Jugoslávia, afirma que durante a viagem de três dias efectuada ao Kosovo a missão viu «bastantes evidências e ouviu suficientes testemunhos para confirmar que houve uma tentativa de deslocar interna e externamente um número escandaloso de civis».

Falando à imprensa em Podgorica, capital do Montenegro, Vieira de Mello escusou-se a entrar em detalhes antes de apresentar o seu relatório ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, mas lamentou que a delegação das Nações Unidas não tivesse tido possibilidade de se deslocar, por alegadas razões de segurança, a todos os locais do Kosovo que pretendia visitar. Apesar disso, a missão falou com deslocados kosovares e confirmou a difícil situação em que se encontram. «As pessoas que vimos necessitavam urgentemente de ajuda humanitária, mas talvez mais importante do que isso, necessitavam de segurança e confiança. Isso é muito mais difícil de providenciar do que a ajuda humanitária», sublinhou Vieira de Mello, sem esclarecer no entanto se se referia aos permanentes bombardeamentos da NATO, aos confrontos entre as forças sérvias e independentistas

do Kosovo, ou a ambas as situações.

Vale a pena lembrar que os bombardeamentos e os sucessivos enganos da Aliança Atlântica não poupam sérvios nem kosovares, nem sequer os «amigos» do UCK. Ainda a semana passada as posições do UCK em Korase, na fronteira com a Albânia, foram bombardeadas. Segundo a NATO, o objectivo «foi visado no pressuposto de que ele estava ainda nas mãos do exército jugoslavo».

A Aliança não referiu o número de vítimas, mas de acordo com alguma fontes o engano provocou sete mortos.

Desconfianças

Vieira de Mello é de opinião que a questão da segurança é fundamental, mas vai adiantando que os refugiados não regressarão ao Kosovo «sem uma pre-



Os bombardeamentos não contribuem para a segurança que se diz querer dar aos kosovares

sença internacional». As posições, nesta matéria, continuam inconciliáveis: por um lado, norte-americanos e britânicos insistem que só um forte contingente da NATO pode garantir a segurança dos kosovares; as autoridades jugoslavas, por seu turno, rejeitam uma forte presença militar internacional, sobretudo se integrada pelos principais responsáveis pelos bombardeamentos.

A desconfiança é legítima, e o mesmo se pode dizer em relação à ajuda humanitária. O representante da ONU criticou as autoridades jugoslavas por bloquearem nos últimos dias o auxílio destinado ao Montene-

gro, mas não deu garantias de que a mesma não seria utilizada, como já sucedeu no passado recente, para fazer entrar na região armamento para os independentistas. Acresce, por outro lado, que no Montenegro, parte integrante da República Federal da Jugoslávia, a ajuda enviada pela França e Itália não foi propriamente bloqueada mas sim confiscada pelas autoridades militares. Outro tanto sucedeu, segundo Mello, com sete camiões na fronteira croata. Sabendo das cumplicidades com o UCK, quem pode estranhar que os jugoslavos procurem controlar o que entra no país?

Enganos ou nem tanto

Os EUA consideram que os ataques da NATO contra a Jugoslávia são «os mais precisos» da História. O cômputo, feito há dias em Washington por James Rubin, baseia-se numa contabilidade simples: de um total de 10 000 bombas lançadas (!), teriam falhado o alvo apenas 12, o que representa um margem de erro de apenas 0,12 por cento. A ser assim, não se percebe os sucessivos enganos da NATO, que ultrapassam em muito a referida dúzia de falhas, e são responsáveis pelos ditos danos colaterais. Entre os mais publicitados, aponta-se o ataque de 5 de Abril contra Aleksinac, que provocou 17 mortos; um bombardeamento no centro de Nis (15 mortos); destruição de um comboio civil a 12 de Abril, em Grdelica (55 mortos); ataque a um autocarro a 1 de Maio, em Luzane, no Kosovo (47 mortos); bombardeamento de uma coluna de refugiados no Kosovo (60 mortos); bombardeamento da prisão de Istok, no Kosovo (número indeterminado de mortos); ataque à televisão em Belgrado, a várias embaixadas, pontes, hospitais, sedes de empresas e partidos, etc., etc., com um número de vítimas civis ainda impossível de contabilizar mas que ultrapassou há muito a casa dos milhares.

A acreditar na contabilidade dos EUA, e se falhas só houve doze, isso significa que muitos dos propalados «enganos» foram deliberados. Para quem diz conduzir uma guerra por «motivos humanitários», a contradição é evidente. Não menos contraditório com as propaladas preocupações de segurança é a sistemática violação do que resta do direito internacional através da prática da NATO de despejar no Adriático as bombas que, por razões técnicas, não despeja sobre a Jugoslávia. A denúncia foi feita há dias pela Rússia, que alertou a comunidade internacional para as graves consequências para a ecologia, comércio e a navegação da região. Um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo sobre o assunto acusa a NATO – que só admitiu ter largado bombas no Adriático após fortes pressões internacionais – de ignorar claramente a norma internacionalmente reconhecida que obriga todos os países do mundo a divulgar qualquer acção que possa pôr em perigo a navegação. Mas o que valem as normas para a NATO, se não forem as normas da NATO?

reivindicada, a polícia crê que tenham sido perpetrados por grupos armados independentistas da Córsega, dado que os engenhos deflagraram poucas horas depois de quatro nacionalistas corsos e três das suas mulheres terem sido detidos por presumível implicação no assassinio do prefeito da Córsega, Claude Erignac, em Fevereiro de 1996.

... em Itália...

Os serviços secretos italianos receberam mais ataques das novas Brigadas Vermelhas (BV) e assinalam como possíveis objectivos 130 personalidades do mundo político, cultural, empresarial e jornalístico, refere um relatório divulgado no final da semana passada. Os receios decorrem, segundo a Comissão Interministerial para a Informação e Segurança, da leitura da resolução estratégica das BV, que fala expressamente de uma «campanha de longa duração». O objectivo político das novas BV é o governo de Massimo D'Alema, citado 15 vezes no texto da resolução, o recém-eleito presidente, Carlo Azeglio Ciampi, a ministra do Interior, Rosa Russo Jervolino, e o da Justiça, Oliviero Diliberto, assim como os principais líderes das centrais sindicais. Há uma semana foi assassinado em Roma o professor Massimo D'Antona, assessor do governo e dos sindicatos, e os serviços secretos admitem que a próxima vítima seja alguém com as mesmas características, «culpado» de apoiar a política governamental de concertação social.

... e no Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e a Comissão Pastoral da Terra denunciaram a existência de um plano de fazendeiros para matar cerca de duas dezenas de dirigentes e activistas camponeses do Sul do estado do Pará, Brasil. A região vive um clima de ameaças e intimidações desde que os Sem Terra ocuparam a fazenda «Cabeceira», em Marabá. A denúncia foi divulgada na sexta-feira passada, aquando do funeral do dirigente sindical Euclides de Paulo, assassinado por pistoleiros em Parauapebas, no Sul do Pará. Segundo um documento das referidas organizações, da lista de dirigentes camponeses a eliminar, dois já foram mortos: Euclides de Paulo e Agripino José da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brejo do Meio.

Chile Pinochet implicado no assassinato do general Prats

O ditador chileno Augusto Pinochet aprovou o plano para assassinar o general Carlos Prats e respectiva esposa, Sofia Cuthbert, revelou Eugene Propper ao jornal argentino *La Nación*. Ex-agentes da polícia secreta chilena, a viver sob protecção nos EUA, confirmam esse e outros crimes.

Propper é o delegado do Ministério Público norte-americano que instruiu o processo de outro chileno assassinado, o diplomata chileno Orlando Letelier, morto em Washington, e foi durante as investigações deste

crime que descobriu os pormenores do caso «Prats».

O general e a esposa foram vítimas de uma bomba colocada debaixo do seu automóvel, em Setembro de 1974, em Buenos Aires.

Segundo o delegado norte-americano, os crimes foram preparados pela DINA, a polícia política chilena, sob o comando do seu chefe máximo, Manuel Contreras, e com a luz verde de Pinochet.

Se o caso Prats não mereceu o interesse das autoridades norte-americanas, o mesmo não se pode dizer do caso Letelier, dado ter ocorrido nos EUA. Para

o apuramento dos factos foram determinantes os testemunhos de diversos agentes da DINA e militares chilenos que se refugiaram nos Estados Unidos. Uma testemunha-chave, segundo Propper, é Michael Townley, ex-agente da DINA, implicado em diversos casos de violações dos direitos humanos durante a ditadura de Pinochet, a viver nos EUA ao abrigo do programa de protecção de testemunhas depois de ter admitido a sua implicação no assassinato de Letelier e se ter prestado a colaborar com a polícia.

Através de Townley as autoridades norte-americanas chegaram a Contreras, cuja extradição foi pedida, mas Pinochet recusou. Contreras encontra-se actualmente a cumprir pena na prisão de Punta Peuco, no Chile.

Cumplicidades

A história sangrenta da ditadura chilena voltou à ordem do dia com as investigações que as autoridades argentinas estão a levar a cabo para instruírem o processo do assassinato do casal Prats. Um caminho que passa pelos EUA,

cuja Justiça se diz disposta a colaborar com a sua congénere argentina, mas que não deverá passar pela desclassificação dos dossiers secretos da CIA relacionados com o golpe de Estado no Chile, a 11 de Setembro de 1973, que instaurou a ditadura de Pinochet.

Segundo muitos especialistas há razões para crer, como o democrata Maurice Hinchey – que a 13 de Maio fez aprovar na Câmara dos Representantes uma proposta solicitando a entrega dos referidos documentos ao Congresso –, «que a documentação da CIA contém informação relevante sobre o derrube e assassinato de [Salvador] Allende». Hinchey pretende o acesso aos dossiers para, nas suas próprias palavras, encontrar resposta «para importantes perguntas sobre a implicação da CIA, do Departamento de Estado e do então secretário de Estado, Henry Kissinger, no derrube do presidente Salvador Allende».

Na opinião de Propper, no entanto, isso não acontecerá «em caso algum», pois «o governo norte-americano nunca pedirá à CIA que desclassifique os seus documentos», porque isso seria acabar «com os serviços secretos».

A confirmar esta opinião está o facto de a colaboração com a Argentina, nesta matéria, assentar num pacto de «confidencialidade».



Atentado que vitimou o gen. Prats na Argentina

■ Lígia Calapez

Dia nacional contra a guerra

Ninguém pode ficar em silêncio

Manifestações e outras iniciativas contra a guerra assinalaram, um pouco por todo o País, os primeiros dois meses de bombardeamentos contra a Jugoslávia. Uma conjunto de acções em que a juventude surge com particular destaque.

A concentração/desfile em Lisboa, cordões humanos em Algués e em Faro, 1000 balões brancos lançados por «Os Verdes» na Praça da Figueira e um concerto pela paz, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Lisboa, foram algumas das iniciativas com que foi assinalado o início da guerra. Iniciativas envolvendo as mais diversas organizações e em que, múltiplas vezes, se manifesta igualmente solidariedade para com outros povos em luta, como o de Timor-Leste.

O cordão humano em Algués, *Pela paz em Timor-Leste, Contra a guerra na Jugoslávia*, foi promovido pelas comissões concelhias de Oeiras e Cascais do PCP e da JCP e contou, nomeadamente, com a participação do deputado na Assembleia da República e membro do CC do PCP, António Filipe, que esteve recentemente na Jugoslávia.

Em Faro, a iniciativa de realização do cordão humano pertence à «Comissão para a Paz - Algarve», que reúne associações cívicas, culturais e sindicais, e diversas personalidades em nome individual. O concerto *Pela paz nos Balcãs*, nos Paços do Concelho, contou com as intervenções do presidente da CML, João Soares, e do vereador António Abreu.

Entretanto estão já programadas novas acções contra a guerra, de par de diversas tomadas de posição.

Na tarde do próximo sábado, na Praça do Giraldo, em Évora, terá lugar, sob o lema *Alentejo pela paz*, uma iniciativa englobando um desfile.

Protagonizada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, esta jornada conta ainda com a participação de autarquias, sindicatos e outras organizações. No Apelo entretanto divulgado sublinha-se que «participar é um dever de todos os que, independentemente das suas opções políticas, filosóficas ou religiosas, advogam a necessidade de uma solução política fundada no direito internacional».

O Apelo reclama nomeadamente «a reunião de recursos técnicos e financeiros que permitam, no imediato, a mobilização do apoio humanitário aos refugiados e, no futuro, a criação de condições para a recuperação e o desenvolvimento económico de uma região balcânica que se deseja desmilitarizada e democratizada, espaço de convivência pacífica entre todos os povos e estados».

A Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes lembra, em moção aprovada pela sua direcção, a situação dos deficientes, que defrontam problemas acrescidos e «têm de fazer face a dificuldades intransponíveis nas suas tentativas para alcançar abrigos ou áreas de segurança, quando se vêem obrigados a abandonar zonas de perigo imediato ou situações de violência iminente».

Juventude pela paz

Os jovens têm vindo a assumir um papel de destaque no movimento que se vai construindo contra a guerra.

Dois concertos pela paz tiveram lugar nestes últimos dias, em Coimbra e no Porto, por iniciativa da Juventude CDU.

Quarta-feira passada, no Jardim da Sereia, em Coimbra, cerca de 500 jovens participaram num concerto com os grupos Maré Alta, 77 e Bodhi.

Na intervenção política, Vanda Santos, candidata ao Parlamento Europeu, afirmou que «a guerra não foi, como se quer dar a entender, um último recurso» e lembrou que «o processo negociado de Rambouillet foi deliberadamente acompanhado de ameaças, em que a chantagem da intervenção militar foi insistentemente usada, a partir do momento em que os EUA procuraram impor de forma intransigente o estacionamento duma força da Nato em território jugoslavo».

Vanda Santos realçou o papel da juventude que «como enorme força social que é, solidária e interventiva, tem que assumir como sua a tarefa urgente de multiplicar as acções exigindo o fim dos bombardeamentos nos Balcãs e a extinção da Nato».

No Porto, no Cais de Gaia, na noite de sexta-feira, quase 4000 jovens

participaram no concerto pela paz com as bandas Zen e Sloppy Joe. Interveio Marta Amaro, da direcção nacional da JCP.

Também em Santarém os jovens tomam posição. «Jovens pela paz, contra a guerra» é a designação de um apelo, aberto à subscrição de «todos quantos queiram juntar a sua voz à condenação da guerra e em defesa de uma solução política negociada».

Subscrito por um conjunto de jovens de diversas correntes políticas, opiniões, profissões, escolas, associações e sectores juvenis, o apelo exige o fim imediato da participação de Portugal no processo de agressão contra a Jugoslávia e uma atitude firme em defesa da paz e de uma solução política negociada. Em todas estas iniciativas pela paz, os jovens comunistas têm um papel marcante.

Na primeira reunião realizada após a sua eleição, a Direcção Nacional da JCP sublinha que «as informações mais recentes sobre os ataques da Nato reforçam a determinação dos jovens comunistas nas exigências que vêm fazendo: o cessar imediato dos bombardeamentos, o regresso em segurança dos refugiados, o respeito por todas as etnias nos Balcãs, a solução política e negociada da situação».

No Dia nacional de luta contra a guerra, a JCP não esquece também os dramas dos povos de Timor-Leste, Angola e Curdistão.

Manifestação em Lisboa

Uma breve citação de Urbano Tavares Rodrigues, um poema de José Gomes Ferreira, foram alguns dos textos cuja leitura marcou o final da manifestação pela paz, contra a guerra na Jugoslávia, na tarde de segunda-feira, em Lisboa.

Mais uma iniciativa para que se mantenham alerta as cons-

ciências e para que o dia-a-dia da guerra, com as mortes, as destruições, a fuga em massa de populações, se não instale como rotina.

Milhares de pessoas participaram na concentração no Largo de Camões a que se seguiu um desfile até à residência oficial do primeiro-ministro. Uma forma simbólica de responsabilizar directamente o governo português pelo envolvimento do nosso país na guerra.

Slogans pela paz, contra a guerra, pelo fim da Nato, pela retirada de Portugal desta organização agressiva e da guerra nos Balcãs, pontuaram a marcha, no percurso sinuoso que liga o Camões a São Bento. Presentes, entre muitas outras, as faixas dos grandes núcleos operários da outra margem, como a Lisnave, ou de movimentos solidários como os grupos de paz do Seixal.

Organizada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), a manifestação contou com o apoio de inúmeras organizações, sindicatos e personalidades.



—Dois meses depois—

Dois meses após o início dos bombardeamentos, as notícias sobre a guerra são apenas a ponta do iceberg do drama humano que se desenrola na Jugoslávia. Muito do que acontece é ocultado ou acobertado sob a espantosa nova designação para as vítimas — danos colaterais.

Do pesadelo que se tornou a vida para os refugiados e as populações vítimas dos bombardeamentos, chegam-nos entretanto escassos mas significativos testemunhos, veiculados por jornalistas que os recolhem no cenário da guerra agora imposta no centro da Europa. Alta tecnologia contra vidas humanas.

Entretanto, vale sempre a pena referir os poucos dados concretos que vão circulando. Desta

feita em panfletos distribuídos na manifestação de Lisboa.

E que lembram, por exemplo, que os danos causados por dois meses de bombardeamentos são já superiores aos que a Jugoslávia sofreu em toda a Segunda Guerra Mundial.

Ou que os alvos da Nato — ou os erros, ou os danos colaterais — são preferencialmente alvos civis. Concretamente, e segundo dados do jornal londrino «Guardian»: dezoito hospitais e clínicas; duzentas creches, escolas, liceus, dormitórios estudantes, apartamentos, hotéis, bibliotecas, centros juvenis, teatros, museus, igrejas e mosteiro património mundial. Para além das quintas e colheitas destruídas.



Tempo de lembrar

Pedimos expressamente que não achem natural o que sempre acontece! Que nada seja tido por natural neste tempo de confusão sangrenta, de desordem ordenada, de arbitrariedade sistematizada, de humanidade desumanizada, para que nada disto se mantenha.

Brecht

Convocada exactamente dois meses após o início dos ataques da Nato à Jugoslávia, esta iniciativa afirma-se como *Dia nacional contra a guerra*, conforme declaração dos seus promotores.

Durante a concentração e o desfile circulou um documento a protestar contra a agressão da Nato, a apelar ao fim da guerra e à busca de uma solução política para o conflito, defendendo ainda o regresso dos refugiados ao Kosovo em paz e segurança.

No apelo à participação de «todas as organizações sociais, movimentos cívicos e cidadãos em geral» para se associarem a este «Dia nacional contra a guerra na Jugoslávia», é uma vez mais criticada a participação de Portugal no conflito.

«É motivo de particular indignação que o Governo português tenha optado por alinhar ao lado dos que empreenderam a guerra, ao invés de ter-se empenhado, de forma activa e consistente,

na busca de uma solução pacífica para o conflito», sublinha o CPPC.

Entre os signatários do documento, encontram-se organizações como a CGTP-IN, PCP, Partido Ecologista «Os Verdes», Fenprof, organizações anti-racistas, e figuras públicas como Vasco Gonçalves,

Costa Gomes, Mário Tomé, Rosa Coutinho, Urbano Tavares Rodrigues, Diana Andringa, Augusto Abelaira e Alice Vieira.

O CPPC apelou ainda à promoção de iniciativas similares por todo o País. Iniciativas que contam com apoios e protagonismo das mais diversas organizações, em particular da juventude.



Bombeiros solidários

O Departamento de Bombeiros e a Comissão Sindical do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) aprovaram uma Moção de solidariedade para com os seus colegas Bombeiros de Belgrado.

A Moção, aprovada por unanimidade, foi entregue segunda-feira passada, por uma delegação dos bombeiros, ao embaixador da República Federativa da Jugoslávia, juntamente com algumas ofertas simbólicas.

No documento, os bombeiros de Lisboa lembram que, como *soldados da paz*, sabem «por experiência própria, mesmo em tempo de paz, o que são a dor e o sofrimento humano provocados pela destruição durante sinistros acidentais na sua cidade».

Um conhecimento que lhes permite melhor compreender

«que os soldados da paz de Belgrado e de toda a Jugoslávia enfrentam uma duríssima situação de luta diária para minorarem o sofrimento e a dor causados ao povo pelos bombardeamentos».

Face ao «problema humanitário de enormes proporções» gerado pela intervenção militar da Nato, os bombeiros de Lisboa decidiram manifestar «a sua solidariedade aos bombeiros de Belgrado, de toda a Jugoslávia e ao seu povo, orgulhando-se da coragem demonstrada pelos seus companheiros de profissão, apanágio dos bombeiros de todo o mundo, na sua luta diária de defesa civil do seu povo, e reclamam o abandono das acções belicistas da Nato e a resolução pacífica do conflito para evitar mais sofrimento aos povos da região».

DOSSIER Guerra nos Balcãs

O exército das fardas negras (2)

■ Anabela Fino

O anúncio da criação do Exército de Libertação do Kosovo (UCK, sigla em albanês) data de 1992, mas o processo da sua implementação arrasta-se secretamente durante tantos anos que Ibrahim Rugova, dirigente do Movimento Democrático do Kosovo (LDK) e defensor da autonomia/independência da região por meios pacíficos, duvida, primeiro, da sua existência e atribuiu, depois, a paternidade da organização aos serviços secretos sérvios para ações de provocação. Estava enganado.

O UCK começa a dar que falar em 11 de Fevereiro de 1996, data do atentado à bomba em cinco campos de refugiados sérvios da Krajina (Bósnia), que o movimento reivindicava no seu «comunicado n.º 1». Vítimas da limpeza étnica levada a cabo por croatas e muçulmanos na chamada «guerra da Bósnia» - o princípio do desmembramento da antiga Jugoslávia -, os refugiados sérvios instalados no Kosovo foram o primeiro alvo da «luta de libertação» do UCK.

Dois meses depois, outro ataque provoca a morte de oito polícias sérvios em Decani e em Pere.

Os acordos de Dayton para a Bósnia, a 21 de Novembro de 1996, dão o impulso necessário à consolidação do UCK. Durante o ano de 1997 a organização leva a cabo 14 atentados no Kosovo e um na Macedónia. A prática mais comum é o assassinato de habitantes considerados «traidores» da causa independentista.

Apoiado desde a primeira hora pela Albânia, onde dispõe de campos de treino no maciço da Mirdita, no Norte do país, o UCK tem em Sali Berisha um aliado de peso, cuja ajuda continua mesmo depois de afastado do poder na sequência dos motins de 1997. Retalhada em feudos dominados pelos diferentes clãs - a unidade nacional é uma pura ficção -, a Albânia é a base ideal para o UCK desenvolver a sua organização, que rapidamente se estende também à Macedónia Ocidental, maioritariamente habitada por uma população de origem albanesa. As zonas fronteiriças da Albânia e da Macedónia com o Kosovo transformam-se em bases do UCK, escondendo de homens, armas e abastecimentos, a coberto das populações civis.

NATO» estavam a actuar clandestinamente no Kosovo.

A 18 de Abril, o londrino *Sunday Telegraph* revelava que uma unidade das forças especiais britânicas (SAS) tinha a seu cargo dois campos de treino do UCK, próximo de Tirana, a capital albanesa. Segundo o *Telegraph*, as unidades do UCK treinadas pelo SAS infiltram-se depois no Kosovo, usando satélites e telemóveis para ajudarem a orientar as missões de bombardeamento da NATO.

O mesmo relatório dá conta de contactos entre o UCK e o MPRI, uma instituição com sede em Virgínia. O MPRI - que o *Telegraph* identifica como uma organização de mercenários profissionais - foi formado por oficiais norte-americanos de alta patente, e esteve ao serviço do Pentágono para organizar e treinar o Exército da Croácia. O mesmo Exército que em 1995 levou a cabo a ofensiva contra a população sérvia da Krajina. A 28 de Julho de 1997, a revista *Nation* descrevia pormenorizadamente o papel do MPRI e do Pentágono nesta criminosa campanha que deixou centenas de milhares de sérvios sem abrigo. A 2 de Março, o *New York Times* divulgava na primeira página um relatório do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra que caracterizava aquele ataque como provavelmente o acontecimento mais brutal ocorrido nos Balcãs na última década. O relatório foi rapidamente esquecido.

A cor do dinheiro

O financiamento de toda esta actividade não constitui problema. Espalhados por todo o mundo, kosovares de origem albanesa dedicam-se a negócios tão escuros quanto rentáveis. Em 1997, após o desmantelamento de uma rede especializada em facturas falsas e burlas de toda a espécie, com ramificações na Alemanha e em Itália, a recolha de fundos passa a ser centralizada pela fundação «A Pátria Chama-te» - organização controlada pelo Movimento de Libertação Kosovar, dito o braço político do Exército de Liberta-



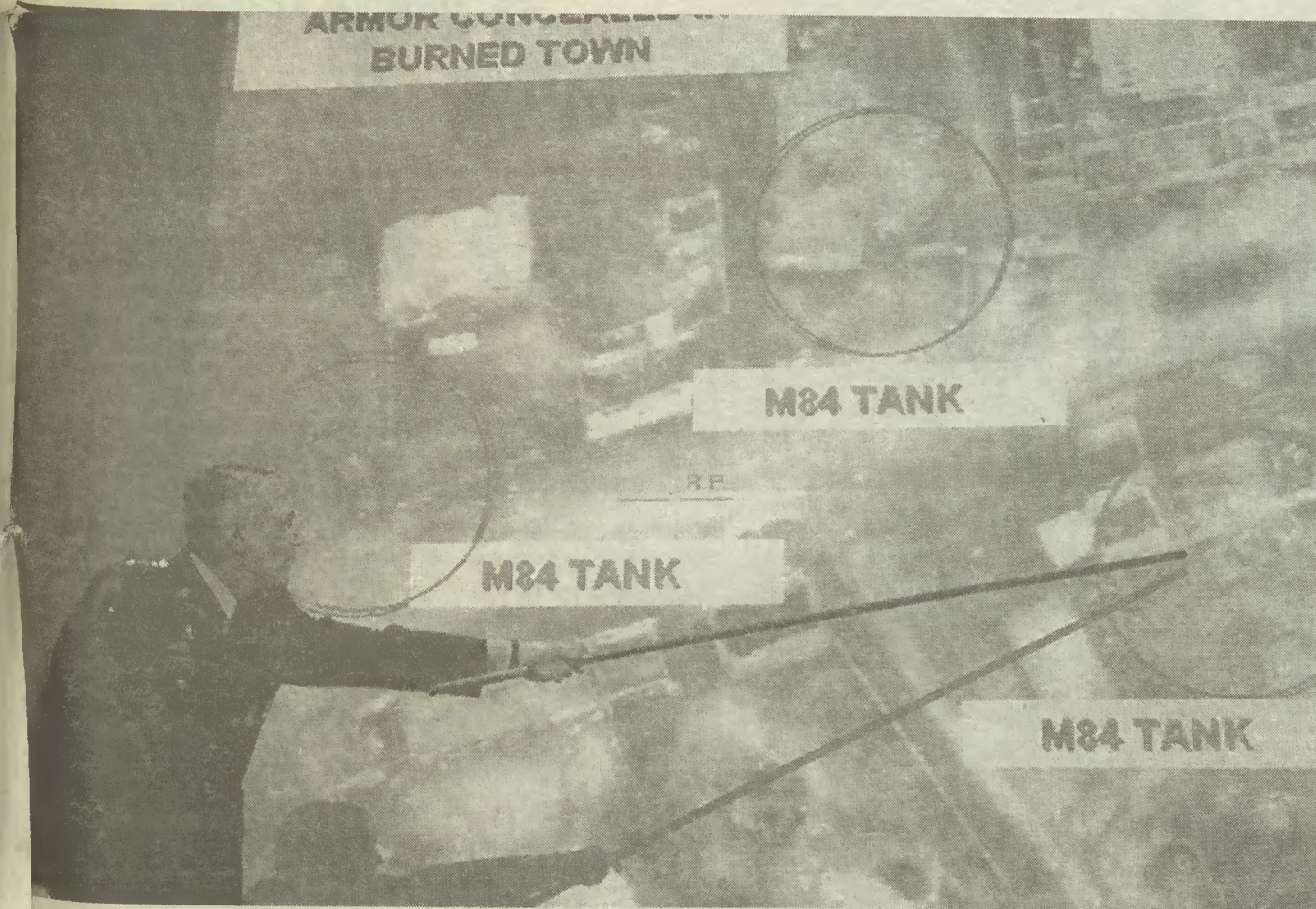
ção do Kosovo (UCK) - numa conta do «Alternativ Bank» em Olten, na Suíça.

Bardhy Mahmuti, porta-voz da fundação, afirmou em declarações ao *Le Monde* que o financiamento do movimento independentista se fazia através de contribuições de kosovares. «Damos três por cento do nosso salário à fundação», garantiu.

As contribuições, a existirem, não explicam no entanto a intensa actividade e disponibilidade económica da fundação. As autoridades suíças investigaram e, em Julho de 1998, os fundos de «A Pátria chama-te» foram congelados por suspeita de implicações em «tráficos ilícitos de material de guerra e de participação numa organização criminosa». As contas congeladas ascendiam a mais de 960 mil contos.

Bardhy Mahmuti não confirma nem desmente a acusação, mas vai dizendo que «uma vez que os crimes dos sérvios foram cometidos perante a indiferença das grandes potências», considera «que comprar armas é um acto humanitário».

A Interpol tem uma interpretação diferente, e admite que «os albaneses do Kosovo controlam a maior parte do tráfico de heroína na Suíça, Áustria, Alemanha, Hungria, República Checa, Noruega, Polónia e Bélgica». A suspeita não é infunda-



da: nos últimos anos, 14 por cento das detenções da Interpol por narcotráfico são de emigrantes kosovares, representando a segunda nacionalidade mais significativa em termos de capturas (os turcos ocupam o primeiro lugar, com 30 por cento de detenções).

O envolvimento no tráfico de drogas é confirmado pelo Observatório Geopolítico das Drogas, uma instituição suíça, que não hesita em afirmar que «80 por cento do mercado da heroína de Zurique está nas mãos de albaneses». Segundo a polícia local, «uma parte do dinheiro é branqueado na compra de restaurantes e empresas na Macedónia».

Embora seja difícil apresentar provas sobre tão complexas redes, o Observatório diz saber «que as redes de tráfico de drogas e as de tráfico de armas se cruzam», ao mesmo tempo que garante que «desde princípios dos anos 90, os kosovares são o primeiro grupo comunitário implicado em detenções ligadas aos dois tráficos». «Há kosovares que pedem armas, mas também há os que as vendem», afirma aquela organização.

O congelamento da conta na Suíça não impediu nem a recolha nem a circulação dos meios necessários para a compra de armas. Há malas diplomáticas a circular sem qualquer controlo e os negócios proliferam, reforçados com o «esforço de guer-

ra» exigido pelas mafias albanesas aos seus compatriotas. Em França, por exemplo, onde o ponto de encontro e de recrutamento de emigrantes kosovares está sediado na igreja croata de Paris, o montante cobrado varia entre 30 a 50 por cento dos salários.

O «voluntarismo», quer nos donativos quer nos recrutamentos, é no mínimo duvidoso. A partir de 1995, os comunicados do UCK fizeram saber que dos 18 aos 50 anos todos os emigrantes kosovares são mobilizáveis. Os campos de refugiados na Albânia e na Macedónia tornaram-se, por seu turno, num verdadeiro manancial para o recrutamento.

As armas também não faltam. Antes do início dos bombardeamentos da NATO à Jugoslávia, a 24 de Março, e também depois, sob a capa da ajuda humanitária, ao porto albanês de Durres e à Macedónia chegaram regularmente contentores carregados de armamento. O último descoberto pelas autoridades italianas tinha proveniência suíça e ostentava as insígnias da Cruz Vermelha Internacional.

Entre outras, foram utilizadas as seguintes fontes: El País, Le Monde, Monde Diplomatique e Workers World Service / Foundation Global Reflexion



A grande Albânia

Desde o início da sua formação que o UCK tem nos seus objectivos os mais amplos horizontes. Em causa não está, nem nunca esteve, apenas a «libertação» do Kosovo, mas a organização teve de esperar até meados de 1998 para tornar claras as suas intenções.

A partir de Fevereiro de 1998 tudo parece conjugar-se a favor do UCK: em cinco meses ocupa cerca de 30 por cento do território da região, que declara «livre» das forças sérvias, e mina a autoridade do LDK de Rugova, acusando-o de pactuar com Belgrado. Afirmando não reconhecer o «governo» e o «parlamento» kosovares, o UCK decreta o estado de guerra nas «zonas libertadas», proíbe os partidos políticos e dedica-se à sua limpeza étnica, matando e expulsando as minorias sérvia, cigana e macedónia.

A 7 de Julho de 1998, inebriado pelas próprias vitórias, o UCK declara ter chegado a hora de passar à segunda fase do seu plano, ou seja, alargar a guerra à parte ocidental da Macedónia. A terceira fase abrangeria cerca de um terço da zona meridional do Montenegro. O objectivo confesso é a criação da Grande Albânia, sob o pretexto das maiorias albanesas residentes nas referidas regiões.

A estratégia pela criação, a 13 de Agosto, de uma direcção política destinada a dar credibilidade ao «movimento libertador», composta por Bardhyl Mahmuti, macedónio albanês, Xhavit Haliti, albanês, Hashim Thaçi, Faton Mehmetaj, Sokol Bashota e Jakup Krasniqi, todos kosovares.

Os planos saem furados. Com o patrocínio dos EUA, os petrodólares da Arábia Saudita e o apoio logístico da Turquia, Rugova dá luz verde à criação das Forças Armadas da República do Kosovo, e encarrega Ahmet Krasniqi da respectiva organização. Entretanto, a ofensiva das forças sérvias avança pelas «zonas libertadas» do UCK. Numa tentativa de fazer reverter de novo a situação a seu favor, os «libertadores» assassinam Ahmet Krasniqi a 18 de Setembro, em pleno centro de Tirana, enquanto se intensificam os confrontos no Kosovo. Segundo dados de *Le Monde Diplomatique*, os combates provocam 800 mortos e 150 000 deslocados.

Em meados de Outubro, e após intensas negociações entre as autoridades de Belgrado e o enviado norte-americano para a região, Richard Holbrooke, é declarado um cessar-fogo e substancialmente reduzida a presença das forças sérvias no Kosovo. A oportunidade é aproveitada pelo UCK, que volta a ocupar aldeias, a perseguir e prender dirigentes do LDK, e finalmente a recomear os confrontos em Dezembro de 1998.

Os EUA reconhecem o «esforço» do movimento. A 6 de Novembro, diplomatas norte-americanos encontram-se no Kosovo com os chefes do UCK. A 8 de Novembro regista-se novo encontro, desta vez na Suíça, a que se segue outro contacto a 17 de Novembro, de novo no Kosovo. Tudo leva a crer que o diálogo entre as partes foi frutuoso: os dirigentes do Exército de Libertação são recebidos nos EUA no início de Dezembro. As partes voltam de novo a encontrar-se no Kosovo a 22 de Dezembro e, já este ano, a 27 de Janeiro.

O UCK ganhou o estatuto de parceiro, com lugar garantido nas «negociações de paz» de Rambouillet, e uma caneta para assinar o famoso Anexo B, colocado em cima da mesa, à última hora e à revelia de todas as partes, pela intrépida Madeleine Albright.

Um protectorado

As opiniões sobre o futuro do Kosovo estão longe de reunir consenso. Enquanto uns continuam a sublinhar a necessidade de respeitar a integridade territorial da Sérvia e da República Federal da Jugoslávia, outros apenas aceitam a independência, e outros ainda têm preferem uma «terceira via» muito mais inovadora. Está neste último caso o diplomata espanhol Carlos Westendorp, actual alto representante civil para a paz na Bósnia.

Carlos Westendorp é de opinião que a melhor solução

para o Kosovo é a transformação da região «num forte protectorado internacional, com todos os instrumentos de controlo na mão e uma presença massiva de tropas internacionais».

Tendo como ponto de partida a sua experiência na Bósnia, onde, segundo afirma, «se criou um modelo baseado na não intervenção» - curiosa afirmação se nos lembrarmos da recente destituição de um presidente eleito e da retirada de uma parte do território da alçada dos seus legítimos representantes, para já não

falar das dezenas de milhares de forças armadas estrangeiras ali estacionadas há anos -, Westendorp considera que não se devem repetir os erros do passado.

E quais foram os erros cometidos na Bósnia? Segundo o diplomata espanhol, «não se criou um protectorado com uma administração internacional provisória que pouco a pouco fosse delegando poder nas autoridades locais e se preocupasse mais em fazer com que o país funcionasse do que na sua democratização».

«Na Bósnia não controlamos nem os juizes, nem a polícia, nem o exército», diz o alto comissário, considerando que tal «erro» deve ser evitado no Kosovo e que «a única forma de o conseguir é criar um verdadeiro protectorado internacional».

Na opinião de Westendorp esta é a única solução. «A independência do Kosovo é a pior solução, já que seria o princípio do fim da estabilidade em toda a zona, e já é tarde para a autonomia.» O protectorado, pelo contrário, «evita a independência da província

internacional

e a sua normalização exigirá menos tempo, uns cinco anos em vez de uma geração como na Bósnia». No modelo preconizado por Westendorp, o Kosovo teria um alto representante ou um comissário com total autoridade sobre as organizações civis e militares, as eleições seriam provisoriamente suspensas e criar-se-ia uma administração e um sistema judicial eficaz e independente. O alto representante, na sua opinião, não deve ser da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) porque,

segundo Westendorp, a OSCE «está especializada em eleições, mas não é capaz de organizar um protectorado. Um alto representante seria nomeado pela ONU, que incluiu mais países que a OSCE e tem mais flexibilidade para recrutar pessoal especializado».

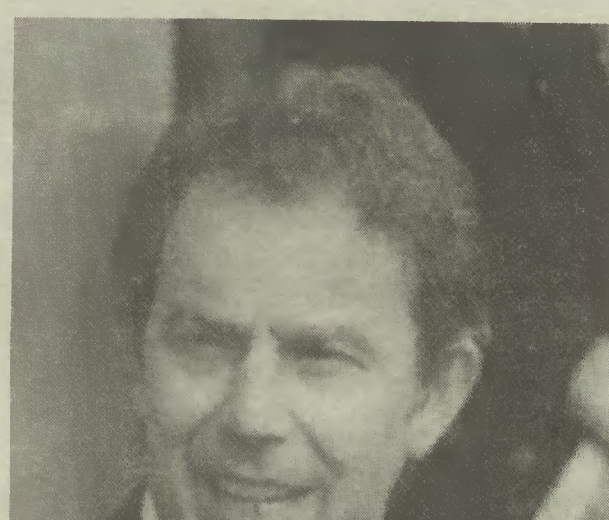
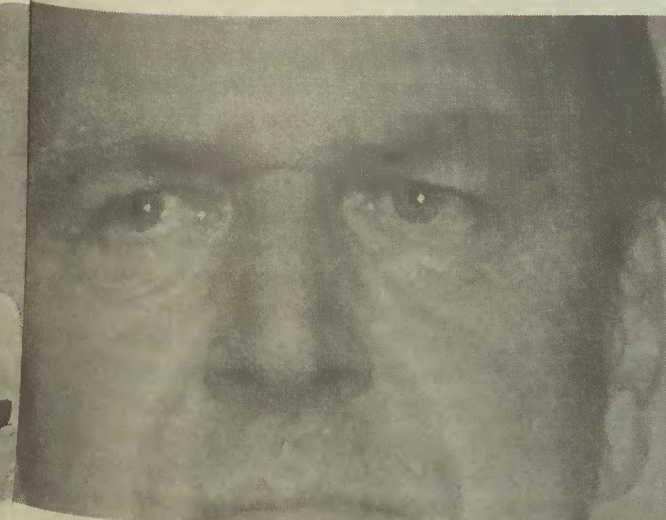
O diplomata espanhol tem ainda ideias definidas quanto aos interlocutores para acabar com a guerra no Kosovo: «Uma solução com Milosevic não será duradoura. A crise não pode ser encerrada em falso.»



Mais longe da região, mas sempre omnipresente no que aos Balcãs diz respeito, a Alemanha é outro ponto crucial para a existência do Exército de Libertação do Kosovo. A exemplo do que já havia feito em relação à Croácia, as forças especiais dos serviços secretos militares alemães (Kommandos Spezialkräfte) tomaram a seu cargo o treino, armamento e fardamento do UCK. As fardas negras dos «libertadores» kosovares não são um mero acaso da indústria têxtil.

A teia

Os apoios não se ficam por aqui. Em 15 de Julho de 1998, por exemplo, o *PBS Newshour* noticiava que norte-americanos veteranos da guerra do Vietname treinavam mercenários do UCK na Albânia. Mais recentemente, a 19 de Abril, o deputado canadiano David Price, citado pela UPI, denunciava que 50 soldados do Canadá estavam a ajudar o UCK no Kosovo, assinalando «as falhas nos bombardeamentos» e apontando «onde as próximas bombas deviam ser lançadas». A 20 de Abril, um relatório da *Jane's Defense Weekly* dava conta que unidades especiais britânicas, norte-americanas, francesas e de outros grupos da



Os valores da NATO

■ DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão Política

A AGRESSÃO dita humanitária desencadeada pelos países da Nato contra a Jugoslávia, prolonga-se há já dois meses sem que se saiba como e quando acabará. Os estrategos da Nato, ao que parece, ao desencadear a guerra, pensariam que o seu poderio bélico seria suficiente para intimidar, vergar e fazer capitular a Jugoslávia, obrigando-a a aceitar finalmente graves limitações à sua soberania, transformando a Jugoslávia num protectorado dos Estados Unidos (célebre anexo B).

As incertezas quanto ao desfecho desta guerra avolumam-se na medida em que aos objectivos estratégicos de utilizar a agressão à Jugoslávia para reforçar a presença militar americana e de outros países da Nato no centro da Europa e fazer avançar em termos práticos e de facto o novo conceito estratégico da Nato, tendente a atribuir-lhe o papel de polícia do mundo, junta-se agora a preocupação de defender a própria "credibilidade" da Nato.

Alguns escribas de serviço consideram mesmo que seria uma coisa terrível, para o mundo em geral e para a civilização ocidental em particular, se a "credibilidade" da Nato, entendida como a capacidade de dar uma séria lição aos recalcitrantes intimidando e agredindo qualquer país, saísse beliscada desta guerra, pelo que é necessário garantir essa credibilidade a todo o custo, não se olhando a meios, destruindo hospitais, escolas, matando milhares de pessoas, incluindo kosovares que dizem querer proteger.

Mas no meio de tantas incertezas, uma coisa é já certa. Esta guerra dita humanitária, tornou-se numa terrível tragédia humana, para os sérvios, albaneses/kosovares e outras etnias com milhares de mortos, centenas de milhar de refugiados, destruições materiais incalculáveis e a desestabilização de toda a região dos Balcãs, tragédia que se prolongará muito para além do fim da guerra.

As palavras do responsável da missão da OSCE para o Kosovo, pronunciadas no momento em que por imposição da Nato/Estados Unidos, a missão foi obrigada a abandonar a região, tornaram-se numa trágica realidade. "Durante todo este tempo (o período de permanência da OSCE no Kosovo) - disse ele - a equipa local da missão e o seu enquadramento internacional uniram esforços para alcançar a paz e a segurança na região, mas o que nos espera agora é uma maior violência." Palavras premonitórias que não foram tidas em conta, pela simples razão de que a Nato/Estados Unidos precisavam desta guerra como pão para a boca para fazer avançar os seus planos de hegemonismo e intervencionismo mundiais.

Cinco dias depois da retirada da missão da OSCE, a Nato dava início à sua agressão contra a Jugoslávia com os resultados conhecidos, não sendo crível que todos aqueles que a decidiram ou apoiaram não soubessem que seria assim.

A lógica da guerra é sempre uma coisa terrível e esta guerra suja não foge à regra. O facto de os objectivos do imperialismo e do militarismo se fantasiarem de humanitários, não altera em nada a realidade desta guerra, pelo que se torna verdadeiramente patético e farisaico ouvir o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, co-responsáveis pelo envolvimento de Portugal numa guerra de agressão a um Estado soberano que não estava em conflito com Portugal, nem com nenhum outro país, perorar sobre os horrores da guerra, ao mesmo tempo que apoiam e justificam as teses de agressão imperialista da Nato, pretensamente empenhada na defesa de valores como a "democracia, direitos do homem e primazia do direito", valores caros aos nossos governantes e que a Nato defenderia.

Só pessoas atingidas por uma profunda amnésia ou com má consciência quanto às suas responsabilidades pelo envolvimento de Portugal na guerra, não se lembrarão que a Nato, desde a sua fundação, se tem pautado por valores exactamente contrários aos que diz serem os seus.

Mas cabe perguntar. Onde e quando é que os valores da Nato foram estes? Onde estão os valores democráticos de uma organização que se orgulha de ter no seu núcleo fundador a ditadura fascista portuguesa? Quem albergou, forjou e apoiou várias outras ditaduras na Europa e fora dela?

Falar nos valores democráticos da Nato é um insulto à memória da resistência ao fascismo, regime que encontrou na Nato um importante apoio no pós-guerra.

A complexa situação criada no Kosovo, com graves conflitos étnicos era uma realidade antes da guerra. Hoje a situação é incomparavelmente pior, tendo-se criado uma situação de difícil

superação no que toca à convivência inter-étnica. Mas quem pode tomar a sério que a Nato pretende defender os direitos do homem, no Kosovo, sabendo-se como se sabe que alguns dos seus membros, com particular destaque para os Estados Unidos e alguns aliados, têm uma longa história de agressões contra povos soberanos e de prática sistemática de crimes e de extermínio de populações mesmo na actualidade como é o caso da Turquia, de Israel, da Indonésia, da Colômbia, etc.?

O "primado do direito" para a Nato é o primado da bomba, das pressões e das ingerências nas questões internas dos povos. Membros da Nato ou seus importantes aliados ocupam territórios de Estados soberanos. Nos últimos tempos os Estados Unidos, continuando uma longa e velha prática do uso da política de canhoeira bombardearam a Bósnia, o Iraque, o Sudão, o Afeganistão e a Jugoslávia. É a política de dois pesos e duas medidas ditada pelos interesses políticos, económicos e militares dos Estados Unidos e de algumas outras grandes potências.

A guerra contra a Jugoslávia, desencadeada à margem da ONU, secundarizando o papel da OSCE, é em si mesmo um flagrante exemplo da violação das mais elementares normas do direito internacional, que seria suposto ser um valor da Nato. E, no entanto, esta violação não tem nada de accidental. Ela tornou-se numa questão vital para a materialização do novo conceito estratégico da Nato.

A agressão contra a Jugoslávia tornava-se necessária para a secundarização das organizações internacionais até agora reguladoras das normas do direito internacional. A transformação da Nato, de organização dita defensiva numa organização ofensiva, destinada a intervir praticamente em qualquer parte do mundo, não é compatível com a existência de organizações internacionais colocadas, mesmo que formalmente, acima da Nato. Uma ordem internacional, comprometendo todos os Estados, assente em leis em que a ameaça ou o uso da força estavam proibidos a não ser autorizados expressamente pelo Conselho de Segurança da ONU, constituía um empecilho à materialização dos objectivos imperiais dos Estados Unidos. A ONU e OSCE só terão razão de ser desde que não entrem no papel da Nato. Trata-se de uma enorme alteração no quadro internacional de consequências imprevisíveis para o futuro.

Quando em consequência da longa luta contra a corrida armamentista, da desintegração da União Soviética e da autodissolução do Pacto de Varsóvia, muitos cidadãos do mundo pensavam estarem criadas as condições para uma verdadeira política de cooperação, para um largo período de paz e se pôr fim à era dos blocos político-militares, eis que o mundo se tornou mais inseguro, multiplicando-se os focos de tensão e de guerras.

Os Estados Unidos lançam-se numa nova corrida armamentista, alargam o número das suas bases militares no estrangeiro e a Nato reivindica o direito de usar a força onde e quando entender à margem das Nações Unidas, aliás, prática que os Estados Unidos vêm realizando com alguma insistência.

A invocação dos direitos humanos e dos valores da democracia, para justificar esta fúria belicista, não alteram a natureza agressiva do imperialismo que, com toda a evidência, se mantém e reforça. É disso que se trata e não de outra coisa, como o confirma o caso da Jugoslávia.

A nova estratégia militar do imperialismo tem de ser encara-

da à luz da nova correlação de forças que se estabeleceu em consequência da desintegração da URSS e da evolução do capitalismo monopolista na actualidade, com gigantescas empresas multinacionais, processos de internacionalização da economia e um largo sistema de regulação supranacional como o FMI, Banco Mundial, OMC, AMI, etc.

O novo conceito estratégico, substituindo o conceito de defesa do território pelo de segurança, permitindo a intervenção militar em questões que vão do combate à droga, à defesa das transações financeiras, quando ameaçadas, criando um sistema de forças capaz de intervir em qualquer parte do mundo, sempre que os interesses políticos e económicos do imperialismo e em particular do imperialismo americano estiverem ameaçados, torna-se na pedra angular da "nova ordem internacional", americana.

Registe-se que todo este processo, incluindo o desencadear da agressão contra a Jugoslávia, se processa quando à frente de numerosos governos da Europa, incluindo Portugal, se encontram partidos socialistas e social-democratas.

Igualmente socialista é o Secretário-geral da Nato, Xavier Solana, que, de activista e dirigente do movimento contra a Nato passou agora, como é prática de trans-fugas, a um dos mais acalorados falcões.

A ideia de uma Europa autónoma face ao imperialismo norte-americano é pura fantasia. Apesar das rivalidades e contradições interimperialistas, o grande capital europeu e americano, aliás crescentemente interligado, estão apostados em concretizar uma política expansionista e militarista. Relevante da situação actual é o facto de FA da Alemanha pela primeira vez nestes últimos 50 anos intervirem fora das suas fronteiras e das próprias fronteiras da Nato e os revanchistas alemães arrogam-se abertamente desse direito.

Não deixa de ser igualmente relevante quanto à evolução da vida política nacional que, no ano em que se comemora o 25.º Aniversário da Revolução de Abril, Revolução que pôs fim a 13 anos de guerras e que mereceu a hostilidade da Nato, Portugal tenha a presidir aos destinos das Forças Armadas um ministro do Governo Fascista derrubado pelas Forças Armadas e se veja envolvido numa guerra contra a Jugoslávia por razões de subserviência em relação à Nato e aos Estados Unidos.

A participação de Portugal nesta guerra é tanto mais escandalosa quando os responsáveis pelo nosso envolvimento na guerra não ignoram que a Constituição da República proclama que Portugal se rege nas relações internacionais pelos princípios da solução pacífica dos conflitos internacionais e que preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão e exploração, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os homens.

É indispensável e urgente tomar a sério as ameaças que pesam sobre os trabalhadores e os povos.

A luta pela Paz, contra a nova estratégia do imperialismo americano e da Nato e pela dissolução deste bloco político-militar, torna-se questão central da actualidade.

A ofensiva global do grande capital contra as principais conquistas sociais e democráticas dos trabalhadores, completa-se com planos bem concretos para esmagar, pelo recurso à força e à intervenção militar, as aspirações libertadoras dos povos, operação que se procura escudar na intoxicação da opinião pública, diabolizando os inimigos a abater, atribuindo às acções de guerra objectivos humanitários e democráticos e até mesmo negando que sejam operações de guerra.

Os povos não estão condenados a sujeitarem-se às agressões do imperialismo. Por todo o lado cresce a indignação e a frente antiguerra, abarcando camadas e sectores muito diversificados. Intensificando as acções de protesto, multiplicando o esclarecimento, pode-se derrotar os senhores da guerra.

Só pessoas atingidas por uma profunda amnésia ou com má consciência quanto às suas responsabilidades pelo envolvimento de Portugal na guerra, não se lembrarão que a Nato, desde a sua fundação, se tem pautado por valores exactamente contrários aos que diz serem os seus.

E depois... o capitalismo é burro?

Os eleitos do PCP, seja nas autarquias, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, têm o dever de estar sempre em campanha eleitoral, desde que isto seja entendido como prestar contas aos trabalhadores, ao povo, aos cidadãos que representam por efeito dessa eleição. Como diria um contabilista, os eleitos têm a obrigação de usar o método do inventário permanente. Ora, os eleitos de outras origens nem em período de campanha eleitoral, quando de novo se candidatam, parecem sentir necessidade, que deveria ser imperativa, de prestar contas. Procuram até, ao que parece - e em política o que parece é, como dizia o outro... -, furtar-se a essa natural demanda do que fizeram antes para se saber se vale a pena outra vez neles votar (os que votaram...) já que se recandidataram.

Há circunstâncias que dificultam o confronto entre o que trabalharam os

deputados do PCP e o que outros não fizeram ou o que fizeram ao serviço de interesses que não são os de quem representam, confronto que nos seria claramente favorável.

Por um lado, a comunicação social está muito mais voltada para outros tratamentos que para esses paralelos. Quando os faz, e de forma objectiva, há que saudar, embora seja significativo que tal se saude como coisa excepcional. Que não deveria ser excepcional mas o cumprimento de uma deontologia.

Por outro lado, pelo nosso lado, temos uma cultura política que, coerentemente, privilegia o trabalho colectivo e não o trabalho individual, que até contraria situações ou eventuais veleidades de protagonismo derivadas, por exemplo, de características de tarefas como as de deputado.

Estas e talvez outras razões não contribuem para nem facilitam confrontos a partir de prestações individuais, em que os eleitos PCP ganhariam de longe.

Não obstante, há que comparar...

Por isso, as avaliações do trabalho no PE devem fazer-se por mandatos, ou seja, pelo trabalho realizado a partir dos mandatos que cada partido ou coligação

obteve. Já o escrevi e insisto: o PS teve, em 1994, 10 mandatos, o PSD 9, o CDS/PP 3 e o PCP outros tantos, e o trabalho realizado não foi por este ou por aquele deputado a título individual mas, sim, em cumprimento de mandatos. E no total são 25 os deputados eleitos e a eleger!

Acrescento e sublinho algo que tenho dito na campanha: para o cumprimento desses mandatos não há apenas o trabalho dos deputados que passam pelo PE durante a legislatura. Tanto ou mais importante que o seu trabalho é o dos assistentes e membros do secretariado (político e administrativo) que estudam dossiers, preparam relatórios, propõem emendas a relatórios de outros, escrevem intervenções, elaboram perguntas e propostas de resolução, negociam com homólogos de outros partidos e grupos, tratam do expediente e correspondência, cuidam das relações públicas e da imagem de quem tem de "dar a cara", sei lá que mais.

Ora os deputados do PCP eleitos para os mandatos da CDU têm os mesmos direitos que os deputados eleitos noutras listas, pelo que o acesso a verbas ditas comunitárias para assistentes e secretariado possibilitou a formação de um colectivo de 10 camaradas, os 3 deputados em exercício de mandato mais os actuais 7 membros do secretariado. (E

não só... mas isso são outras histórias que não vêm para esta história embora sejam muito importantes para o partido e estejam dependentes dos eleitos que conseguimos e conseguimos ter.)

O trabalho realizado deve-se, assim, a esse colectivo, e tem de se sublinhar, entre as tarefas, a importância que, no PCP, se dá - ou deve dar! -, à ligação com as realidades do País, com as situações e dificuldades das populações e dos trabalhadores, em articulação com as outras frentes de trabalho do partido. E essa ligação e articulação só pode ser fortalecida através do trabalho de todo o colectivo do PE.

Que quer isto dizer, ou por que digo e insisto nisto?

Porque, para além da experiência no desempenho da tarefa de deputado português no Parla-

mento Europeu, a actual (pré-)campanha me chamou ainda mais a atenção para a importância de sublinhar, enfaticamente, que a eleição para o Parlamento Europeu é uma batalha maior dos trabalhadores e do povo português, e que está intrinsecamente ligada a toda a vida e luta do partido. O que é particularmente relevante tendo em vista o combate ao maior inimigo político que confrontamos nesta próxima batalha: a abstenção do nosso eleitorado. Inimigo que só pode ser vencido por nós e pela nossa automobilização e ajuda camarada.

Na eleição para o único órgão em que temos representação e onde se têm de reflectir todas as lutas, lutas que se concretizam num contexto para que a luta no Parlamento Europeu contribui, estamos no cerne da democracia representativa. Como estamos no cruzamento da prática política com o plano dos princípios.

O capitalismo é burro?

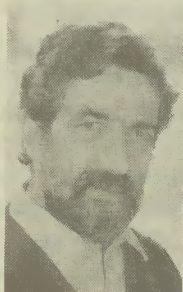
A propósito de princípios e a propósito de despropósitos, há uma onda na política "portuguesa" - incluindo, obviamente, jornalismo político - que confunde firmeza com violência, dureza no discurso com incontinência verbal.

Se alguém disser a expressão "só os burros não mudam" no contexto da afirmação de que um homem ou uma mulher, ou um grupo ou um partido, não mudou, está a querer insultar, pretende ofender e não atacar ideias ou posturas.

Não nos detenhamos nesses despropósitos mas, num outro registo, anote-se que há mudanças e mudanças, que há quem não mude no essencial das concepções, dos princípios, dos valores, embora, para isso, mude incessantemente no que não é essencial. Como há, em contrapartida, quem esteja permanentemente a mudar, tipo cata-vento, porque não tem nada... para mudar, porque ande ao sabor de modas ou ao toque de poderes! Nem por isso lhes chamaremos burros ou os anatemizaremos com qualquer outro apodo ofensivo.

Os partidos e gentes que não são comunistas e contribuíram, aceitaram e assinaram um caminho para um socialismo português, que o puseram numa Constituição e, depois, mudaram, não o fizeram para não serem assemelhados a burros, nem mudaram por inteligência ou modernidade. Quer quando foram parceiros dessa opção quer quando ajudaram a sabotá-la e a invertê-la, foram ou fracos de espírito e convicções, ou inconsistentes, ou oportunistas, ou pior que o enunciado, mas burros é que não foram nem se lhes poderia chamar.

Aliás, o capitalismo não é burro, mesmo utilizando esse critério simplista da não-mudança. Porque, se comete erros, se tem contradições que se agravam, se é muito... pragmático, nunca muda naquilo que define o capitalismo e essencial para o sistema. Assim sendo, os que lutam contra o capitalismo também não podem mudar. Embora tenham de mudar, sempre, no modo de fazer essa luta. Que é a luta de uma classe, a dos trabalhadores.



■ Sérgio Ribeiro

Em 13. Junho
no Parlamento
Europeu

Mais
CDU



Mais Esquerda, melhor Portugal



O pântano

Em 1791, quase no auge da Revolução Francesa, o "pântano" era o mais numeroso grupo de deputados da respectiva Assembleia Legislativa, de que constituíam o centro, indecisos entre "Girondinos" à direita e "Jacobinos" à esquerda. Em 1999, em Portugal, temos o pântano de "o que está a dar", repleto de "boys" e dos muitos interesses e negócios à babugem, tudo muito "bloco central" onde, entre PS e PSD, a hesitação e a escolha são circunstanciais e em proveito próprio, enquanto a "direita dos interesses", em última análise, decide do essencial.

Desde Outubro de 1995, no aparelho de Estado, o Governo PS nomeou bem mais de 10 000 "boys", a grande maioria pessoal de direcção e de "gabinetes", que se veio juntar aos 5000 nomeados do "cavaquismo".

Muitos são profissionais competentes e empenhados no seu trabalho, mas o terreno de momeações sem concurso, promoções de compadrio, destacamentos de serviço apadrinhados, "tachos", prebendas e sinecuras, é o caldo de cultura do carreirismo e "vira-casaquismo" dum para outro dos partidos do "centro", do PSD para o PS e vice-versa.

Aliás, a experiência demonstra que muitas das nomeações do Governo PS incidem sobre gente transferida do PSD e concretizam, sem qualquer escrúpulo, lógicas de grupo, de sociedade secreta ou de outros interesses, em prejuízo de profissionais melhor qualificados e da eficácia e racionalidade dos serviços.

Assim se vai alargando um atoleiro de dependências de quem manda, de quem quer que mande, o pântano do "bloco central" alargado à direita, pois nunca se sabe quando o PP pode dar o salto para o "poleiro", pela mão do PSD ou do PS.

E lá onde corre dinheiro de todos nós: no Instituto de Participações do Estado, na JAE, na Petrogal, na Portugal Telecom, etc., juntam-se, por vias diversas de nomeação, administradores vindos do PSD - Faria de Oliveira, Elói Ribeiro ou Horta e Costa - do PS - Torres Campos, Mário Lino, António Vitorino, Alberto Costa, Murteira Nabo ou Vítor Constâncio - em trânsito do PSD para o PS - António Mexia ou Garcia Lamas - com os chegados directamente do poder económico - Viana Batista, Pedro José de Melo, Luís de Melo Champalimaud, Américo Amorim ou Eduardo Martins.

No topo dos mais importantes grupos financeiros, acotovelam-se ex-governantes: Miguel Bezeza, Miguel Cadilhe, Alípio Dias, Bagão Félix, Fernando Nogueira, Valente de Oliveira e Paulo Teixeira Pinto, no grupo BCP, Eduardo Catroga e António Vitorino, no grupo dos Melos, Viana Batista, Álvaro Barreto, Daniel Bessa e Silva Peneda, no grupo Sonae, Leonor Bezeza, Ângelo Correia, Morais Leitão, Tavares Moreira e Gomes da Silva, no grupo Champalimaud.

E nunca mais acabam os "notáveis" do "bloco central", alargado ao PP, que enxameiam o poder económico e que daí influem e determinam o poder político. É um pântano de cumplicidades onde se decide de facto o mais essencial: as políticas económicas, fiscais, monetárias, sociais e de distribuição da riqueza, vampirizando os interesses e bens do Estado, dos trabalhadores e das populações, em benefício das taxas de lucro dos grandes senhores do dinheiro e, já agora, em proveito próprio.

E nestas águas, tantas vezes nauseabundas, boia à babugem, num lodaçal de conviências e sujeições, sem fazer ondas, a clientela do "sistema", a quem não importa se governa o PS ou o PSD, ou ambos, com ou sem PP.

Quanto ao PS, esse decidiu, há muito e mal, governar para o pântano dos grandes interesses, decidiu, há tempos e desgraçadamente, que é ao "mercado" que deve prestar vassalagem e satisfazer os apetites, para que assim seja recompensado com o apoio dos seus instrumentos políticos, mediáticos, financeiros, clientelares, etc.

Por isso este Governo PS, ao ritmo das reuniões de Bicesse, lá vai aplanando o "santo" caminho do BCP para a privatização dos fundos de pensões, lá vai garantindo os lucros aos Melos na Lisnave, enquanto entreabre a hipótese do negócio imobiliário na Margueira, lá vai favorecendo a Sonae na Torralta e não só, para lhe garantir "dimensão internacional", lá vai branqueando as incontáveis golpadas e falcruas de Champalimaud a meias com o "cavaquismo", para que se consumem sem obstáculo as fusões e concentrações do capital financeiro.

Assim vai o pântano de "o que está a dar" - está a dar para as clientelas, está a dar para o PS e está a dar sobretudo para os grandes interesses.

Por uma questão de salubridade, é preciso secar o pântano.

■ Carlos Gonçalves

A Legitimidade Moral segundo Chuck Norris

■ José Miguel Soares Jara

No passado dia 23 de Abril, a sede da Televisão Jugoslava foi alvo de mais um atentado bombista da NATO. A exigência deste grupo confirma (mais uma vez) a sua índole terrorista, e foi tão clara quanto inaceitável: 6 horas diárias de emissão ocidental (em horário nobre!) na TV jugoslava, caso contrário... A justificação para tão despudorada chantagem reside na mirabolante acusação de que a pretensa propaganda desta televisão estaria a colocar os jugoslavos contra a NATO (como se fosse preciso propaganda...). É no mínimo anedótico: a TV jugoslava é acusada de fazer propaganda, enquanto as «imparciais» televisões ocidentais consideram «legítima» a censura bombista feita contra a sua congénere jugoslava, chamam «danos colaterais» às chacinas de civis cometidas pela NATO e comparam sistematicamente o êxodo de refugiados (comum a todas as guerras) ao (incomparável) extermínio dos judeus pela Alemanha nazi (afirma-se, então, que «é imperioso não esquecer», mas comparações destas são a própria evidência desse esquecimento...).

Lançar *napalm* indiscriminadamente, bombardear estações de televisão, reduzir a cinzas aldeias vietnamitas e arrasar cidades à bomba atómica (chacinando centenas de milhares de civis) é considerado, pelos EUA & Cia, «actos legítimos em guerra»; expulsar uma população que está no meio do fogo cruzado de todas as partes (exército jugoslavo, NATO e UÇK) e que apoia a agressão estrangeira contra seu próprio território nacional é considerado, pela «comunidade internacional» (ou será melhor dizer *americacional*?!), um «crime contra a humanidade»...

«Temos relatos de que os homens estão a ser reunidos e mortos, e as mulheres violadas aos milhares», diz Bill Clinton com mesma expressão sincera e sentida que encenou para dizer que nunca tinha tido «relações sexuais com miss Lewinsky»... A (des)informação que recebemos (a informação do «parece que» e do «diz-se que»), para além de se basear convenientemente em testemunhos parciais de credibilidade duvidosa (como o daquele sobrevivente albanês da coluna de refugiados bombardeada que afirmou ter visto um MIG, era um F-16 e estava a 7 km...), segue à risca os moldes definidos pelo ministro da propaganda nazi, Goebbels: «Uma mentira dita mil vezes, torna-se uma verdade.» O famoso e chocante massacre do mercado de Sarajevo foi imputado sumariamente aos sérvios. Depois de repetida mil vezes aquela terrífica imagem, depois de repetida mil vezes a «culpa sérvia»..., ficou «discretamente» provado, por observadores internacionais da ONU, que o massacre havia sido executado pelos muçulmanos...

Mas, as semelhanças entre o *III Reich* e a NATO não terminam na «purificação» informativa. Hitler começou por acusar os checoslovacos de «limpeza étnica» contra a população de etnia germânica, maioritária no país dos sudetas (pequeno território checoslovaco na fronteira com a Alemanha). Com base neste argumento, a Alemanha nazi anexou o país dos sudetas, apoiada pela França e a Inglaterra (Tratado de Munich, 30 de Setembro 1938). Em seguida, instigou os eslovacos a declararem uma independência fictícia e unilateral, provocando uma guerra civil fratricida. E foi sob o pretexto «humanitário» de acabar com esta mesma guerra que a *Wermacht* ocupou o território checoslovaco que hoje é a República Checa, perante o silêncio conivente da «comunidade internacional»... A repetição da história é assustadoramente real!... A única diferença entre o caso do país dos sudetas e o do Kosovo é o facto de os interesses subjacentes serem expansionistas e étnicos (a população alemã dos sudetas) no primeiro, e imperialistas e económicos (a indústria do armamento e a valorização do dólar) no segundo.

Falando ainda em paralelos históricos é importante lembrar que o «acordo» de Rambouillet é um *ultimatum* bem mais descarado e insultuoso que a ameaça austríaca de 5 de Julho de 1914, dirigida igualmente à Sérvia. A mensagem do Imperador austro-húngaro consistia numa exigência deliberadamente inaceitável que lhe daria o pretexto para invadir a Sérvia: «Permitam que prossigamos as investigações relativas ao assassinato do Arquiduque Francisco Fernando (morto em Sarajevo por um sérvio-bósnio, quando a Bósnia era um protectorado austro-húngaro) em Belgrado, caso contrário...» Nessa altura, a «comunidade internacional» (com excepção da Alemanha,

aliada do Império Austro-Húngaro) ficou indignada com esta agressão imperialista a um Estado soberano (a Sérvia) e teve início a I Guerra Mundial... Já nos «acordos» de Rambouillet, a armadilha diplomática foi montada da seguinte forma: enquanto os representantes das diferentes facções albanesas não aceitassem os termos do acordo, a NATO ia-lhes fazendo concessões; quando o governo jugoslavo recusasse o acordo «cozinhado» a favor dos albaneses, a Jugoslávia seria (como foi) bombar-

deada pela sua «intransigência». Conclusão, a ala mais radical dos albaneses (UÇK) só aceitou aquilo que seria inaceitável para os jugoslavos: livre circulação de tropas da NATO no território da Federação Jugoslava; a ocupação da província jugoslava do Kosovo por tropas da Aliança Atlântica; um referendo para a sua independência no prazo de 3 anos; e a sua autonomia já (este último ponto foi aceite pelos enviados jugoslavos no 1.º dos acordos de Rambouillet). A rejeição de qualquer uma destas imposições abriria à NATO o caminho da tão ansiada e provocada «solução» bombardeira... Um acordo não é uma chantagem bombista! A NATO agrediu um Estado soberano sem qualquer autoridade legal: a NATO bombardeou o direito internacional!!! Os «acordos» de Rambouillet não passam de uma farsa, encenada com o único propósito de «legitimar» uma agressão militar à revelia das Nações Unidas (ONU).

O Kosovo é Sérvia, é a sua «Guimarães», qualquer tentativa de privar a Sérvia deste território sagrado é uma agressão contra a nação sérvia, contra todos os sérvios, e não contra Milosevic (a prová-lo estão os futebolistas jugoslavos no estrangeiro).

Um país independente não se faz apenas por uma maioria étnica num território do tamanho do distrito de Beja!!! Se se seguisse esta política no resto do mundo, os EUA (só para citar um exemplo entre muitos) seriam *pulverizados* em milhares de países!... Favorecer independências étnicas é dar razão a fascistas como o Le Pen; é dar razão à irracionalidade xenófoba!!!

Se o governo jugoslavo fosse tão antialbanês quanto o «pintam», há muito que teria edificado *colunatos*, e há muito que a maioria albanesa do Kosovo seria uma minoria. Mas não! Ao contrário do governo israelita na Palestina (sistematicamente apoiado pelos EUA nos seus constantes atropelos às resoluções da ONU), os sérvios sempre aceitaram a maioria albanesa no Kosovo até ao momento em que... Até ao momento em que se iniciou a agressão conjunta da NATO e do UÇK (pequeno grupo terrorista que se dedicava a traficar droga e a massacrar albaneses e sérvios kosovares leais à sua cidadania jugoslava). Nos órgãos de comunicação repete-se a toda a hora que o *strike* da Aliança Atlântica tem como objectivo pôr fim à «limpeza étnica» no Kosovo... Mas se esta tivesse começado antes dos bombardeamentos da NATO, como é que os albaneses poderiam ser 90% da população desta província jugoslava? É simplesmente hilariante: os pirómanos querem apagar o fogo com a mesma gasolina que utilizaram para o atear!!!

No restante território jugoslavo convivem pacificamente sérvios, húngaros, ciganos, albaneses, croatas, montenegrinos... Aquilo que separa os cidadãos jugoslavos pró-independência étnica (unilateral) do Kosovo (ou pró-anexação à Albânia) da restante população jugoslava é o primitivismo do fundamentalismo islâmico e a fábrica de conflitos *made in USA* que armou os mais fanáticos e os incitou à violência.

Neste momento, a NATO funciona segundo o «sistema» *Chuck Norris*: é moralmente legítimo ser-se um *serial killer*, desde que seja em nome do *american way* e contra aqueles que são infantilmente rotulados como *bad guys* (expressão da propaganda americana normalmente aplicada a russos, vietnamitas, árabes, cubanos e, agora, sérvios)!

Função Pública em tempo de luta

■ Paulo Trindade

A expressão pública do nervosismo do Governo do PS face à greve dos trabalhadores da Administração Central e Regional realizada no passado dia 21 de Maio é reveladora da natureza de classe da sua política e dos compromissos que assumiu perante o grande capital nacional e internacional.

Numa altura em que os senhores que ditam as grandes orientações sobre o que deve ser o Estado e a "redefinição" das suas funções, exigindo obediência total no plano europeu - leia-se, face ao projecto federalista e belicista em curso na União Europeia -, o Governo do Eng. Guterres ficou incomodado, revelou traços de arrogância e prepotência, devido ao facto de os trabalhadores da Administração Pública terem resolvido assumir formas de luta - greves e manifestações - importunando a estratégia pantanosa das forças políticas que, usando e abusando da política de marketing politiqueria, pretendem desviar as atenções das classes trabalhadoras das grandes questões centrais que neste momento se colocam à sociedade portuguesa.

Para quem decretou o fim da luta de classes; para quem pretende "domesticar" o movimento sindical; para quem quer reduzir o debate político a questões marginais do estilo de saber se os debates são entre o Eng. Guterres e o Dr. Durão Barroso ou entre o Dr. Mário Soares e o Dr. Pacheco Pereira - como se todos não estivessem de acordo nas questões centrais -, há que admitir que é incómodo que a luta de massas seja uma realidade que se mantém actual.

A luta de massas, a luta de muitos sectores laborais, a luta dos trabalhadores da Função Pública não é fruto de qualquer manipulação político-partidária nem de maquinações de dirigentes sindicais. Essa luta está a assumir pontos elevados porque os trabalhadores não se identificam com a política governamental, porque sentem que as suas aspirações a mais justiça social são denegadas em nome de interesses ditos superiores que apenas favorecem os velhos e novos detentores do poder económico e financeiro.

Como é possível que um auxiliar de acção educativa, um trabalhador dos serviços gerais da saúde ou de muitas outras áreas da Função Pública com um vencimento de 70 ou 80 contos mensais não se sinta revoltado quando lhe prometeram melhores condições salariais, reestruturação e revalorização das carreiras, o fim do emprego precário, e passados quase quatro anos de legis-

latura, para além do sempre proclamado diálogo, apenas têm uma mão cheia de nada? Como pode o Governo do sr. Eng. Guterres pretender representar o papel de "ofendido" quando sistematicamente se furtou a compromissos, deu o dito por não dito, inclusive face a acordos assumidos com as organizações sindicais, alegando descoordenação das delega-



ções governamentais, conduzindo a que o que ontem era acordo amanhã já o não seja por que um qualquer Secretário de Estado ou Ministro resolveu discordar desse mesmo acordo?

É caso para perguntar: há um Governo em Portugal ou um conjunto de governantes cada um a tocar a sua música ou a música que dá mais jeito ao colega do lado?

É uma verdadeira desafinação concertada!

Mágoas

Se as razões que levaram mais de 100 mil trabalhadores da Função Pública a estarem em greve no passado dia 21 e milhares deles a participarem, em Lisboa, numa das maiores manifestações

de sempre, apesar das intimidações efectuadas em muitos Serviços Públicos, não fossem razões sentidas e interiorizadas teria havido tal adesão?

Se o Governo ficou surpreendido e reagiu com uma nervosa doentia é porque, de facto, está muito longe da realidade social do País e quando é confrontado com a mesma pretende ocultá-la.

Mas se a luta da Função Pública de 21 de Maio foi um "fiasco", como afirmaram o Ministro Adjunto e o Secretário de Estado da Administração Pública, desdobrando-se em declarações públicas que caíam por terra quando os jornalistas contrapunham as inúmeras escolas, serviços de saúde e outros organismos encerrados ou com adesões elevadas, qual a justificação de tanto nervosismo para tentar desmentir algo que não era real?

A razão é que para um Governo subserviente aos interesses do grande capital, foi de facto incómodo, quer para a sua imagem interna quer externa, que os trabalhadores da Função Pública tivessem protagonizado uma grande jornada de luta a 21 de Maio, que os trabalhadores da Administração Local tivessem um grande Plenário a 19 de Maio, que os professores contratados saíssem à rua a 25 de Maio e que mais lutas se avizinhem.

Quando na Função Pública se assiste a um crescendo de atitudes repressivas; quando - facto inédito desde o 25 de Abril - a PSP é mandada ocupar uma Escola Secundária em S. João da Madeira para substituir trabalhadores em greve; quando a resposta dos trabalhadores foi e é a que está a ser, por salários dignos, por carreiras revalorizadas, por emprego com direitos, pelo emprego público, contra as privatizações, contra a desregulamentação e o pacote laboral; quando a realidade virtual cor-de-rosa é confrontada com as cores negras de injustiça social, fica entendível o nervosismo do Governo.

No dia 21, responsáveis governamentais afirmaram-se candidamente magoados com o alegado discurso "arruaceiro" dos dirigentes da Função Pública face às acusações que dirigiram ao Governo.

Porém, é o próprio Eng. Guterres que em entrevista a um semanário publicado a 22 de Maio afirma que "só uma coisa magoa as pessoas: a verdade".

E, assim sendo, o Governo bem saberá porque está magoado com a luta dos trabalhadores da Função Pública...

Carta-aberta ao ministro do Trabalho

Pescadores exigem intervenção do Governo

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca escreveu sexta-feira a Ferro Rodrigues, acerca da greve no arrasto costeiro, iniciada a 4 de Abril e que mantém grande firmeza e forte adesão dos trabalhadores. «O problema não se resolve com afirmações piedosas de compreensão quanto à justeza das reivindicações, mas intervindo em consonância», salienta a estrutura da CGTP-IN, na missiva que divulgou à comunicação social e que aqui publicamos na íntegra.

Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Solidariedade Social

Como é do vosso conhecimento, os pescadores do arrasto costeiro estão em luta, numa greve que dura já há 47 dias, à qual aderiu a totalidade da frota e dos trabalhadores do arrasto de peixe fresco nacional.

Na base desta luta está a recusa intransigente dos patrões (armadores da pesca industrial - ADAPI) em negociarem o contrato colectivo de trabalho com os sindicatos afectos à Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca - CGTP-IN, tentando impor, a estes sindicatos e a todos os trabalhadores que estão paralisados, um acordo assinado entre essa associação patronal e dois sindicatos, acordo esse que é considerado pelos pescadores como uma *negociata* entre esses senhores, à revelia dos próprios associados, que se têm demitido em massa desses sindicatos.

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca desde sempre se disponibilizou para a negociação das propostas que enviou em Maio de 1998. Da parte da associação patronal é que não houve esse propósito, negando um direito constitucional que é o direito à negociação.

O Governo prometeu intervir e mediar este conflito. Prometeu

apresentar aos armadores e aos sindicatos uma proposta para desbloquear este conflito, mas não apresentou qualquer proposta, cedendo às posições e pressões dos armadores.

Em reunião no Ministério da Agricultura e Pesca, no passado dia 14, o que fez foi tentar *apagar um incêndio com*

gasolina, ao sugerir, juntamente com os armadores e a UGT, que os pescadores parassem a greve a troco da constituição de uma comissão técnica, que ninguém sabe que resultados iria apresentar e apenas a 30 de Junho, sendo que o que colocava como mais provável era que fosse a Segurança Social a substituir-se aos armadores, o que consideramos inaceitável.

Os armadores estão a utilizar vários meios e formas, desrespeitando a Lei da Greve, para obrigar os pescadores a acabar com a sua luta, o que poderá ter consequências, pelas quais desde já responsabilizamos tanto os armadores, como o Governo.

Os pescadores continuam em luta porque consideram inadmissível a intransigência dos armadores e que a não intervenção do Governo consubstancia uma postura de *lavar as mãos como Pilatos* e de conivência com os armadores.

O que os pescadores pedem é apenas o reconhecimento dos seus direitos, da penosidade e dos riscos da sua profissão, e a correspondente e justa melhoria das suas condições de vida e trabalho.

Pedem o aumento de uma soldada fixa (ordenado-base) que,

neste momento, é apenas no valor de 25 500 escudos para os pescadores.

Pedem o aumento da percentagem de pesca, que não é alterada há mais de 30 anos.

Pedem o pagamento do subsídio de Natal, subsídio de férias e férias pelo valor igual à média das remunerações mensais, como qualquer outro trabalhador, para quem estes valores são iguais ao seu salário mensal.

Pedem o pagamento justo do trabalho aos fins-de-semana e feriados, não aceitando que se troquem dias de descanso por dias iguais da semana, exigindo-se ao mesmo tempo que se tomem medidas para a defesa dos recursos marinhos.

O problema não se resolve com afirmações piedosas de compreensão quanto à justeza das reivindicações dos pescadores, uma das profissões mais difíceis e mais mal pagas do País, mas intervindo em consonância com a situação.

Apenas **uma pequeníssima parte daquilo que os armadores já perderam nesta greve chegava para pagar todas as reivindicações de um ano** a todos os pescadores, mas os armadores preferem perder milhões a distribuir tostões por quem lhes gera o lucro e a riqueza.

O Governo tem mecanismos legais para intervir e resolver este conflito, o que tem faltado é vontade política.

Assim, vimos hoje, mais uma vez, exigir de vossas excelências que intertenham como prometeram, como é vosso dever e para o que foram eleitos, no sentido da resolução imediata deste conflito, que já não é só um problema dos pescadores envolvidos e das suas famílias, mas também um problema da economia nacional e dos consumidores portugueses.

Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa

Unidade e firmeza para prosseguir o combate

O Governo não cumpre os compromissos que assumiu, os salários continuam a afastar-se da média europeia, mantêm-se níveis preocupantes de desemprego e uma inadmissível precariedade de emprego, ocorre uma grave ofensiva contra direitos dos trabalhadores legalmente reconhecidos. Em tempo eleitoral, a maior estrutura distrital da CGTP não abdica de colocar o Executivo e o PS perante as suas responsabilidades políticas.

Mais de trezentos delegados de meia centena de sindicatos, representativos de cerca de 350 mil trabalhadores, participaram no 7.º Congresso da USL, que decorreu sexta-feira e sábado, na Voz do Operário, «em grande espírito de unidade e firmeza relativamente à intervenção futura», como disse Arménio Carlos ao «Avante!». O coordenador da União, que apresentou ao congresso o relatório de actividades do último triénio e o programa de acção para os próximos quatro anos, valorizou as lutas levadas a cabo pelos trabalhadores do distrito, em condições muito adversas, contrariando uma forte ofensiva ideológica e alcançando, por vezes, importantes resultados na defesa de postos de trabalho, de direitos e de melhores condições.

Realçou, neste contexto, o facto de importantes lutas laborais, como a dos trabalhadores da Administração Pública, terem por objectivo exigir do Governo que cumpra os compromissos assumidos perante os sindicatos e os trabalhadores. «Ao contrário do que dizem responsáveis do Governo, não estamos a aproveitar o quadro eleitoral, estamos a reclamar aquilo que o Governo disse que ia fazer e já devia ter feito há muito», disse Arménio Carlos, lembrando que foi assinado, por exemplo, um acordo com os sindicatos da Administração Pública em Janeiro de 1996, prevendo prazos de concretização de medidas que já foram totalmente ultrapassados pelo Executivo e objectivos que têm sido contrariados pela prática política.

Também contra todas as promessas e expectativas criadas, «aos sacrifícios que foram exigidos dos trabalhadores, em nome dos critérios para a moeda única, não se seguiram quaisquer benefícios» e os salários dos portugueses continuam a afastar-se dos que são praticados nos demais países da União Europeia.

Justifica-se, assim, «denunciar junto dos trabalhadores, também em período eleitoral, os responsáveis por esta política contrária a quem trabalha», defende Arménio Carlos.

Para além da melhoria de condições de vida e de trabalho, várias lutas laborais no distrito têm tido por principal motivo a defesa e melhoria de serviços públicos, destacou ainda o sindicalista, referindo os exemplos dos conflitos na Câmara Municipal da Amadora e no grupo CP.

Por emprego digno e seguro

No congresso da USL tiveram grande peso as preocupações relativamente às questões do emprego, do desemprego e da qualidade do emprego no distrito. Arménio Carlos referiu ao nosso jornal «a evolução preocupante do desemprego», que apresenta persistentes níveis de desempregados de longa duração e atinge com maior gravidade as mulheres e os jovens. Para o dirigente da USL e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, «é um contra-senso e um desperdício de capacidades» que continuem a haver milhares de jovens com qualificação superior que não encontram emprego condicente com as suas habilitações.

Além de condenar a política que privilegia a mão-de-obra barata e sem qualificação, a USL exige ainda que sejam tomadas medidas para combater os abusos no recurso ao emprego precário. De acordo com os números oficiais mais recentes, citados na Voz do Operário e nos documentos do congresso, 29 por cento dos trabalhadores do distrito de Lisboa



No congresso foi eleita a direcção da USL, alargada para 44 elementos (antes tinha 29) e que deverá eleger, em meados de Junho, uma comissão executiva. O próximo congresso deverá realizar-se dentro de 4 anos, de acordo com os Estatutos da União, também alterados na Voz do Operário

(cerca de 248 mil) não possuem vínculo efectivo, embora muitos desempenhem funções que correspondem a postos de trabalho fixos.

A sinistralidade laboral, que também ocupou lugar de destaque no congresso da USL, foi apontada como reflexo daquela política de desvalorização do trabalho. Arménio Carlos considerou «inadmissível»

agora admitir que as pausas são parte integrante do horário de trabalho, mas que diz, ao mesmo tempo, que só na próxima legislatura o Governo tomará medidas para obrigar o patronato a cumprir a lei.

Arménio Carlos criticou também a proposta do Grupo Parlamentar do PS sobre a reforma da Segurança Social, que veio substituir a muito contestada proposta do Governo, mas «mantém a selectividade e o plafonamento, o que é inaceitável».



que seja o próprio inspector-geral do Trabalho a vir reconhecer publicamente a incapacidade da IGT para fazer cumprir os preceitos legais sobre higiene e segurança. À cabeça das causas desta situação, o coordenador da USL colocou a «má política de prevenção, que nos últimos anos privilegiou a mediatização em vez da acção eficaz e rigorosa junto dos empreiteiros e donos das obras». «Continuam a morrer trabalhadores e as entidades patronais não são responsabilizadas», pelo que as empresas persistem em manter um tipo de emprego «de baixa qualidade e sem segurança», uma vez que «não vale a pena investir na segurança e vale a pena infringir a lei», denuncia Arménio Carlos.

Na defesa dos direitos dos trabalhadores, a USL decidiu prosseguir a luta contra as graves alterações que o Governo pretende introduzir à legislação laboral. Em contraste, o dirigente sindical contestou a posição do secretário de Estado Ribeiro Mendes, que veio



Empresas e emprego

No distrito de Lisboa, em 1996, existiam 49 616 empresas, número que correspondia a 26,2 por cento do tecido empresarial do Continente. Segundo os números oficiais apresentados no congresso, quase metade daquelas empresas situavam-se no concelho de Lisboa (48,1 por cento), seguindo-se os concelhos de Loures (10,9 por cento) e Sintra (10,7).

A estrutura empresarial, cuja evolução é marcada pelo fenómeno da terciarização, com perda de importância dos sectores produtivos, assenta em micro-empresas e empresas de pequena e média dimensão. Apenas 145 empresas têm mais de 500 trabalhadores, o que, representando apenas 0,3 por cento das empresas do distrito de Lisboa, significa metade das grandes empresas existentes no País. Quase 81 por cento das empresas do distrito têm menos de dez pessoas ao serviço.

Entre 1993 e 1996 foram destruídos 17 811 postos de trabalho no sector secundário.

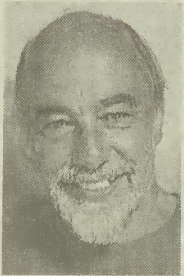
É a política de destruição do aparelho produtivo que, acusa a USL, tem a responsabilidade pela grave dimensão que atinge o problema do desemprego. O distrito de Lisboa registava, em Janeiro, quase 85 mil desempregados inscritos nos centros de emprego, o que equivalia a 22,5 por cento do total do Continente. Eram mulheres 54,8 por cento dos desempregados, mas este valor chegava aos 66,7 por cento nos concelhos abrangidos pelo Centro de Emprego de Torres Vedras.

Dos desempregados inscritos, 53,8 por cento estavam há mais de um ano sem conseguir emprego. Cerca de 17 mil tinham 55 anos ou mais (20,7 por cento), e 34 mil (40,3 por cento) tinham entre 15 e 34 anos.

De uma população empregada na Grande Lisboa estimada em 857 mil trabalhadores, 29 por cento não tem um vínculo laboral efectivo. Destes 248 mil trabalhadores, 15,8 por cento não têm qualquer vínculo laboral.

25 de Abril

- Saudade ou projecto?



Luís Catarino*

A história de uma grande felicidade

Hoje é um dado histórico indiscutível que o 25 de Abril, além de ter sido um acto de força que destituiu o poder político fascista, foi o lançamento de uma acção revolucionária que conduziu o povo português, nomeadamente os trabalhadores, ao exercício e à consolidação de direitos que o regime fascista sempre havia negado e reprimido sistematicamente.

O direito de se exprimir e reclamar livremente, o direito de se manifestar e reunir, de ser igual entre si, sem qualquer condição, o direito de ser livre na religião e na cultura, tudo foram conquistas ganhas pelo povo português logo no dia 25 de Abril, e exercidas espontaneamente, sem autorização de nenhum novo poder, nem legitimação de nenhuma lei. Foi a liberdade no seu estatuto originário.

Foi essa mesma

liberdade que, também logo de seguida ao 25 de Abril, permitiu lançar acções dos trabalhadores e explorados do País que começaram a definir a estrutura numa sociedade completamente nova, tendente a banir as desigualdades e a exploração entre as pessoas, tais como as nacionalizações, a reforma agrária, a organização sindical dos trabalhadores, o controlo de gestão empresarial, a greve, a proibição do lock-out.

A Assembleia Constituinte, eleita em 25 de Abril de 1975, em cumprimento dos compromissos assumidos pelo Movimento das Forças Armadas, aprovou a Constituição da República em 2 de Abril de 1976.

No estabelecimento daqueles direitos, os constituintes consagraram, no texto constitucional, todos aqueles direitos já anteriormente refe-

ridos, que os cidadãos haviam começado a exercer logo após o 25 de Abril e antes de qualquer estatuição em diploma legal, e um vasto conjunto de outros novos, de natureza política, social, económica e cultural, direitos que vieram enriquecer, privilegiadamente, o estatuto de cidadania dos portugueses.

Passados que são 25 anos sobre o 25 de Abril, os portugueses, embora perdendo algumas conquistas que alcançaram com a sua acção interveniente e participativa no processo da revolução portuguesa, mantêm ainda no seu espólio político e civilizacional um acervo de valores que, seguramente, poderá servir de base às reivindicações e às lutas em defesa de um poder político nascente na livre escolha eleitoral dos cidadãos e de uma democracia desenvolvida que realize o

progresso social, económico e cultural da sociedade portuguesa.

O curso do País, desde o 25 de Abril, tem sido, naturalmente, um percurso cheio de dificuldades, contradições, desvios, recuos, avanços, tudo próprio de um período histórico, interna e externamente sujeito a pressões de grande violência, mas parece legítimo concluir que a resultante do conjunto de acontecimentos incidentes neste processo político terá um sinal indiscutivelmente positivo.

Por tudo, o 25 de Abril não é, para mim, uma saudade. O 25 de Abril continua a ser a história de uma grande felicidade... E um património capaz de sustentar um projecto em que os portugueses sejam participantes felizes.

* Advogado. Ex-deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Fundador da Intervenção Democrática.



Manuel Marreiros*

Não podemos deixar que seja saudade

Passados 25 anos sobre a Revolução de Abril de 1974 caminhamos cada vez mais para uma sociedade sem alma, sem valores e sem conteúdo ideológico. Até mesmo a família vai perdendo a importância que lhe é atribuída nas sociedades ocidentais e cristãs, como guardiã dos valores dessas sociedades.

Não é fácil explicar como as coisas vão acontecendo e de quem é a culpa. Será talvez de todos nós? Será de quem nos governa? É a sociedade em que vivemos? E o que é a sociedade?

O próprio nome é sugestivo. Não há sociedade sem sócios e não há sociedade sem dirigentes. Concluiremos que todos nós temos uma quota (na sociedade) parte de responsabilidade na forma como é moldada a nossa sociedade.

Responsabilidade porque, por vezes, colocamos de parte as nossas convicções e deixamo-nos embalar ao sabor da música que nos tocam.

Quantas vezes não vociferamos os mais ferozes adjectivos contra a alienação da sociedade de consumo e ao mesmo tempo caímos frequentemente na tentação de aderir aos apelos dessa sociedade? Quantas vezes não compramos o que queremos mas aquilo que nos querem vender? Quantas vezes não entramos numa grande superfície para comprar pão ou leite e acabamos por trazer a mala do carro cheia de coisas de que não necessitamos? Quantas vezes não nos revoltamos contra a pobreza e a miséria mas não deixamos nunca de almoçar ou jantar fora várias vezes por

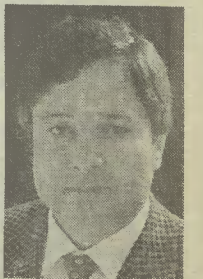
mês ou até por semana? E as vezes que entramos em competição, comprando isto e aquilo para o nosso filho só para que ele não seja menos que o filho do vizinho?

É este o estado da nossa sociedade. Cada vez estamos virados para dentro de nós próprios e cada vez mais fechamos as portas aos outros. Cada vez mais o indivíduo se assume no singular e não como elemento laborioso e responsável e que tem uma missão comunitária a cumprir na sociedade em que vive.

Os filhos andam na rua e os pais ganhando dinheiro e só dinheiro.

O Estado só pensa na economia e a economia só pensa no dinheiro.

Os filhos dos indivíduos, esses continuam na rua. Sem educação, saúde, sem segurança, sem



Estado e cada vez com menos família.

E mesmo que a injustiça seja cada vez mais injusta, poderemos até cerrar os punhos, mas damos cada vez menos as nossas mãos. Podemos até levantar a voz, mas juntamos cada vez menos as nossas vozes. E quando nos dizem que as bombas se lançam para abrir os caminhos para a paz, por vezes ouvimos e não digerimos. Outras, discordamos e não reagimos. É afinal um contentamento descontente, como dizia Camões.

Não são estes os valores da Revolução dos Cravos! 25 de Abril foi. 25 de Abril é. Não podemos deixar que seja saudade.

* Presidente da Câmara Municipal de Aljezur.



Mário de Carvalho*

Siga o projecto

Não sei se se poderá colocar esta dicotomia: saudade ou projecto. A saudade é um sentimento pessoal, íntimo, ligado à afectividade. Há quem defenda que é um sentimento tipicamente português expresso por um vocábulo intraduzível. Tenho fortíssimas dúvidas sobre esta pretensa peculiaridade nacional. De qualquer forma, é natural que a alegria desses tempos em que tudo parecia propiciar a felicidade dos portugueses e em que nós, vivendo uma revolução a sério, julgávamos estar a viver a revolução ideal, nos venha à memória, como recordação grata e aprazível.

O vocábulo projecto (mesmo tendo em conta a síntese de projectos contraditórios de então) também não me parece deslocada. O 25 de Abril de 1974 abriu uma situação inteiramente nova no nosso século XX. Passámos a distinguir as situações sempre com um «antes» e um «depois» do 25 de Abril. Às vezes subestimamos as repercussões internacionais do 25 de Abril. A democratização de Espanha parece ser um caso evidente. Mas tenho a impressão de que em toda a Europa,

a partir dessa altura, as aspirações democráticas se tornaram mais fortes, e as manifestações de autoritarismo mais contidas, ou mais envergonhadas.

E ninguém tem dúvidas de que o país desde então se transformou completamente. Temos muitas e sérias razões para criticar injustiças e insuficiências do regime e do sistema em que vivemos. Mas não me parece lícito vir alguém dizer que «nada mudou» e que apenas se requintaram e disfarçaram as formas de subjugação.

Entre o fascismo e o regime em que vivemos hoje, há uma diferença substancial de qualidade. O aprofundamento da democracia nos seus aspectos social, cultural e económico, vem sendo a aposta do PCP.

É, ao fim ao cabo, a condensação das aspirações (o projecto) do povo que veio então para a rua.

Fique a saudade para o nosso recolhimento ou para evocações festivas; siga o projecto para mais democracia e mais dignidade.

* Escritor

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Eu no feminino

Maria Lúcia Namorado

Apetece-me escrever um poema de amor. Se soubesse a quem em particular não havia qualquer problema o vento sopra, as velas engravidam...

Lá muito descendo ao fundo de mim segredava-se uma voz: - Olha a Maria Lúcia Namorado. Olha lá que não seria má ideia.

Não era, não senhor. Se até agora ninguém se lembrou disso compreendo a razão destes versos que queriam ser de amor.

Queriam e são. Reparem como estão felizes nas palavras caladas.

Olívia

Magrinha. A pele branca de uma pétala frágil. Sai do emprego vai para o Vitória. É uma funcionária do futuro.

- Camarada (a voz mansa ao telefone). Sabes que tens umas quotas em atraso? - Camarada, está em curso uma campanha de angariação de fundos para as eleições...

Implacável Olívia. Doce Olívia. Camarada Olívia.

Maria Isabel Aboim Inglez

Recordo-me de ir ao seu colégio lá ao cimo da Rua dos Lusíadas ou qualquer coisa assim.

O colégio tinha flores, muitas flores (acho que sardinha) subindo no perdão e nas paredes.

Fecharam-lhe o colégio. O seu colégio. Proibida de ensinar. "O meu Carlos? Está bem" - dizia com um orgulho feroz subitamente frio subitamente ardendo.

Assassinada. A..s..s..a.s.s.i.n.a.da..... Anonimamente. Gostosamente. Em banho-maria.

Era o tempo em que estava longe, longe o dia.

Há sempre alguém

- Viemos a fugir dos bombardeamentos (disse aquela mulher kosovar chegada a Kukés)

- Antes, vivíamos todos bem uns com os outros. As bombas expulsaram-nos de casa (dizia a mulher kosovar a uma repórter inglesa que queria à divina força leva-la a dizer que a culpa era dos sérvios)

- Agora dizem que querem que a gente volte às nossas aldeias. Hipócritas! Eles sabem que as nossa aldeias já não existem.

(E a mulher kosovar não disse mais porque entretanto a repórter inglesa montava banca noutra sítio)

Tudo porque foi uma peça em cima da hora e aqui está a razão por que eu gosto das emissões em directo.

AGENDA



Plenários e Assembleias

Quinta-feira, 27

Lisboa
14.30 horas - Reunião de bancários reformados de Lisboa, no CT Vitória.
18.30 horas - Reunião de militantes do bairro de Pedralvas para discussão das eleições para o PE e a organização do Partido, no CT de Benfica.

Sexta-feira, 28

Lisboa
18.30 horas - Reunião de militantes do Bairro de Santa Cruz, para discussão das eleições e a organização do Partido, no CT de Benfica.
19 horas - 3.ª Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Lisboa, com a participação de Paula Henriques, no CT Vitória.
Palmela, 21.30 horas - Plenário de militantes da Freguesia de Palmela, na Casa do Lavrador.

Sábado, 29

Montijo, 21 horas - Debate na biblioteca municipal sobre «Acessibilidades e metro», com Joaquim Matias.

Domingo, 30

Quinta da Atalaia, 12 horas - Almoço-convívio dos trabalhadores da Lisnave/Gestenave, com Francisco Lopes.
Setúbal, 14.30 horas - Assembleia da Organização de Freguesia do Sado, no CT de Praias do Sado, com Regina Marques.

Banca de Rua em Loures

Todas as terças e sextas-feiras, no Largo 4 de Outubro

Campanha de Fundos

Sessão de Corte de Cabelos promovida pela Freguesia dos Anjos
Sábado das 15 às 20 horas, no CT Vitória, lavar secar e cortar:
Homens - 1500 escudos
Mulheres - 2000 escudos (desconto de 20% a jovens até 25 anos)

Debates sobre a Guerra na Jugoslávia

Quinta-feira, 27, na Escola Primária de Monte Abraão (junto à Igreja), com Jorge Cadima e Albano Nunes.

Sexta-feira, 28, no Auditório da Biblioteca Municipal de Felgueiras, debate sobre «A Guerra na Europa e a necessidade de um novo rumo», com João Amaral.

Segunda-feira, 31, na Junta de Freguesia de Alcântara, debate sobre Timor e Jugoslávia, com José Goulão, José Alberto Carvalho, Francisco Moita Flores, Roque Rodrigues.

Parlamento Europeu 13 Junho

vote CDU

28 Maio

Largo do Carmo 19 horas

«Escudo Quadrilha»

bares petiscos

21.30 horas intervenções de João Silva, Fernandes, Blasco, Pedro, Ilda Figueiredo, Carlos

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Emigração

Luxemburgo

Quinta-feira, 27 - Fátima Garcia desloca-se ao Luxemburgo onde visita o Instituto Camões e órgãos de informação de língua portuguesa, jornal «O Correio» e a «Rádio Latina». Às 20 horas participa num jantar da CDU no restaurante «Bairrada» em Esch s/ Alzette.

Reino Unido

Sexta-feira, 28 - Reunião pública em Londres sobre as eleições com a participação de João Armando.

França

Sábado, 29 - Encontro-convívio em Nanterre, com Fátima Garcia e Nadine Garcia, candidata na lista do PCF.
Domingo, 30 - Festa ao ar livre, com início às 12.30 horas, em Montargis no Lac Chalette, com Fátima Garcia e António Topa.

A partir das 15 horas, realiza-se em Champigny um Encontro-Festa com Fátima Garcia, João Ramos e Christianavier, candidato da lista do PCF. Actuam o Grupo Coral Alentejano, o Grupo Folclórico Académica de Champigny, o Grupo de Música Popular de António e Armando Couto.

Alemanha

Sábado e Domingo - Contactos com movimento associativo na região de Osnabruck, com João Armando.

Bélgica

Sábado 29 - Jantar CDU em Bruxelas, com a participação de António Moura.
Sábado e domingo - Contactos com a comunidade portuguesa nos principais lugares de concentração em Bruxelas.

Concerto pela Paz Diz não às bombas humanitárias

Quarta-feira, 2, No Parque 25 de Abril de Benavente

Mais CDU no Parlamento Europeu

Quinta-feira, 27

Coimbra, 9.30 horas - Honório Novo visita a feira de Freamunde e participa, às 17.30 horas num debate na Faculdade de Economia.

Aljstrel, 21 horas - Comício com Joaquim Miranda.

Évora, 18 horas - Porta-a-porta na Graça do Divor, seguido de uma sessão pública, às 21 horas.
21 horas - Plenário da CDU no CT na Freguesia de Senhora da Saúde.

Arraiolos, 15 horas - Sessão de reformados na Sociedade de Santana do Campo e em S. Gregório.
Redondo, 16.30 horas - Sessão com os trabalhadores da Câmara, nos estaleiros.

Lisboa, 10 horas - Sérgio Ribeiro visita a Portucel, em Albarraque.
Amadora, 22 horas - Debate sobre o «Estado da Europa» com Sérgio Ribeiro, nos Recreios da Amadora.

Oeiras, 18 horas - Debate sobre «Educação que futuro? - Portugal no contexto europeu», com Sérgio Ribeiro, António Abreu, Arnaldo Pereira, Arlinda Néné e Zenaida Melo, moderado por Amílcar Campos, no Teatro 1.º Acto (Amélia Rey Colaço), em Algés, às 18 horas.

Palmela, 16 horas - Sessão com reformados, na Associação de Reformados de Palmela, com Vítor Borrego e Domingos Rodrigues.

Sexta-feira, 28

Ovar 21.30 horas - Colóquio sobre agricultura no quadro da União Europeia, com Armando Carvalho, na Junta de Freguesia de Valega.
Famalicão - Carlos Silva participa à noite num debate público em Riba d'Ave.

Évora, 21 horas - Convívio na Freguesia da Malagueira, no Salão das Piscinas; plenário na Freguesia da Vendinha; Plenário em Nossa Senhora de Machede; Sessão no bairro de Almeirim, nas Escola do 1.º Ciclo.

Arraiolos, 15 horas - Sessão de reformados no Vimieiro.

Redondo, 18 horas - Porta-a-porta em Montoiço; 21 horas - sessão na cantina da escola da freguesia.
Vila Viçosa, 18 horas - Porta-a-porta na freguesia de S. Romão.

Viana do Alentejo, 16 horas - Sessão de reformados em Alcaçovas.

Mora, 21 horas - Sessões na Casa do Povo de Cabeção e em Brotas, na Junta de Freguesia.
Monchique - Mário Sousa visita o concelho.

Almeida 11.30 horas - Sérgio Ribeiro efectua várias visitas no concelho de Almeida (Junta de Freguesia, Bombeiros, Associação Comercial e Industrial) e, às 21 horas, fala numa sessão na Casa do Povo.

Alcobaça, 21.30 horas - Sessão de esclarecimento com Vanda Santos, na sala da Assembleia Municipal.

Alenquer, 18 horas - Convívio de trabalhadores do concelho no Parque das Tílias, com Jerónimo de Sousa.

Póvoa do Varzim, 9 horas - Honório Novo contacta pescadores, sindicatos e armadores e, às 21.30 participa numa sessão de esclarecimento.

AGENDA

Grandes comícios da CDU

Festa popular no Largo do Carmo em Lisboa

Sexta-feira, 28 a partir das 19 horas. Intervenções de Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e José Saramago. Espectáculo com a «Quadrilha»

Comício no Porto

Sábado, 29, 18 horas, na Praça dos Poveiros. Intervenções de Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo, Manuela Cunha e Honório Novo.

Comício em Guimarães

Domingo, 30, 16 horas, no Largo do Toural, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Carlos Silva.

Comício no Barreiro

Segunda-feira, 31, 21.30 horas - Comício no Largo da Junta de Freguesia do Alto Seixalinho, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Comício na Marinha Grande

Terça-feira, 1, 21.30 horas, na Praça Stephens, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Comício em Coimbra

Quarta-feira, 2, 21.30 horas, na Praça 8 de Maio, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Santos Cardoso.

Comício em Faro

Quinta-feira, 3, 21 horas, na Docca de Faro, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Mário Costa.

Tempos de Antena da CDU Na RTP, SIC e TVI

DIA	Televisão *	TA **
2.ª feira, 31	RTP - 2	21,25 h.
	RTP - 1	19,06 h.
3.ª feira, 1	SIC	19,12 h.
	TVI	19,06 h.
4.ª feira, 2	RTP - 2	21,28 h.
5.ª feira, 3	RTP - 1	19,10 h.
	TVI	19,10 h.

* Início das Emissões
RTP - 1: às 19 h.
RTP - 2: às 21,15 h.
SIC - às 19 h.
TVI - às 19 h.

** Horários aproximados das emissões dos tempos de antena da CDU

Maria do Loreto e Nuno Tito Moraes.
Amarante, 21.30 horas - Sessão pública com Octávio Teixeira e Armando Carvalho, na Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Amarante.
Redondo, 16 horas - Sessão de reformados no CT da Vila.
Alcobaça, 21.30 - Sessão na Benedita, com convívio musical, na Escola Básica 2, Frei António Brandão. Participam Fernanda Mateus e Basílio Martins.
Sintra, 21 horas - Debate com Dinis de Almeida sobre Desporto e Juventude.
Felgueiras 11.30 horas - Honório Novo contacta com trabalhadores e empresários da Indústria do Calçado e, às 21.30 horas, numa sessão em Vila do Conde.

Alpiarça - Sérgio Ribeiro visita o mercado; a freguesia da Chamusca, a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho. Contacta os trabalhadores da Câmara no parque de máquinas e, às 21.30, participa numa sessão de esclarecimento.
Almada - Sessão-debate sobre as europeias, na Incrível Almadaense.
Setúbal, 21 horas - Sessão na Pluricoop, em S. Sebastião, com José Maia.
Palmela, 21.30 horas - Sessão, em Águas de Moura, com Carlos Sousa e Valdemar Santos.
Sesimbra, 21.30 horas - Sessão, na Biblioteca do Zambujal, com Odete Santos.

Quinta-feira, 3

Alcobaça, 19.30 - Jantar no restaurante Sinfonia, com Sérgio Ribeiro e Rogério Raimundo.
Oeiras - João Silva contacta trabalhadores no parque industrial de Porto Salvo, das empresas Sumofis, Delphi e na zona de Linda-a-velha/Miraflores, terminando com uma conferência de imprensa no Jardim do Palácio dos Anjos, às 18 horas.
Alpiarça, 21.30 horas - Sessão de Esclarecimento, no Pavilhão da Feira com Sérgio Ribeiro e Manuela Cunha.

Abertura Campanha Eleições PE

COMÍCIO CDU

Sáb. 29 Maio 18h30 Praça dos Poveiros

CARLOS CARVALHAS
ILDA FIGUEIREDO
MANUELA CUNHA
HONÓRIO NOVO

FEST Espectáculo com "QUADRILHA" música popular portuguesa, celta e folk

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Iniciativas com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo

Quinta-feira, 27

12 horas - Carlos Carvalhas, acompanhado de Ilda Figueiredo e António Filipe, visita o Observatório Europeu das Drogas e da Toxicoddependência (Rua da Cruz de Santa Apolónia, 23-25, Lisboa).
17 horas - Carlos Carvalhas, acompanhado de Ilda Figueiredo e Octávio Teixeira, visita a Santiago - Feira Agropecuária do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém.
21.30 horas - Ilda Figueiredo participa numa sessão na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo.

Sábado, 29

10 horas - Ilda Figueiredo, no concelho de Sintra, visita a Feira de Agualva; às 11.30 horas - está na Feira de Panaras (Algueirão/Mem Martins); às 13 horas, almoça com activistas do concelho no restaurante «A Tendinha», em Mem Martins.

Domingo, 30

12 horas - Carlos Carvalhas com os candidatos Ilda Figueiredo e Armando Carvalho participam na Festa dos Agricultores, Pastores e Povos dos Baldios, na Lagoa da Barragem do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar (Estrada para a Ribeira de Pena).

Segunda-feira, 31

10 horas - Visita à Faculdade de Ciências e Tecnologia, em Almada, com Ilda Figueiredo.
12.30 horas - Almoço nos «Loureiros», Palmela, com Ilda Figueiredo.
14.30 horas - Visita à EMEF, no Barreiro, com Ilda Figueiredo.
17.30 horas - Encontro «Mais CDU - 1000 sindicalistas e membros das Comissões de Trabalhadores apoiam as listas da CDU», no Hotel Continental, em Lisboa. Intervenções de Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Manuel Carvalho da Silva.
20 horas - Jantar no restaurante S. Jorge, em Sarilhos Grandes (Montijo) - junto ao Coreto), com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Terça-feira, 1

12.30 horas - Ilda Figueiredo almoça com apoiantes em Évora;
15.30 horas - Visita a Escola Profissional da Região do Alentejo; 16.30 horas - Está com a população no Centro Histórico de Évora.

Quarta-feira, 2

13 horas - Ilda Figueiredo visita os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e participa às 17 horas na arruada na cidade.
20 horas - Jantar-convívio distrital na cidade de Aveiro (restaurante Cozinha do Rei, junto ao Hotel D. Afonso V).

Quinta-feira, 3

20 horas - Jantar-convívio em Olhão, no restaurante Ponte Velha, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Quinta, 27

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.10 As Lições do Toncecas
21.45 Grande Entrevista
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
01.00 24 Horas
01.50 Volta a Itália
02.05 Ténis: Roland Garros
02.20 Video Club: «Ataque à Caravana»
RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.45 Volta a Itália
16.45 Derrick
17.35 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.05 Civilizações do Passado
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2

Sexta, 28

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.10 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.10 Uma Casa em Fânicos
22.15 Principal Suspeito
00.15 Anúncios de Graça
00.55 24 Horas
01.45 Volta a Itália
02.00 NBA
RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.45 Terra Selvagem (Estreia)
16.45 Campeonato Europeu de Ginástica Rítmica
17.30 Euronews
18.00 Programa Religioso
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 História da Terra
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece

Sábado, 29

- RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
12.15 Grande Prémio de Espanha (Treinos)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
15.00 Amigos
15.00 O Tesouro e os Piratas (de Byron Haskin, EUA/1950, com Bobby Driscoll, Robert Newton, Walter Fitzgerald. Ver Destaque.)
16.45 Amigos
17.25 Estrada Viva
18.00 Santa Casa
19.00 Telejornal
20.00 Concurso Eurovisão da Canção 1999
23.15 Já que Falamos em Sexo
23.45 Nash Bridges
00.45 24 Horas
01.25 Ciclismo: Volta à Itália
01.40 Ténis: Roland Garros
01.55 Adulterio (de Pareick Dewolf, Fr./Gr.Br./1995, com Adrian Dunbar, Florence Hoath, Sophie Aubry. «Thriller»/Érotico.)
03.40 Zona Implacável (de Lamar Card, EUA/1994, com Terry O'Quinn, Timothy Patrick, Evan Lurie. «Thriller» Futurista.)
RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Contos Assombrosos

Domingo, 30

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
13.00 Grande Prémio de Espanha
15.00 Made in Portugal
16.20 Saber e Fazer
17.00 Solteiros
17.35 Ferro e Fogo
18.40 GLx
19.30 Domingo Desportivo I
20.00 Telejornal
21.10 Jet 7
21.45 Atlântico (com Maria Bethânia e António Alçada Baptista)
22.55 Domingo Desportivo II
00.30 Perigo Iminente
01.25 24 Horas
RTP 2
09.00 Programa Religioso
10.00 Planeta Ustinov
11.30 Infantil/Juvenil
12.00 Eucaristia Dominical
13.00 Ekhyaya
14.00 Jornal de África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
19.35 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras «David Mamet»
21.00 A História de Tom Jones Enfeitado (Estreia)
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Quem Tem Medo de Virgínia

Segunda, 31

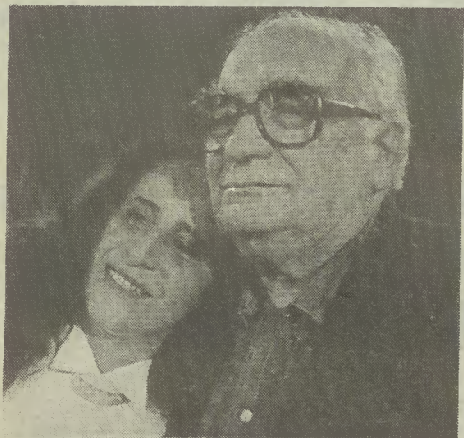
- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
18.45 País Regiões
19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.10 Nós os Ricos
21.45 Miss Portugal
23.30 Guerra Fria
00.25 24 Horas
Rui Bandeira, representante e português ao «Festival da Canção da Eurovisão»: será que, no certame de 2000, nem lá vamos repetidos?

Terça, 1

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
18.45 País Regiões
19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Cromos de Portugal
21.50 Herman 99
00.15 Dharma e Greg
00.50 24 Horas

Quarta, 2

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
18.45 País Regiões
19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Diário de Maria
22.15 Zona Exclusiva (de James Mangold, EUA/1997, com Sylvester Stallone, Harvey Keitel, Ray



Bethânia e Alçada Batista no «Atlântico» de Domingo, na RTP 1: irá o escritor cantar?

22.35 Acontece
22.50 E Tudo o Vento Levou (de Victor Fleming, EUA/1939, com Clark Gable, Vivien Leigh, Leslie Howard, Olivia de Havilland. Ver Destaque)

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Você Decide
16.00 Fátima Lopes
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Meu Bem Querido
19.00 Pecado Capital
21.00 Suave Veneno
22.00 Esta Semana
23.00 O Comboio do Dinheiro (de Joseph Ruben, EUA/1995, com Wesley Snipes, Woody Harrelson, Jennifer Lopez. «Thriller»)
01.30 Duetos Imprevistos
02.30 Último Jornal
03.05 Portugal Radical
03.35 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
09.55 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 A Patrulha do Tempo
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Em Legítima Defesa
24.00 Excepção à Regra (de David Winning, EUA/1997, com Sena Young, Eric McCormack, Kim Cattrall. Drama)
01.50 Terra, Conflito Final
02.45 Competente e Descarada
03.10 Desporto

22.50 Carlos Cruz (Entrevista)
24.00 Uma Arma
01.00 Máscaras de Música

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Você Decide
16.00 Fátima Lopes
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Meu Bem Querido
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sariho Chamado Marina
21.40 Suave Veneno
22.50 Ponto de Encontro
24.00 Tripla Infernal (de David A. Prior, EUA/1993, com Robert Hays, David Keith, Pamela Anderson. Acção)
02.00 Último Jornal
02.35 Curtidos e Betinhos (de David Kellog, EUA/1991, com Vanilla Ice, Kristen Minter, Michael Gross. Drama/Musical)
03.35 Portugal Radical
04.05 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
09.55 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 A Patrulha do Tempo
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.45 Os Reis da Música Nacional
24.00 Jogos Perversos (de Jonathan Kaufer, EUA/1997, David Strathairn, Bonnie Bedelia, Saul Rubinek, Julie Harris. Drama)
01.55 Competente e Descarada



No Domingo, estreia na RTP 2 uma nova série, «A História de Tom Jones Enfeitado»: igualará a habitual qualidade das séries britânicas?

- 13.20 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.40 2001
19.10 Onda Curta (O Gato das Botas, de Garri Bardine, Rússia/1995, Curta-Metragem de Animação)
19.40 Horizonte
20.40 Departamento de Homicídios
21.40 Ugh
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Liga de Cavalheiros (Estreia)
00.35 Absolutamente Fabulosas
01.05 Amigo Desconhecido (de Matt Reeves, EUA/1996, com David Schwimmer, Gwyneth Paltrow, Barbara Hershey, Michael Rapaport. Ver Destaque.)

- SIC
08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Pequenos e Terríveis
23.10 Mulher
00.10 Afrodísia
00.45 A Última Reportagem (de Phillip Borson, EUA/1985, com Kurt Russell, Mariel Hemingway, Richard Jordan. «Thriller»)
02.45 Último Jornal
03.20 Portugal Radical
03.50 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
09.55 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
15.00 Acção em Acapulco
16.00 O Preço da Mentira (de Stephen Gyllenhaal, EUA/1997, com Dana Delany, Sada Thompson, Clancy Brown. Drama)
18.00 A Fúria dos Anjos
21.00 Directo XXI
22.00 Diferentes (de Paul Wenkos, EUA/1995, com Lynn Redgrave, Annabeth Gish, Ben Siegler. Drama.)
24.00 No Cumprimento da Lei (de Dick Lowry, EUA/1993, com Dean Stockwell, Michael Gross, Mary Kay Place. Acção.)
02.00 As Teias da Máfia

Wolt? (de Mike Nichols, EUA/1966, com Elizabeth Taylor, Richard Burton, George Segal, Sandy Dennis. Ver Destaque)

- SIC
08.00 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Repetição do Chuva de Estrelas Europeu
16.00 Rex, o Cão-Polícia
17.00 O Dia da Independência (de Roland Emmerich, EUA/1996, com Bill Pullman, Will Smith, Jeff Goldblum. Ficção Científica)
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Fura-Vidas
21.30 Gala Novos Talentos
23.30 Heat, Cidade Sob Pressão (de Michael Mann, EUA/1995, com Al Pacino, Robert De Niro, Val Kilmer, Jon Voight. Ver Destaque.)
03.05 Benfica-Sporting
05.30 Portugal Radical

- TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.10 Missa
13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 A Ousadia de Amar (de Armand Mastroianni, EUA/1995, com Jill Eikenberry, Jason Gedrick, Josie Bissett, James B. Sikking. Drama.)
16.00 Uma Dupla de Insucesso (de Glen Salzman e Rebecca Yates, EUA/1991, com Jim Carrey, Adah Glassbourg. Comédia.)
17.00 Zoia
20.00 Programa a Designar
21.00 Directo XXI
22.00 Causa Justa
23.00 O Caso da Mulher Infiel (de Jack Nicholson, EUA/1990, com Jack Nicholson, Harvey Keitel, Meg Tilly, Madeleine Stowe. Ver Destaque.)
01.30 Segredo de Guerra (de Robert Knights, It/1988, com Anthony Hopkins, Jean Simmons, Hugh Grant, Trevor Howard. Drama)

01.15 Ténis: Roland Garros
01.25 Máquinas

- RTP 2
14.00 Ténis: Roland Garros; Ciclismo: Volta à Itália
16.30 Informação Gestual
15.45 Volta a Itália
17.15 O Nosso Charly
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Hugo
19.30 Um, Dó, Lí, Tá
20.05 Ao Natural
20.45 Portugalmente
21.14 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Novos Heróis

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Você Decide
16.00 Fátima Lopes
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Meu Bem Querido
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
20.50 Conversas da Treta
21.20 Suave Veneno
22.20 Roda dos Milhões
00.40 Toda a Verdade
01.35 Último Jornal
01.40 Os Filmes do Século: Stromboli (de Robert Rossellini, It/1954, com Ingrid Bergman, Mario Vitale, Renzo Cezana, Maria Sponza. Ver Destaque)
04.00 Último Jornal
04.35 Portugal Radical
05.05 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
09.55 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 A Patrulha do Tempo
19.00 Tempo de Antena
19.15 Marés Vivas
20.15 Marés Vivas (Último Episódio)
21.15 Directo XXI
23.00 Prisioneiros: A Revolta (de John Frankenheimer, EUA/1994, com Kyle MacLachlan, Samuel L. Jackson, Harry Dean Stanton. Drama)
01.15 Mentes Cruzadas (de Stephen Gyllenhaal, EUA/1996, com Heather Locklear, Brett Cullen, Kevin Dunn. «Thriller»)
03.10 Competente e Descarada
03.40 Desporto

01.40 Ténis: Roland Garros;
01.55 Sequest, Brigada Submarina

- RTP 2
14.00 Ténis: Roland Garros; Ciclismo: Volta à Itália
16.30 Informação Gestual
15.45 Volta a Itália
17.15 Rumo ao Sol
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Young and Wild
20.45 Portugalmente
21.15 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 A Coroa e o País
23.20 Ler para Crer
00.20 À Noite com Jools Holland

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Você Decide
16.00 Fátima Lopes
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Meu Bem Querido
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Suave Veneno
23.30 Casos de Polícia
00.00 Cidade Escaldante
01.00 Balada de Nova Iorque
02.00 Último Jornal
02.40 Portugal Radical
03.10 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
09.55 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 A Patrulha do Tempo
19.00 Tempo de Antena
19.15 Marés Vivas
20.15 Marés Vivas (Último Episódio)
21.15 Directo XXI
23.00 Prisioneiros: A Revolta (de John Frankenheimer, EUA/1994, com Kyle MacLachlan, Samuel L. Jackson, Harry Dean Stanton. Drama)
01.15 Mentes Cruzadas (de Stephen Gyllenhaal, EUA/1996, com Heather Locklear, Brett Cullen, Kevin Dunn. «Thriller»)
03.10 Competente e Descarada
03.40 Desporto

Liotta, Robert De Niro. «Thriller»)
00.15 24 Horas
01.05 Ténis: Roland Garros
01.20 Grau de Culpa (Estreia)

- RTP 2
14.00 Ténis: Roland Garros; Ciclismo: Volta à Itália
16.30 Informação Gestual
15.45 Volta a Itália
17.15 O Caminho das Estrelas
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Documentário: Ascensão e Queda do Programa Espacial Russo
20.45 Portugalmente
21.15 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Sinais do Tempo ou Zoom
23.45 Terror no Espaço

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Você Decide
16.00 Fátima Lopes
18.00 Meu Bem Querido
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.10 Suave Veneno
23.20 Frenético (de Roman Polanski, EUA/1988, com Harrison Ford, Emmanuelle Seigner, John Mahoney, Betty Buckley. Ver Destaque.)
01.40 Médicos Sem Fronteiras
02.40 Último Jornal
03.15 Portugal Radical
03.45 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Desejo
09.55 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 A Patrulha do Tempo
19.00 Tempo de Antena
19.15 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.15 Nightman (Estreia)
21.15 Directo XXI
22.00 Quero Justiça!
23.00 Especial: Miss Universo
01.00 Os Vigilantes
02.00 Competente e Descarada
02.30 As Teias da Máfia

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

E Tudo o Vento Levou

(Quinta, 22.50, RTP 2)

Inútil retomar aqui, mais uma vez, a descrição da tórrida história de paixão e ódio vivida pela jovem *Scarlett O'Hara* e pelo aventureiro *Rhett Butler*, no cenário de violência e tensão que antecede o desencadear da Guerra da Secessão americana em meados do século passado. Não se tratando como é evidente de uma obra-prima, embora realizado por *Victor Fleming* com indelével brilhantismo (e com *George Cuckor* e *Sam Wood* como colaboradores na sua realização), o filme ficou naturalmente marcado por algumas sequências admiráveis para a época (como a do gigantesco incêndio ou a do famoso plano-sequência filmado em *travelling* com a câmara sobre grua, começando na figura de *Scarlett* e evoluindo em ascensão para revelar um campo repleto de soldados feridos, acabando por descobrir, em primeiro plano, uma bandeira flutuando) e, sobretudo, pela escaldante interpretação de um par-culto do cinema da época - *Vivien Leigh* e *Clark Gable*.



Um fotograma de «O Tesouro e os Piratas», de Byron Haskin



Jack Nicholson e Harvey Keitel, numa sequência do filme «O Caso da Mulher Infiel», realizado pelo primeiro

O Tesouro e os Piratas

(Sábado, 15.00, RTP 1)

Um jovem encontra um mapa no qual estava indicado o local de um tesouro escondido. É assim organizada uma expedição para ir ao encontro do achado mas a tripulação é composta por piratas e amotina-se. Entre-



Uma cena de histeria de Elizabeth Taylor, em «Quem Tem Medo de Virginia Wolf?», de Mike Nichols

tanto, o jovem e os seus companheiros acabarão por se safar dos problemas surgidos, são e salvos. *Remake* de uma versão de um filme de *Victor Fleming*, sob os auspícios da *Disney* (que a dirigiu a um público infantil), esta história acabaria por ser de novo refeita por *John Hough* (em 1971), com *Orson Wells* na personagem de *Long John Silver*, o pirata.

Amigo Desconhecido

(Sábado, 01.05, RTP 2)

Segundo nos informa a RTP, este filme é uma «estrela na realização de *Matt Reeves* (...) uma excelente comédia em tons agri-doces que se debruça sobre a trajetória de um jovem que vive uma doce e tardia adolescência (...) uma comédia irónica, mordaz e, por vezes, inesperadamente tocante, servida por um texto inteligente e incisivo». Nos papéis principais, o destaque vai para *David Schwimmer*, *Gwyneth Paltrow* e *Barbara Hershey*. A descobrir.

O Caso da Mulher Infiel

(Domingo, 23.00, TVI)

Constituindo à primeira vista uma seqüela do argumento de *Chinatown*, realizado anos antes por *Roman Polanski*, *O Caso da Mulher Infiel* vai recuperar a mesma personagem daquele filme e coloca-a numa idêntica situação de crime e mistério. É mais uma evocação do grande filme negro clássico, em que *Jack Nicholson*, para além de desempenhar o papel da mesma personagem - um detective irónico e arrogante - tem excelente desempenho atrás das câmaras, não apenas como realizador (em alguns momentos brilhante) mas ainda na direcção de actores.

Quem Tem Medo de Virginia Wolf?

(Domingo, 23.05, RTP 2)

Pareceria estranho não ser aqui mencionado este filme, mas, ao contrário do que acontecera com as radiosas interpretações do casal *Elizabeth Taylor-Richard Burton* em outras obras cinematográficas nas quais actuaram em conjunto (como, por exemplo, essa excelente versão de *A Fera Amansada*, de *Shakespeare-Zeffirelli*), neste filme de *Mike Nichols* temos agora de nos haver com o insuportável cabotinismo de ambos. Ainda por cima, sob o ponto de vista da arte cinematográfica, está ausente do filme qualquer centelha de génio, já que dificilmente ele ultrapassa o estatuto de «teatro filmado». A história é conhecida e foi adaptada de uma célebre peça de *Edward Albee*: no final de uma recepção, *Martha* anuncia a seu marido, *George*, que convidara um jovem casal para terminar a *soirée*. Mas quando os jovens *Nick* e *Honey* chegam, começam as desavenças e as discussões entre marido e mulher e tudo acaba na maior das berranias e discussões, com o álcool a fazer das suas... Vai mais um copo?

Heat, Cidade Sob Pressão

(Domingo, 23.30, SIC)

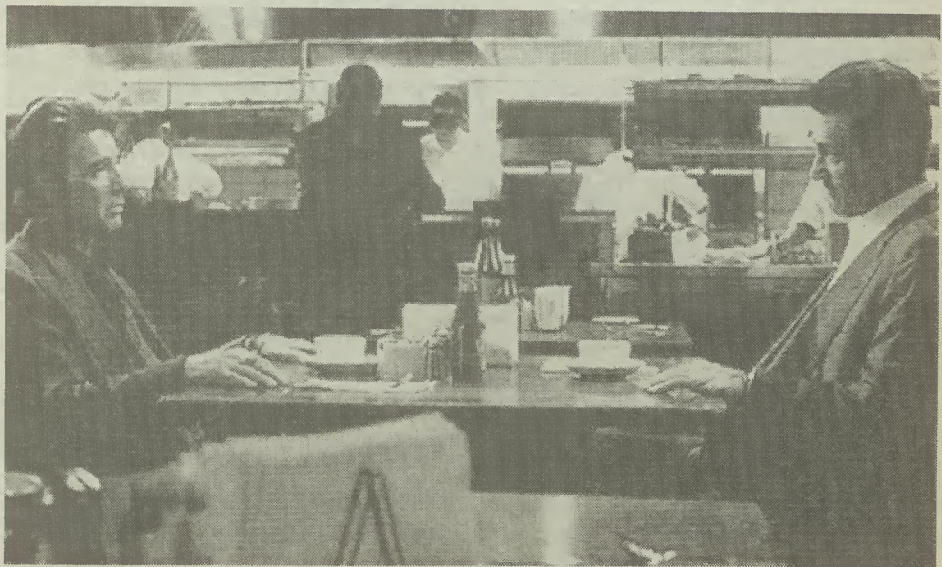
Em primeiro plano, neste filme, está o verdadeiro duelo entre a inteligência e a sagacidade, por um lado, e o rigor e a tecnologia por outro. Assim se enfrentam, em plena Los Angeles, um polícia obcecado e um

assaltante implacável, num certo sentido evidenciando muito mais aquilo que os aproxima do que aquilo que os coloca em campos contrários. Por isso mesmo - independentemente da desenvoltura da acção cinematográfica criada pela encenação e montagem (dir-se-ia que irrepreensíveis) - aquilo que se revela mais interessante no filme é o verdadeiro estudo psicológico das duas personagens, ainda por cima quando elas são interpretadas por dois monstros da arte de representar, como são *Al Pacino* e *Robert De Niro*. Reparem, só, designadamente, numa cena de antologia: aquele simples e quase prazenteiro frente-a-frente, à mesa de um café!

Stromboli

(Segunda, 01.40, SIC)

Durante a guerra, uma jovem mulher lituana, *Karin*, para escapar ao horror dos campos de internamento, aceita casar com um pescador italiano que a leva a viver para a sua ilha. Mas uma série de factores de incompreensão (língua, meio social, mentalidade) acabam por intrrometer-se na harmonia do casal. É então que *Karin*, não conseguindo acostumar-se à nova vida, decide fugir para o outro lado da montanha que esconde o vulcão adormecido. Mas, durante a escalada, este desperta, e *Karin* perde-se e volta a reencontrar-se, sobretudo consigo própria e com a esperança no futuro. Quase desconhecido na nossa televisão e com *Ingrid Bergman* no principal papel, este é um filme célebre de *Roberto Rossellini* que, à época da estreia, conheceu um certo fracasso.



Al Pacino e Robert De Niro numa cena de antologia de «Heat, Cidade Sob Pressão», de Michael Mann

Frenético

(Quarta, 23.20, SIC)

Um casal chega a Paris, depois de 12 longas horas de avião desde S. Francisco, e acomoda-se num hotel onde, há vinte anos, passara a lua-de-mel. O homem, para retemperar forças, mete-se num duche, o telefone toca, a mulher atende e diz-lhe qualquer coisa que o ruído do duche não deixa ouvir. Saído da casa de banho, o homem repara com espanto que a mulher desaparecera... É este o excelente arranque de um *thriller* de *Roman Polanski*, que acaba por ser perturbado por alguns altos e baixos que não ajudam. Pelo menos, tanto como *Harrison Ford*, no principal papel.

CABO & SATELITE

Um torneio famoso, em França

Os amadores de ténis portugueses não podem perder as transmissões directas e em diferido que o canal «Eurosport» - com delongas que naturalmente ultrapassam, em tempo, a cobertura pela RTP - irá fazer de um dos torneios internacionais mais importantes nesta disciplina desportiva: o **Torneio de Roland-Garros**. Desta vez, a **France Télévision**, que terá a seu cargo a transmissão do evento, anuncia até a utilização de novos e mais aperfeiçoados meios tecnológicos, como o **ralenti** e a **diversificação** de



inesperados ângulos de tomadas de vistas. (Eurosport, diário, em horários a consultar, por exemplo, no Teletexto do canal)

Perspectivas do sindicalismo, hoje

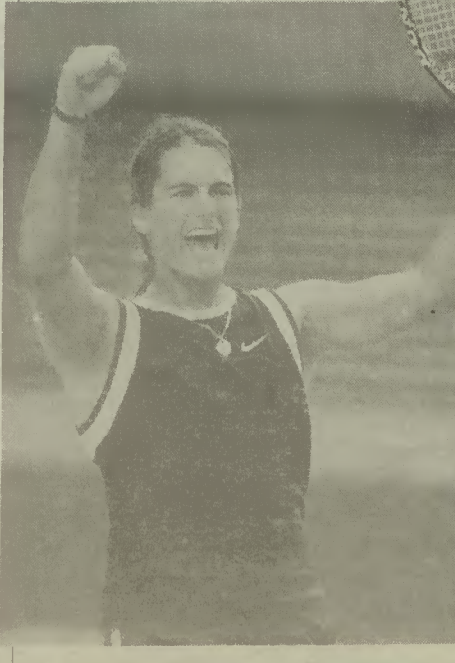
Numa altura em que se fala tanto da construção económica, política e militar da Europa, como é que vamos de Europa social? E como é que, contrariando a estratégia de globalização do grande Capital, o mundo do Trabalho se organiza e perspectiva o seu futuro? São estas as questões que se anunciam para serem tratadas num documentário a emitir hoje, pelas 15.30, no canal **La Cinquième**, intitulado «**O Sindicalismo na Europa**» e



integrado no espaço «Correspondência para a Europa», habitualmente transmitido neste canal. (La Cinquième, Quinta-feira, das 15.30 às 16 horas)

Um concurso musical célebre

Integrado no seu plano de transmissões especiais do **Concurso Musical Internacional «Reine Elisabeth»**, da Bélgica, o canal **Arte** vai transmitir amanhã a final do **Concurso de Piano de 1999**, por volta das 00.10. Entretanto, como interessante introdução a esta transmissão, começará no mesmo canal às 21.25 a transmissão de um documentário de **Paul Cohen** (1997) com um encontro entre quatro antigos laureados deste célebre concurso, a saber: **Philippe Hirshhorn**, **Berl Senofsky**, **Eugène Mogilevsky** e **Mikael Bezverkhy**. (Arte, Sexta-feira, das 21.25 às 22.50 e das 00.10 às 01.50)



NATO crime e camuflagem

Na passada semana, a rubrica «Zoom», da TV 2, foi consagrada à agressão da NATO à Jugoslávia e caracterizou-se por uma honestidade verdadeiramente excepcional no quadro da (des)informação em curso acerca desse tema. Depois de uma breve reportagem da responsabilidade de Carlos Santos Pereira, sem a menor dúvida o mais bem informado jornalista português quanto à realidade e aos problemas balcânicos, seguiu-se um curto debate em estúdio com a participação do embaixador Fernando Reino, durante perto de uma década acreditado junto da ONU, o brigadeiro Pesarat Correia e o comandante Virgílio de Carvalho. Foi cerca de uma hora de emissão verdadeiramente preciosa, tanto pelo carácter plural das participações como pela desmontagem de imposturas várias que sobre o assunto andam por aí a correr com o aparente estatuto de circulação obrigatória.

Como o brigadeiro Pesarat Correia, habitual comentador naquele canal de temas político-militares, é bem conhecido por ter estado gravemente implicado no 25 de Abril, o que é frequentemente associado, sabe-se lá porquê, a um presumível espírito anti-americano (como se os norte-americanos não fossem uns grandíssimos democratas), é

ao longo de décadas «para humanizar a guerra». Quando sublinhou que está a ser ignorado «todo o acervo de direitos humanos» e o conjunto de regras do Direito Internacional «consagradas à defesa da criança e contra o genocídio», o menos que se pode dizer é que as suas palavras corresponderam a um testemunho inquestionavelmente isento e de invulgar qualificação que, infelizmente, a conhecida exiguidade da audiência da «2» reduziu no seu merecido impacto mediático.

Foi quase no termo da intervenção de Fernando Reino que Carlos Santos Pereira o interrompeu para lhe perguntar se a agressão da NATO não consubstanciou «um imenso recuo histórico», o que o embaixador corroborou sem hesita-

ções. Convém talvez registar aqui que Santos Pereira deixou transparecer a sua própria opinião sobre o que estava em discussão ou, pelo menos, deu claros indícios dela. Fiquei desconfiado de que este jornalista não é

dos que pensam, ou fingem pensar, de que a verdadeira isenção jornalística é, por exemplo, uma posição de cuidadosa equidistância de meio-termo entre os SS e os prisioneiros de Dachau. E é claro que utilizo este exemplo extremo, mas ainda assim adequado e esclarecedor, para mais fácil entendimento das coisas.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

A inovação do comandante

Passo por cima da intervenção clara e justa de Pesarat Correia, que de resto não foi novidade para ninguém entre os que já o tinham ouvido falar da agressão da NATO, para referir com os indispensáveis relevo, vénia e espanto, a intervenção do comandante Virgílio de Carvalho, especialista de geoestratégia com formação nos Estados Unidos. Disse ele, para edificação dos circunstantes e educação de todo o auditório, que os responsáveis pela NATO «não foram para uma guerra, como tanto se fala», mas sim para uma «crise estratégica», «espécie nova de conflito». Mais explicou que «a crise visa destruir o poder convencional da Sérvia e criar uma guerrilha kosovar apoiada, instruída e armada». Assim falou o comandante e, confesso, durante alguns segundos receei que os circunstantes estourassem em gargalhadas, o que não ficaria nada bem num programa daquele tipo. Mas não aconteceu nada de especial. Ou porque todos eles tenham ficado entretidos a engolir o pasmo ou porque a evocação das tragédias que a «crise estratégica» tem andado a provocar, tais e tantas que é preciso recuar mais de meio século e mergulhar no mais atroz período da História Contemporânea para encontrar coisa parecida, impediu o riso que a aparente piada de mau gosto de Virgílio de Carvalho poderia fazer explodir.

Ainda assim, porém, talvez fosse bom que alguém implorasse ao senhor comandante para manter, no futuro, alguma contenção na recitação pública das fórmulas vocabulares inovadoras que visam lançar sobre um crime de inédita metodologia tecnológica e de invulgar dimensão e camuflagem mentirosa de palavras que nessa utilização ficam manchadas de sangue. Até porque é inútil: toda a gente está a perceber que aquela infâmia é guerra mesmo. E também porque, assim, o próprio senhor comandante fica atingido por alguns imaginários salpicos vermelhos.

O grande abafador

Que é feito do princípio constitucional que estabelece a obrigação do poder económico se subordinar ao poder político democrático?

O país percebe que este princípio está há muito a ser subvertido e nota as múltiplas provas de que ele deixou de ser respeitado.

Os grandes potentados económicos, tantos os velhos, que se fizeram à sombra da ditadura fascista e que regressaram em força com as privatizações, como os novos, que nasceram com estas, não fazem aliás cerimónia em ostentar com arrogância a sua influência e o seu domínio.

Apesar de tudo isto que já se sabia, não pode deixar de se considerar como um verdadeiro escândalo o voto dos deputados do PS que inviabilizou as conclusões da Comissão de Inquérito aos favores prestados pelo governo de Cavaco Silva a Champalimaud, à custa dos interesses patrimoniais do Estado.

Ao contrário do que tem acontecido noutros casos em que o poder económico faz valer a sua vontade por vias obscuras e subterrâneas, desta vez ficou tudo às claras.

Quando o Inquérito parlamentar chegou à fase das irrefutáveis conclusões, o grupo Champalimaud, Catroga (ministro das Finanças de Cavaco Silva) e outros apanhados pressionaram e ameaçaram, da maneira mais descarada, os deputados da Comissão (é claro que pressionaram e ameaçaram antes de tudo o

do António Filipe, publicado na anterior edição do «Avante!», teria provocado uma onda de repercussões na restante imprensa.

O deputado comunista não hesitou em denunciar as «pressões de toda a ordem» que foram desencadeadas «sobre os membros da Comissão de Inquérito e respectivos Deputados» para que não aprovassem a proposta de conclusões. Nem deixou de revelar as principais entidades que as promoviam.

Percebe-se bem o desespero com que estas pressões eram feitas ao ler-se o pesado elenco das conclusões a que a Comissão de Inquérito fundamentadamente chegou e que António Filipe transcreve no seu artigo.

Não é de mais lembrar, pela sua extrema gravidade, as duas primeiras, que são do seguinte teor:

- «O Governo PSD, prejudicando os interesses patrimoniais do Estado português e de terceiros, favoreceu António Champalimaud, pondo à sua disposição os meios necessários para adquirir empresas do Estado em

processo de privatização.»

- «O Estado, através da CIMPOR e do Banco Pinto e Sotto Mayor, entregou a Champalimaud 18,634 milhões de contos, verba esta que resultou de uma negociação política sem ter por base critérios objectivos.»

Foram conclusões deste alcance que o PS quis abafar, com a sua cambalhota de última hora, juntando os seus votos aos do PSD, que desde o início do Inquérito tentou, é claro, in-

VARIANTES

■ Carlos Brito



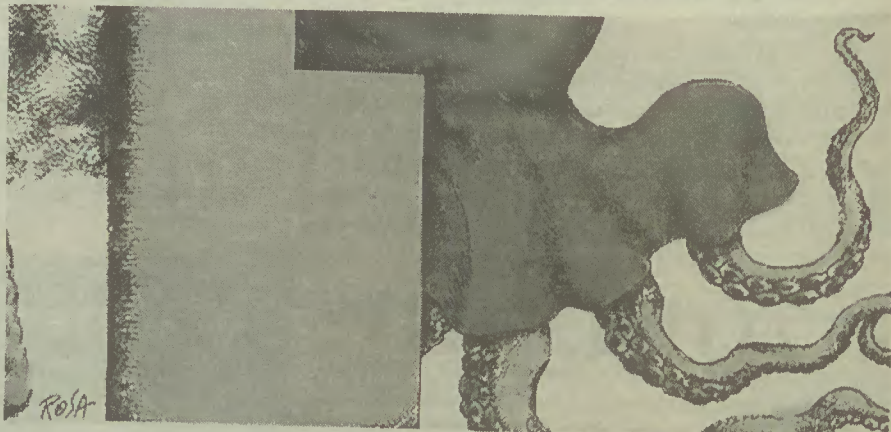
Governo e o primeiro-ministro Guterres) e então os deputados do PS, que tinham colaborado em todos os trabalhos que conduziram ao apuramento da verdade, deram uma cambalhota e juntaram os seus votos aos do PSD para impedir que a verdade se tornasse oficial e pública.

Estava posta em evidência a inversão do princípio constitucional, com a agravante de que o poder político não só se subordinou ao poder económico como se rendeu perante as exigências deste, quando uma comissão parla-

viabilizar o apuramento das culpas do governo Cavaco Silva.

O «bloco central» funcionou mais uma vez como o grande abafador dos escândalos que minam a vida nacional.

Mas, desta vez, o grande abafador teve que funcionar às claras e *in extremis*. Com isto, só veio confirmar as suspeitas que crescem no país sobre o abafamento dos sucessivos «casos» de indiciada corrupção, que estalam com grande fragor, como, entre outros, os do Fundo Social Europeu, do Ministério da Saúde,



mentar se preparava para denunciar um escândalo de ilegítimo favorecimento de um grande grupo empresarial.

Este episódio revela que o grande capital está não só a mandar no poder político mas manda que se faça silêncio sobre os negócios em que este o favorece.

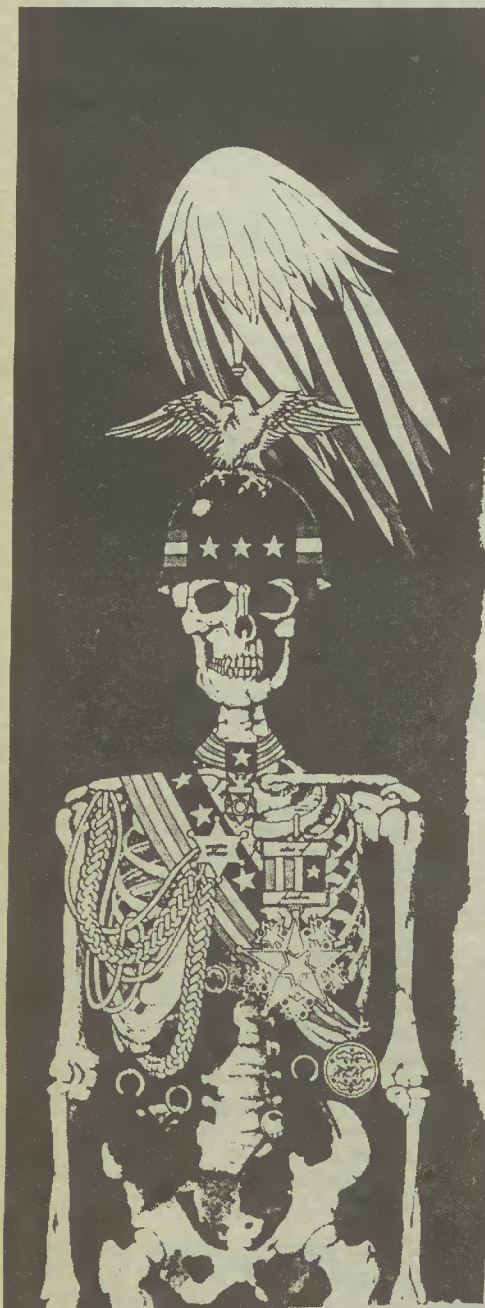
O que é espantoso (e se calhar muito revelador) é que a grande comunicação social - jornais, rádios e televisões - tão vocacionada para as notícias sensacionais pareça conformada com a regra de silêncio imposta a Assembleia da República neste duplo escândalo.

Em qualquer outro país, o artigo do deputa-

da vírgula, das facturas falsas, dos hemofílicos, mas que progressivamente vão caindo no esquecimento, alguns até prescreverem, como se receia que aconteça com os da JAE e outros mais recentes.

Depois do que comprovadamente aconteceu com a Comissão de Inquérito parlamentar aos favores do Estado a Champalimaud ninguém acredita que pressões idênticas não sejam exercidas sobre os Tribunais e a Justiça e que o «bloco central» não exerça também junto deles o seu papel de grande abafador.

E talvez seja esta a principal causa da crise da Justiça...



natural que a sua condenação da guerra contra a Jugoslávia fosse esperada por muitos. O mesmo dificilmente poderá dizer-se, porém, acerca do embaixador Fernando Reino, não porque ele seja menos democrata mas sim por não se ter destacado pelas convicções políticas, reserva esta aliás bem compreensível à luz da sua condição de diplomata prestigiado. Sendo assim, é claro que assumiu um particular peso o conjunto de pareceres que formulou ao longo deste «Zoom». Quando disse que esta guerra põe em questão «os tratados que se assinaram»

ESCAPARATE



Paula Rego: «Mãe», pastel sobre papel colado em alumínio

EXPOSIÇÕES

Pintura e Fotografia na Gulbenkian

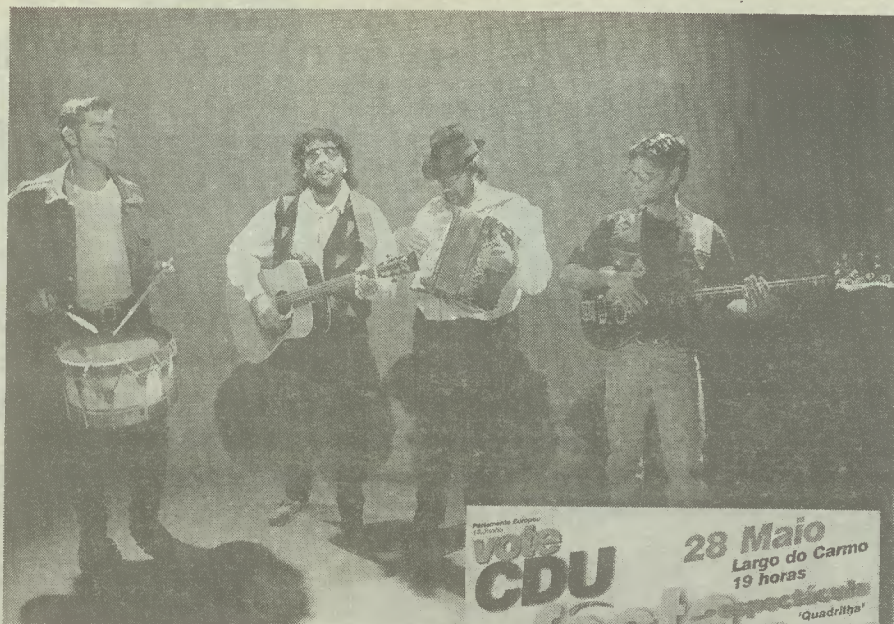
Um verdadeiro acontecimento na área das artes plásticas foi, como é natural, a inauguração no passado dia 18 de mais uma exposição realizada entre nós pela pintora Paula Rego e que estará patente ao público até 19 de Agosto no Piso I do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. São duas as recentes produções da artista que estarão expostas: um conjunto de 16 quadros e 18 desenhos, pela primeira vez apresentados na Galeria de Pintura Dulwich em Junho de 98, e intitulado «Os Crimes do Padre Amaro»; e «Sem Título», um outro conjunto de 11 quadros, 8 desenhos e 5 gravuras, especialmente criadas para esta mostra e que, entretanto, foram apresentados na Galeria Malborough de Madrid.

Esta exposição será acompanhada de um catálogo no qual as obras expostas são reproduzidas.

Também no Centro de Arte Moderna, mas na Galeria de Exposições Temporárias, foi inaugurada no passado dia 11 e manter-se-á até 15 de Agosto uma exposição de fotografia de Robin Gillanders. Intitulada «Little Sparta», este título refere-se a um jardim neoclássico que foi criado há 30 anos em Pentland Hills (Escócia) por Ian Hamilton Finlay, uma das mais interessantes personalidades do panorama artístico britânico dos nossos dias, e que o fotógrafo Robin Gillanders vem fotografando desde 1993.

Exposição colectiva na CT da Boavista

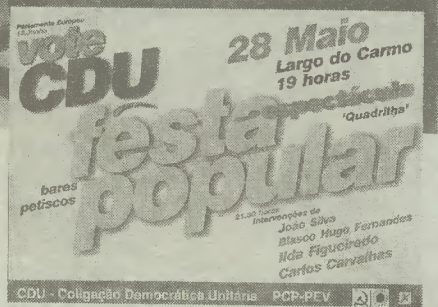
Foi inaugurada no passado dia 21 uma Exposição-Venda de Artes Plásticas promovida pelo Sector Intelectual do Porto do PCP e subordinada ao tema «Flores de Abril, Cores de Maio». Patente ao público no Centro de Trabalho do PCP da Boavista (A. da Boavista, 931) a exposição conta com a participação, entre outros, dos seguintes artistas: Acácio Carvalho, Alfredo Barros, Alfredo Martins, Américo Moura, António Fernando, Carlos Trindade, Daniel Hompesch, Fernando de Oliveira, Isabel Cabral / Rodrigo Cabral, Isabel de Sá, Isabel Llano, Manuela Bronze, Paulo Hernâni, Raquel Gralheiro e Roberto Machado.



Festa popular da CDU

Num momento da vida política portuguesa em que, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, estão em jogo questões decisivas no que se refere à defesa dos interesses nacionais numa «construção» europeia cada vez mais marcada pelas ideias federalistas, é importante marcar o terreno, pelas mais diversas formas, no sentido de esclarecer a opinião pública.

Neste sentido, uma Festa Popular como aquela que a CDU organiza e que decorrerá amanhã a partir das 19 horas em plena baixa da capital, no Largo do Carmo, é uma ocasião propícia para aliar a intervenção artística e cul-



tural à intervenção política. A parte referente ao espectáculo estará a cargo do grupo «Quadrilha», um dos mais destacados representantes da Nova Música Popular Portuguesa. Mais tarde, pelas 21.30, será a hora das intervenções dos oradores convidados: João Silva, Blasco Hugo Fernandes, Ilda Figueiredo e, por último, Carlos Carvalhas.

E, claro, à volta do recinto, para animar também o estômago, haverá vários bares onde poderão ser degustados saborosos petiscos.

Bom proveito, em todos os sentidos!

FESTIVAL I

Regressam as «Cantigas do Maio»

E já hoje à noite que começa, no Seixal, mais uma edição, a décima, de «Cantigas do Maio», uma das mais importantes manifestações nacionais (e internacionais) de música popular e étnica. Os locais que este Festival visitará são o Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal, as renovadas instalações da Mundet e, naturalmente, tendo em conta o espírito da iniciativa, as próprias ruas da cidade.

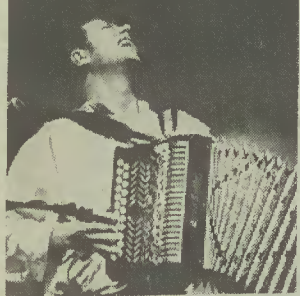
É uma iniciativa que parte da organização conjunta da Associação José Afonso e da Câmara Municipal do Seixal e que terá, como primeiros espectáculos, hoje às 21.30, no Auditório Municipal, as actuações do grupo coral Os Camponezes de Pias e o grupo Travagna da Córsega; dia 29, às 21.30, na Mundet, será a vez de actuarem os grupos JPP (Finlândia) e Brigada Victor Jara

(Portugal); também na Mundet, mas no sábado 29, Kepa Junquera (País Basco) divulgar-nos-á, com o seu grupo, um acordeão especial e muito antigo, o *trikitixa*, e poderemos ouvir, vindos da Roménia, os componentes do grupo Fanfare Ciorcalia.

Paralelamente aos espectáculos musicais de sala, o «Cantigas de Maio» apresentará uma exposição de peças de Júlia Ramalho intitulada «Bandas na Arte Popular», ciclos de vídeo, *workshops*, teatro de rua, desfiles de bandas filarmónicas, etc., etc.

E, depois de uma pausa de alguns dias, tudo recomençará novamente a 3 de Junho, quinta-feira, desde já ficando prometida nova e desenvolvida referência nestas páginas na próxima edição do «Avante!».

Seixal - Cidade em festa



Teatro de Expressão Ibérica (Porto)

Outro festival de grande repercussão nacional e internacional que nestes dias abre as suas portas é o FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica que todos os anos se realiza no Porto. Este ano, na sua XXII edição, já a partir de amanhã e até 9 de Junho, o FITEI apresentará, em 4 palcos, 13 companhias teatrais de 5 países. Entre estas, algumas voltam a estar presentes em função da sua qualidade e do êxito obtido anteriormente, outras visitam-nos pela primeira vez e vêm do Brasil, da Argentina e do Equador.

É o seguinte o programa teatral para os próximos dias: amanhã e sábado, às 22 horas, no Auditório Nacional Carlos Alberto, o grupo Fura Dels Baus (Catalunha / Espanha) apresentará «Ombra», um trabalho colectivo com direcção de Hansel Cereza; nos dias 29 e 31, pelas 18 horas, no Rivoli, será apresentada a peça «El Tunel» de Ernesto Sábato com encenação de Andréa Bazzalo; nos dias 29 e 30, agora no Teatro do Campo Alegre, a companhia Seiva Trupe levará à cena «Cais Oeste» de Bernard Marie-Koltès numa encenação de Alberto Bokus; já nos dias 31 e 1 de Junho, será a vez de as Producciones Imperdibles (Sevilha / Espanha) apresentarem «Un Poeta en Nueva York» de Federico

Garcia Lorca com encenação de Gema Lopez e Jose Maria Roca; finalmente, no espaço de tempo abrangido por esta edição do «Avante!», a companhia da Comuna apresentará nos dias 1 e 2 de Junho, às 21.30, no Rivoli uma encenação de João Mota para a peça «As Variações Goldberg» de George Tabori.

Entretanto, para além dos espectáculos teatrais, propriamente ditos, haverá as chamadas actividades complementares, no caso concreto dois Encontros, cuja importância não deverá ser menosprezada já que, por exemplo, o primeiro deles tem como temática «Teatro e 25 de Abril: dois passos em frente, um passo atrás?» e o segundo se debruçará sobre o teatro no mundo ibérico nesta passagem de milénio. Mas ainda integrado no programa complementar o destaque vai também, nos próximos dias, para o Ciclo «Almeida Garrett e o Romantismo Musical» (numa organização da CulturPorto) que levará ao Pequeno Auditório do Rivoli no domingo 30 às 21.30, um recital intitulado «O Universo Lírico», com obras de Rossini, Meyerbeer, Donizetti,

A. Keil, Lopes-Graça e Vianna da Motta, com João Paulo Santos (piano e direcção musical), Ana Paula Russo (soprano), Ana Ester Neves (soprano), Susana Teixeira (meio-soprano), Mário Alves (tenor), Luís Rodrigues (barítono) e João Miranda (baixo).

Na próxima edição do «Avante!» não deixaremos de referir os restantes espectáculos deste importante festival.



REVISTA



Caderno Vermelho

Diz quem o edita - o Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP - que este número do Caderno Vermelho, o n.º 6, já à venda, concilia «um excelente trabalho de design, de Rui Pereira, e capa da artista plástica Célia Bragança, com um conteúdo rico e diversificado em matéria de aprofundamento dos temas abordados». Diz e tem razão, logo à primeira vista de olhos a esta revista, cujo grafismo, se não escolheu a facilidade, é em si mesmo um exercício de estilo plástico, de valor próprio. Este número conta com um dossier sobre Direitos Humanos, Democracia e Liberdade, em que participam Paulo Sucena - «Um voo rápido em torno de Liberdade, Democracia, Direitos Humanos»; Urbano Tavares Rodrigues - «Liberdade em teu nome»; Arménio Carlos - «Legislação laboral na ordem do dia»; Francisco Silva - «Realizar as possibilidades, satisfazer as necessidades» e Eduardo Chitas - «Um percurso inacabado de libertação. Ainda o Manifesto de Marx e Engels».

José Saramago colabora neste número com um texto inédito - «1 de Janeiro de 1998», que acompanha os discursos proferidos pelo escritor em Estocolmo, no momento da entrega do Nobel da Literatura - «Alguém não anda a cumprir o seu dever» e «A palavra ao nobel da palavra».

Assinalando os 50 anos da morte de Soeiro Pereira Gomes, o Caderno Vermelho inaugura neste número uma homenagem ao escritor, com um texto de Manuel Gusmão sobre os «Contos Vermelhos».

Outros textos, dedicados às questões culturais, são da autoria de Filipe Diniz, Cláudio Torres e Luís Assis que, respectivamente, assinam os artigos «Verbos de Lisboa - n.º 5: Domesticar»; «Património Cultural e Identidade»; «Cumprir as expectativas».

Embora este n.º 6 tenha sido posto à venda recentemente, os camaradas anunciam que se encontra já em preparação o próximo, que vai comemorar os 25 anos da Revolução de Abril e será lançado na Festa do «Avante!».

ATALHE DE FOICE

Padre Rossi

«Senhor me queima com a brasa do altar, Senhor estou aqui pode me queimar; eu vim aqui foi pra buscar poder, Senhor estou aqui quero receber.» Por enquanto, não vale a pena procurar nas antologias a origem da prosa, mas se o fenómeno Rossi continuar, um destes dias ainda lá chega, provavelmente sob a rúbrica «Músicas para Louvar o Senhor».

O caso está a dar que falar no Brasil e promete agitar as almas portuguesas com impacto idêntico, se não maior, ao das telenovelas brasileiras. É o padre Marcelo Rossi, 32 anos, recordista de vendas de um disco que em poucos meses vendeu três milhões e trezentos mil cópias, autor de vários livros com tiragens de dezenas de milhar de exemplares, promotor de missas em estádios de futebol, vencedor de todos os recordes de audiência na televisão brasileira, com programas de rádio transmitidos por 95 emissoras para todo o mundo, uma página na Internet...

Segundo dados divulgados esta semana pelo jornal Público, às missas do padre Marcelo assistem em média 60.000 pessoas, em cada missa consomem-se cerca de 15 mil hóstias, e ascendem a quase mil os voluntários que colaboram com o padre no Santuário do Terço Bizantino por ele criado.

É caso para perguntar, parafraseando a velha canção, «o que é que o padre Marcelo tem...».

Tem, sem dúvida nenhuma, um apurado sentido do espectáculo, um não menos aguçado sentido de oportunidade, uma inegável capacidade de organização, e uma visão do papel da Igreja Católica muito, mas mesmo muito conveniente que se pode resumir num princípio elementar: muita festa e nada de política.

A receita do padre Marcelo é simples: homilias curtas (daí a adopção do terço bizantino), muito canto e muita dança. «Cinco minutos é Deus a falar, dez minutos é a pessoa que fala, 15 minutos é o diabo», costuma dizer. Nas suas celebrações sobra tanta alegria que não há lugar para os problemas sociais, as tais «politiuques» que afastam os fiéis. A fazer fé nas palavras do padre o método resulta, tanto assim que, no Brasil, 60% dos que se tinham transviado para a IURD já voltaram ao rebanho deste Senhor.

A fórmula de Rossi - «muita emoção e pouca razão» - suscita dúvidas em pessoas como o dominicano frei Betto, que num artigo publicado na Folha de São Paulo e citado pela Lusa interrogava: «Qual é a sua teologia? Ouço e leio as suas entrevistas. Fica sempre uma pergunta sem resposta: o que você pensa?» E o dominicano acrescenta: «Espero encontrá-lo numa dessas ocasiões em que sem-tectos são desalojados, sem-terra expulsos, portadores de sida afastados dos hospitais, favelados cercados pela polícia.»

Que fará padre Marcelo em situações destas? A crer na entrevista concedida ao Público, remete-se ao que chama a «acção espiritual», justamente o que achou que faltava na Igreja Católica durante algum tempo, no período da teologia da libertação, «muito envolvida na política». A Igreja, diz, «não é um partido político», e ainda que seja «importante uma acção social, tem maior importância uma acção espiritual».

A avaliar pela experiência, a espiritualidade dos tempos modernos assenta no espectáculo mediático da alienação. Dançar uma «aérobica do Senhor» no altar ao som das «Músicas para Louvar o Senhor» não contribui em nada para resolver os problemas políticos, económicos e sociais; não denuncia a fome, a miséria, a exploração, a injustiça; não ajuda os fiéis a libertarem-se da opressão e da exploração, mas serve para alguma coisa.

Depois do Carnaval, das telenovelas e da IURD, um padre Rossi movimentou milhões. «Eu vim aqui foi pra buscar poder, Senhor estou aqui para receber.» Pois é.

■ Anabela Fino

Hoje, em frente ao Conselho de Ministro Sinistrados do trabalho fazem ouvir a sua voz

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST) promove hoje uma concentração junto à sede do Conselho de Ministros, em protesto contra a falta de segurança no trabalho e actual legislação aplicável aos sinistrados.

Prevista está igualmente uma deslocação dos manifestantes até à residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, com a finalidade de entregar um caderno reivindicativo.

Para a ANDST, os acidentes de trabalho, incluindo os acidentes mortais ocorridos na construção civil, são «uma triste realidade» do país, batendo um «infeliz recorde a nível europeu», de que apenas se conhece a «ponta do icebergue».

As indemnizações e pensões atribuídas às vítimas dos aciden-

tes de trabalho e questões ligadas à actual legislação constituem em iguais motivos de preocupação para a ANDST.

De acordo com os cálculos por si feitos, o novo regime jurídico (1997) relativo à reparação indemnizatória de acidentes de trabalho, veio baixar as pensões, contrariamente ao que é dito no preâmbulo do próprio decreto regulamentar.

Segundo Luís Machado, coordenador da ANDST, em declarações à Lusa, existem ainda motivos de descontenta-

mento pelo facto de os acidentes de trabalho serem da responsabilidade das empresas seguradoras, e não da Segurança Social, quando é sabido que as primeiras são «más pagadoras».

«As seguradoras tentam obter o mínimo prejuízo possível com o acidentado, enquanto nesta operação o Estado «lava as mãos», observou, dizendo, a título de exemplo, que se um acidentado precisa de uma prótese a seguradora opta por atribuir-lhe a de «mais baixo custo».

«Quem fica paraplégico, em vez de ser tratado em Alcoitão, recebe da seguradora uma cadeira de rodas e fica retido em casa, sem o mínimo de reabilitação», acusou, acrescentando que nestes casos as pessoas precisam

não só de reabilitação física mas também de acompanhamento psicológico, o que as seguradoras não dão.

A proposta da ANDST vai no sentido de que essa responsabilidade passe para a Segurança Social, com a criação de uma estrutura própria para a gestão de acidentes de trabalho, muito embora os interesses lucrativos das seguradoras nesta área seja um entrave à partida.

Por outro lado - realçou - há pensões que foram fixadas há 30 anos em 50/60 escudos, para compensar a cegueira de um olho ou amputação de um pé, e que continuam congeladas, à semelhança de todas as pensões por incapacidades inferiores a 30 por cento. «Somos contra isso», concluiu.

Cidadãos retidos em condições indignas na Portela Parlamento aprova voto de protesto

A Assembleia da República aprovou ontem um voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP e subscrito por deputados do PSD, PP e PEV - do qual só o PS se demarcou - pelas condições em que estiveram retidos no aeroporto de Lisboa quase duas dezenas de cidadãos angolanos.

Antes de serem repatriados para o seu país, faz hoje uma semana, aqueles cidadãos permaneceram vários dias sem liberdade de movimentos para além da zona internacional do aeroporto da Portela, tendo, inclusive, três deles, que requereram asilo, permanecido nessa situação durante 16 dias (ver notícia na pág. 9).

«A retenção de cidadãos em

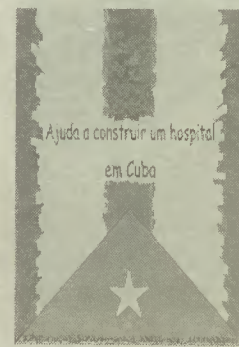
instalações aeroportuárias nas condições acima descritas configura uma atitude ofensiva da dignidade das pessoas, condenável no plano humanitário e, como tal, imprópria de um Estado democrático», referem os subscritores do texto, independentemente, esclarecem, «dos fundamentos legais invocados» para a recusa de asilo ou de entrada desses homens e mulheres por parte das autoridades portuguesas e «das divergências que possam existir quanto à adequação da legislação vigente em Portugal sobre admissão de estrangeiros e direito de asilo».

Depois de expressar o «protesto veemente» da Assembleia da República pela retenção

daqueles cidadãos, em condições que classifica de «ofensivas do seu bem-estar e dignidade», o voto exige do Governo «a urgente criação de condições adequadas de estadia para todos

os cidadãos que tenham de aguardar a emissão ou execução de qualquer decisão das autoridades portuguesas sobre a regularidade da sua presença em Portugal».

Solidariedade com Cuba



A JCP lançou uma campanha, baseada na venda de um autocolante, para a construção de um centro de saúde na Universidade de Matanzas, em Cuba. Em parceria com a Juventude Comunista da Grécia, a Juventude Democrática Unitária de Chipre e a

SDAJ, da Alemanha, o projecto desenvolve-se em duas fases: a primeira, consiste na recolha de fundos e material médico (medicamentos, contraceptivos, instrumentos, etc); a segunda, materializar-se-á no envio de brigadas para a construção efectiva do Centro.

A recolha de fundos pode desde já ser depositada na conta 39860784 / 001, do Banco Totta & Açores.

Encontram-se já abertas as pré-inscrições para a brigada portuguesa, a constituir por vinte jovens, que se deslocará para o terreno na segunda quinzena de Julho e na primeira semana de Agosto. Os contactos devem ser feitos para a sede nacional da JCP (telefone 01 - 7930973).



1000 balões brancos pela paz

O Partido Ecologista «Os Verdes» lançou, segunda-feira, na Praça da Figueira, em Lisboa, 1000 balões brancos. Exactamente dois meses depois do início da guerra de agressão à Jugoslávia, «Os Verdes» marcaram assim com este gesto a sua exigência de paz e a sua indignação por um conflito que já provocou um número terrível de refugiados e de mortos.

